

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**MARCO AURÉLIO GOMES MACHADO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL AO PENSAMENTO POLÍTICO E A SUA**  
**CRÍTICA À IGREJA DE ROMA**

**São Leopoldo, RS, Brasil**  
**2006**

M149c Machado, Marco Aurélio Gomes  
As contribuições de Maquiavel ao pensamento político e  
a sua crítica à Igreja de Roma / Marco Aurélio Gomes  
Machado. – 2006.  
137 f. ; 30 cm.

Orientador: Alfredo Santiago Culleton.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São  
Leopoldo, RS, 2006.

1. Política 2. Filosofia politica 3. Teoria política  
4. Religião 5. Igreja romana I. Macchiavelli, Niccolo, 1469-  
1527. II. Culleton, Alfredo Santiago III. Título.

CDU 322

Ficha catalográfica elaborada por  
Maristela Eckhardt - CRB-10/737

**MARCO AURÉLIO GOMES MACHADO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL AO PENSAMENTO POLÍTICO E A SUA  
CRÍTICA À IGREJA DE ROMA**

Monografia apresentada a UNISINOS como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
**MESTRE EM FILOSOFIA.**

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton

**São Leopoldo, RS, Brasil  
2006**

**MARCO AURÉLIO GOMES MACHADO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL AO PENSAMENTO POLÍTICO E A SUA  
CRÍTICA À IGREJA DE ROMA**

Monografia apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de **MESTRE EM FILOSOFIA SOCIAL E POLÍTICA**.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton  
(Orientador – UNISINOS)**

---

**Prof. Dr. José Nedel  
(UNISINOS)**

---

**Prof. Dr. Luiz Hebeche  
(UFSC)**

**São Leopoldo, RS, janeiro de 2006.**

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. *Alfredo Santiago Culleton* não somente pelas contribuições para o conteúdo, mas pela sua orientação cuidadosa e paciente.

Ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia da **UNISINOS**,

Ao Prof. Dr. *Albertinho Luis Gallina* por muito ter ajudado no projeto inicial.

Ao apoio inestimável do **Fundo Loyola** que viabilizou o financiamento desta dissertação.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>4</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>13</b>
1 CONTEXTO POLÍTICO-FILOSÓFICO DO RENASCIMENTO ITALIANO.....	13
1.1 CONTRASTE RELIGIOSO-POLÍTICO.....	18
1.2 A SITUAÇÃO POLÍTICA DA ITÁLIA NO SÉCULO XV.....	22
1.3 A POLÍTICA DO HOMEM RENASCENTISTA.....	27
1.4 O CONFLITO DOS VALORES.....	34
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>43</b>
2 QUAL A CONTRIBUIÇÃO DE MAQUIAVEL?.....	43
2.1 DA PÁTRIA AO ESTADO.....	46
2.2 A NOVA PERSPECTIVA ÉTICA.....	60
2.2.1 O Peso da Tradição.....	62
2.3 SOBRE AS VIRTUDES QUE SE TORNAM VÍCIOS E VÍCIOS QUE SE TORNAM VIRTUDES.....	75
2.3.1 A Importância da Imagem.....	84
2.4 A NATUREZA HUMANA COMO FUNDAMENTO ÉTICO E PRINCÍPIO DE AÇÃO.....	88
2.4.1 Sobre a Adequação aos Tempos.....	93
2.5 INDIVIDUALISMO POLÍTICO.....	97
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>106</b>
3 MAQUIAVEL E A IGREJA DE ROMA.....	106
3.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA POLÍTICA.....	108
3.2 A ANTIPOLÍTICA DO CRISTIANISMO.....	112
3.3 A ANTIPOLÍTICA DA IGREJA DE ROMA.....	124
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>131</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>134</b>

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de pós-graduação em Filosofia  
UNISINOS

### AS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL AO PENSAMENTO POLÍTICO E A SUA CRÍTICA À IGREJA DE ROMA

Este trabalho de dissertação tem a pretensão de investigar e apresentar uma construção dos principais aspectos da teoria política de Nicolau Maquiavel a partir das censuras que este pensador florentino efetuou sob forma de críticas à Igreja Romana. Maquiavel condena o comportamento ético e político da Igreja. Num primeiro momento consideramos estas censuras para apresentar e desenvolver a crítica, em especial aquela que acusa a Igreja de ser a principal responsável pelo estado de ruína que se encontrava a Itália. A Antipolítica da Igreja representa, para Maquiavel, um impedimento para a península seguir seu curso na mesma velocidade da evolução dos demais Estados europeus daquele final do século XV. Para o florentino a antipolítica do cristianismo apresenta raízes bem mais profundas que tanto a análise e comparação dos acontecimentos pretéritos sobre seu tempo, que resultaram no diagnóstico político da enfermidade que assolava estado de enfraquecimento da sua Itália, quanto a sua contribuição para a formação da noção política do Estado, passa, por uma crítica à Igreja Romana e também por uma análise do fenômeno religioso sobre o homem considerando seu reflexo na sociedade. É insigne a importância que a religião apresenta para a fisiologia do Estado, para o governo do príncipe e para o corpo social. Como resultado, evidenciamos o contraste dos valores defendidos pela religião cristã e as necessidades que a ação política demanda para ser efetiva. Em um segundo momento apresentamos como as contribuições de Maquiavel as noções de Estado, ética e política como mais pertinentes que deriva sua leitura da política. A perspectiva ética estabelecida para a política tem bases consistentes na natureza humana Para tanto, discorremos sobre a situação política da Itália renascentista a partir dos novos paradigmas que se formavam e a influência dos valores cristãos na eficácia na política. O principal resultado deste trabalho é de apresentar a visão política de Maquiavel que comporta um Estado independente de qualquer vínculo externo a valores prévios que não sejam sua manutenção e expansão em si mesmo.

## **ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Programa de pós-graduação em Filosofia  
UNISINOS

### **AS CONTRIBUIÇÕES DE MAQUIAVEL AO PENSAMENTO POLÍTICO E A SUA CRÍTICA À IGREJA DE ROMA**

(THE MACHIAVELLI'S CONTRIBUTIONS TO THE POLITICAL THOUGHT AND HIS  
CRITIC TO THE CHURCH OF ROME)

This master thesis aims to investigate and to present a construction of the main aspects of Niccolo Machiavelli political theory beginning from the censorships that this Florentine thinker made to the Roman Church. Machiavelli condemns the ethical and political behavior of the Church. In a first moment we considered these censorships to present and to develop the critic, especially that that accuses the Church of being the main responsible for the ruin state in which Italy was in. The antipolitic of the Church represents an impediment for the country to follow his course in the same speed of the evolution of other European States of that final XV century. The antipolitic of Christianity presents much deeper roots than those he analysis and compares with the past events on his time, that they resulted in the political diagnosis of the illness that devastated state of weakness of Italy, as well as its contribution in forming the political notion of the State, it passes, for a critic to the Roman Church and also for an analysis of the religious phenomenon on the man considering his reflex in society. It's notable the importance that religion has in the physiology of the State, for the government of the prince and for the social body. As result, we evidenced the contrast of the protected values for the Christian religion and the necessity of political action to be executes. In a second moment, we presented, as the contribution of Machiavelli, the most pertinent notions than derives his reading of politics. The ethical perspective established for politics has solid bases in human nature. That is why we also investigate the political situation of reanscentist Italy beginning from the new paradigms that were formed and their influences on Christian values and their effectiveness in politics. The main result of this work is having presented the political vision of Machiavelli that holds an independent State of any external bond to other previous values that are not their one maintenance and expansion.

## INTRODUÇÃO

Com a intenção de compreender os caminhos que inseriram a Itália do século XVI em uma situação de desigualdade interna entre seus Estados e de enfraquecimento da política externa diante do natural desenvolvimento das demais nações vizinhas, o pensador florentino Nicolau Maquiavel (1469 - 1527) estabelece, no primeiro livro de sua obra intitulada de *Discursos*, que toda a ruína e atraso da Itália justificam-se graças à política da Igreja Romana.

Para entender o que Maquiavel pretendeu afirmar quando acusou a Igreja de ser a promotora da ruína da Itália é necessário primeiramente dizer que esta instituição, que por tantos séculos representou a religião Cristã, não mais se delimitou apenas a esta nobre incumbência, mas também abrangeu seus propósitos na temporalidade das disputas dos interesses políticos. Para Maquiavel a Igreja não deveria ter uma missão política da mesma maneira que um Estado<sup>1</sup> comum.

É notável a extensão do campo de influência que a Igreja de Roma detém sobre a Itália neste singular período da história da civilização ocidental. Como trataremos no decorrer do trabalho a Igreja reduz parcialmente a primazia cultural e política sobre a

---

<sup>1</sup> Maquiavel não define o significado do termo Estado, “*stat*” em língua vernácula do autor, mas podemos ter uma noção a partir do estudo histórico do conceito. Estado nessa época pode ser representado por uma unidade territorial juntamente com uma hegemonia do poder nas mãos de um monarca que decida e administre, ou seja, um domínio reconhecido. Nesse sentido Estado está em concordância com a forma de organização praticada no reino da França, da Espanha e da Alemanha. A Itália não possuía uma unidade de poder que fosse reconhecida pelas diversas regiões, e mesmo já possuindo uma delimitação de território reconhecido, a segurança e preservação deles se davam pelos poderosos senhores interessados em interesses particulares. Não havia um monarca ou um corpo político que representasse a totalidade dos principados e ducados pertencentes à península. Outras vezes, o sentido do termo é o de autoridade ou poder que, em termos internos do domínio, exercem efetivamente um cidadão, um grupo.

Itália. As alterações que os acontecimentos da Renascença provocaram, defasaram a influência dos valores sacros no mundo europeu. Por outro lado, por meio do seu Estado Pontifício com sede em Roma, a Igreja ainda é uma instituição muito poderosa e influente no eixo de países como a França, a Espanha a Alemanha e principalmente a Itália. Acreditamos que a causa da sua instabilidade deflagrada em meados do século XVI está tanto atrelada na secularidade política, proporcionada pelo comportamento disforme da cúria, quanto ao efeito produzido depois que seus desígnios políticos e ideológicos pareceram inócuos e ultrapassados por modelos emergentes da situação.

Tentaremos apresentar neste trabalho a censura que Maquiavel faz à Igreja a partir da sua idéia de que a instituição foi promotora da corrupção dos costumes e de valores na conduta política daquela época. Por meio do comportamento e interesses dos seus representantes eclesiásticos a instituição adquiriu características laicas alheias a sua função da disseminação da religião cristã aos verdadeiros princípios primordiais da crença. Tais interesses são denunciados pelo florentino como: “os maus exemplos da corte Romana” (MAQUIAVEL. 1982, p. 62). A crítica aos homens, podemos até que bem entendê-la, já que Maquiavel observou como poucos as características da natureza humana, em que a revelou como egoísta, mesquinha e má, contudo a crítica se estende à religião mesma enquanto objeto político. Para o universo político maquiaveliano o Cristianismo, aquele que foi defendido e sustentado por teóricos e aplicado pelo corpo e homens da Igreja naquela época, alterou a concepção seminal do credo e dissolveu importantes componentes da participação deste elemento para a vida civil, "a fé cristã elevou os valores errados" (SKINNER. 1996, p. 187). Segundo a perspectiva original adotada para a elaboração desta pesquisa, muitos acontecimentos e transformações na Itália desde o século XV estão diretamente ligadas

às influências da Igreja Romana. É sob este enlace que trataremos o desenvolvimento da contribuição maquiaveliana para o universo político. A importância do que transcorreu ajudará a entender o posicionamento deste pensador político diante desta importante instituição do mundo ocidental. Uma instituição que por tantos séculos teve a incumbência de zelar pelo cristianismo no mundo, mas que secularizou seus interesses e gradativamente foi se entranhando nos negócios humanos de maneira inadequada. A corrupção que Maquiavel remete à Igreja de Roma está diretamente ligada à perda de um suposto ideal de unificação da Itália e da importância da expulsão dos invasores estrangeiros de seu domínio. Está ligada à sistemática desconstrução da antiga religião e substituição por normas de conduta que só enfraqueceram o homem e não contribuiu em nada para a comunidade. E por fim, tem íntima ligação com a noção ética a ser delimitada a partir dos interesses políticos. Tais efeitos reificam a Igreja como elemento singular da análise maquiaveliana sobre a política e atingem conceitos pertinentes da conjectura de Maquiavel.

Determinar estudar o pensamento de Maquiavel a partir do contexto histórico de seu tempo não representa de maneira geral algo autêntico, mas, quando se busca encontrar os elementos que compõem o conjunto de seu pensamento, faz-se necessária esta caminhada. Esta opinião pode ser detectada entre os maiores expoentes no estudo sobre este pensador. Na nossa contemporaneidade quanto aos renomados pensadores do passado podemos perceber uma atenção em recompor aquilo que sucedeu na Itália nesta época. Quentin Skinner faz este alerta: “Para compreender as doutrinas de Maquiavel precisamos começar por recuperar os problemas com os quais evidentemente ele se viu em confronto” (SKINNER. 1988, p. 12). Já outro renomado comentador de Maquiavel afirma de maneira introdutória que:

“Os livros de Maquiavel serão julgados como devem ser todos os livros, pelo seu mérito, mas sem o conhecimento das circunstâncias em que foram produzidos não podem ser adequadamente compreendidos” (Hale. 1963, p. 17). Desta maneira a garantia de resultados comprometidos com a fidelidade às idéias do pensador está em adotamos semelhante perspectiva para desenvolver nossa pesquisa.

Este trabalho compreende três partes. A primeira delas tem o objetivo de apresentar o cenário em que Maquiavel desenvolveu suas idéias. O trabalho se inicia no esforço de situar o contexto político e filosófico do Renascimento italiano apresentando os principais valores da tradição humanista para a formação da ideologia política do período. Discorreremos sobre aqueles caminhos que direta ou indiretamente adquiriram sintonia no discurso do florentino a partir do contraste religioso-político da situação política da Itália no século XV. Desenvolveremos tópicos relacionados à visão política do homem do Renascimento e à nova carga de valores que agora envolve o desenvolvimento do Estado moderno. Na segunda parte desse trabalho de dissertação tematizamos quais seriam as repercussões das observações que os valores solidificados pela política desta instituição influíram sobre as idéias de Maquiavel. Aqui reside o núcleo das idéias defendidas neste trabalho, que buscamos justificar com precisão e coerência com a realidade. Tratamos de esclarecer com prudência aquilo que representou uma nova perspectiva ética desenvolvida para o indivíduo, quanto à prática da política enquanto manifestação racional do homem e de seus interesses. Conjuntamente, tentamos apresentar a importância da religião na vida política, situando-a nos limites da efetividade prática e o quanto que ela foi deturpada pelos seus representantes daquele tempo.

Conclusivamente, a terceira parte visa apresentar de maneira mais explícita as censuras de Maquiavel à Igreja Romana. Apresentando a construção argumentativa, a leitura prima pela crítica moral e política da Igreja de Roma enquanto instituição e Estado componente da península italiana. Nossa leitura revelou-se a exibir a antipolítica do Cristianismo como um equívoco da interpretação dos valores da antiga religião e uma antipolítica da Igreja enquanto instituição, onde apresentamos os erros estratégicos em que o Estado pontifício incide quando tenta adquirir poder político. Na prática, ao colocar seus interesses acima do bem comum da comunidade, a Igreja de Roma constitui, para Maquiavel, um perigo para todos os Estados italianos.

## CAPÍTULO I

### 1 CONTEXTO POLÍTICO-FILOSÓFICO DO RENASCIMENTO ITALIANO.

Entender o problema político característico do período do Renascimento italiano é apresentar o contexto em que Nicolau Maquiavel compôs sua contribuição como pensador político moderno. É também apresentar o surgimento da tradição humanista com toda sua carga conceitual singular. Um movimento que visava fornecer novas respostas para problemas que romperam com os superados modelos políticos em pleno vigor no século XVI. “A combinação dos estudos clássicos com aspiração a uma vida política renovada deu nascimento a um movimento cultural e político extremamente original” (BIGNOTTO. 1991, p. 20).

Na sua busca pela verdade das coisas do mundo, a famosa procura pela *Verità effettuale della cosa*<sup>2</sup>, o entendimento das suas idéias está fortemente atrelada ao legado humanista e aos acontecimentos políticos anteriores a sua geração. Logo, entender o que se passou no contexto político italiano é requisito para entender o pensamento de Nicolau Maquiavel de maneira genuína com todos os elementos que o compõem.

Tanto sua análise e comparação dos acontecimentos pretéritos<sup>3</sup> sobre seu tempo, que resultaram no diagnóstico político da enfermidade que assolava o Estado

---

<sup>2</sup> Verdade efetiva da coisa, expressão utilizada por Maquiavel para singularizar seu método de estudo junto aos demais. Termo que está contida na obra O Príncipe, capítulo XV, que significa a valoração dos elementos empíricos como componentes legítimos de serem buscados em oposição àqueles que somente imaginaram.

<sup>3</sup> Maquiavel foi também um historiador, sua visão sobre os acontecimentos da política se dava invariavelmente sobre a comparação com a política de Roma Antiga. Comparar aquilo que foi e que a história registra com os fatos da sua contemporaneidade foi uma forma de entender os mecanismos que movem o homem.

de enfraquecimento da sua Itália, como sua contribuição para a formação da noção política do Estado, passa, segundo nossos estudos, por uma crítica à Igreja Romana e também por uma análise do fenômeno religioso acerca do homem considerando seu reflexo na sociedade. É insigne a importância que a religião apresenta para a fisiologia do Estado, para o governo do príncipe e para o corpo social. De qualquer maneira poucas coisas são abalizadas pelos comentadores deste pensador sobre o assunto. A amplitude de sua contribuição ao pensamento político moderno é estabelecida neste trabalho de pesquisa a partir da análise destas relações e das transformações decorridas na Itália do século XVI, que influenciaram diretamente suas idéias.

A política de Maquiavel concebeu o Estado separado da Igreja. Um Estado dotado de fins próprios e desvinculado de qualquer interferência e sem laço de subordinação divino e jurídico. Entretanto, nosso autor deixa fora de dúvidas que a Igreja Romana não abriu mão de exercer sua influência ideológica na política e seguiu padrões morais distintos daqueles propagados para os demais. Mesmo defasada e defendendo valores morais inadequados para o mundo da política a Igreja de Roma ainda detinha poder suficiente para impor sua presença e assim fazia ao defender modelos de organização política que se sustentava sobre argumentos de índole teológica. Santo Tomás de Aquino é um exemplo que trataremos no decorrer do trabalho que apresentará as mais significativas amostras de adaptação de princípios cristãos à política. Princípios que a lógica maquiaveliana naturalmente excluiu da realidade política de governo e sustentação do poder.

A gradativa mudança que o Renascimento cultural proporcionou na mentalidade dos homens determinou uma mudança. A necessidade da substituição de uma forma contemplativa e consoladora com aspectos remanescentes da cultura medieval cristã,

por outros, despertados pelo desígnio da ação em sintonia com a proposta de mudança de um paradigma; pensamentos baseados na Antigüidade latina. Esta inclinação fez com que a noção de homem fosse repensada visando a realização do ideal humano na terra. A nova forma de se reconhecer diante de Deus e do mundo levou o homem renascentista a buscar por repostas para problemas provenientes da adequação sobre a melhor forma de governo e a acomodação a si próprio diante da sociedade<sup>4</sup>.

O homem que agora emerge neste delicado período sobre o encaminhamento da sua condição, altera o eixo de mudança no mundo e principalmente da sua própria vida. Novas concepções relativas à conduta alteram-se e necessitam de esclarecimento. O homem tem a chance de buscar seus meios de satisfação e felicidade. “A idéia de felicidade, na Renascença, passa por muitas transformações decisivas com relação ao mundo medieval” (CAILLÉ e LAZZARI. 2001, p. 195). O que anteriormente seria algo que devesse ser merecido, como uma dádiva, agora poderia ser um objetivo para ser alcançado como uma meta real e concreta. O indivíduo percebe que necessita da coletividade para realizar seus ideais particulares, e o interesse da teoria política volta a ser a forma de acomodação buscando o bem-estar coletivo por meio de um sistema político adequado. O sucesso da forma de governo praticada em Roma<sup>5</sup> republicana, associada com a prosperidade que a idéia de autonomia, que algumas cidades-

---

<sup>4</sup> A discussão entre os humanistas sobre os problemas do republicanismo se dá neste contexto. Acreditavam que o homem deveria buscar a felicidade a partir da plenitude de suas habilidades naturais e intelectuais, enquanto outros apostavam numa organização que gradualmente geraria uma condição igual a todos.

<sup>5</sup> Roma Antiga é exemplar para o movimento renascentista que se formava, mas foi ainda mais para Maquiavel. É sobre sua história que Maquiavel se detém para compreender os caminhos precisos para a realização do Estado forte. Por meio dos relatos do historiador romano Tito Lívio, Maquiavel tem acesso a este universo, que, para ele, mostrou as maiores demonstrações sobre a condução dos homens e a organização do Estado.

Estados<sup>6</sup> da Itália encontraram ao resistir à onda dos *signori*<sup>7</sup>, foram estímulos à cultura política no século XV para fazer as devidas modificações na mentalidade política. Encaminhando um novo modelo de ordenação rumo ao bem comum, Maquiavel tinha consciência deste cenário. Sabia também que Roma Antiga era referencial para atender as carências teóricas que toda nova tendência necessita para apresentar fundamentos consistentes.

Olhar para o passado como forma de apreender algo útil para o presente foi uma tendência que se iniciou com Políbio<sup>8</sup> ainda no século II AC. Porém, agora que a mudança de ênfase em observar as coisas do mundo alterou a visão clássica houve espaço para novas formas de ver o passado. Este mesmo historiador ressurgiu sob os olhos do humanismo com algo a dizer a estes homens preocupados em entender e aproveitar as mudanças proporcionadas pela nova mentalidade.

As questões mais relevantes que nos interessa apresentar são os efeitos do impacto do aproveitamento da herança política antiga legada por Roma, que teve seu retorno representado pelos defensores do humanismo, e particularmente em Maquiavel pela influência de Tito Lívio<sup>9</sup>, sobre a superada tradição do pensamento teológico-político. Influente durante o período compreendido pela Idade Média na Itália, mas que não mais fornecia o aparato explicativo adequado para os emergentes problemas

---

<sup>6</sup> Veneza, Roma e Florença são os principais exemplos de domínios que não cederam às formas mais despóticas de governo. Para maiores esclarecimentos do ponto, ver Skinner (1996), A era dos príncipes. capítulo 5.

<sup>7</sup> Senhores detentores de poder sobre algum domínio e que o exercem de maneira despótica, excluindo qualquer participação no poder e na administração do domínio. Grande parte dos Ducados, Repúblicas e Principados eram administrados desta maneira por pequenas famílias. As raras exceções foram Florença, Roma e Veneza. Para demais informações observar abordagem de Larivaille (1988. Cap, II).

<sup>8</sup> Historiador grego do século II a.C, que se radicou em Roma. Dedicou-se a estudar as instituições públicas, em especial a constituição romana. Exerceu significativa influência em Maquiavel e em todo universo humanista do período da Renascença para a retomada aos clássicos (BOBBIO, 1994).

<sup>9</sup> Historiador Romano do século I a.C, que se dedicou a registrar os eventos mais significativos de Roma Republicana. Maquiavel faz uso de sua obra para a composição dos seus *Discursos* sobre a Primeira Década de Tito Lívio (1982).

políticos que a modernidade necessitava, a Igreja Romana perde parcialmente sua força política e seu poder em influenciar as questões políticas sob o prisma de valores culturais e científicos.

A tradição crítica que se formava por humanistas entendia que no período que compreende a Idade Média acontecera um retrocesso de valores. Proporcionado por uma mudança de paradigma que antes considerava “os valores que mais precisamos adquirir para bem servir nosso país: a disposição de subordinar nossos interesses privados ao bem público [...] a honra e a glória, para nosso país e para nós mesmos” (SKINNER. 1988, p. 17). E que agora estimula e favorece apreços diferentes destes. Isto porque, segundo a explicação humanista, a humanidade se separou do modelo antigo, onde o poder residia na vontade comum representada por um rei ou uma coletividade, e passa a estabelecer suas relações a partir de critérios que encontram na religião sua justificação.

Apresenta-se então a perspectiva real de retorno conceitual ao modelo clássico latino com o objetivo de fazer uma reconstrução do homem a partir da sua visão do mundo em todos os níveis da esfera humana. Com novas perspectivas de entendimento do universo e tendo a si mesmo como núcleo e finalidade, a antiga visão sobre o mundo já não atendia mais às exigências do momento<sup>10</sup>.

Com a mudança de enfoque foi possível resgatar modelos pretéritos singulares que moldaram paradigmas para situações atuais que careciam fundamentação a partir da alteração de uma perspectiva linear para uma forma cíclica polibiana. A própria forma de entendimento do passado pode ser entendido como um bom exemplo onde

---

<sup>10</sup> Parte desta contribuição é decorrente da superação da forma de ler a história. Até então a forma predominante dizia que a história era uma continuidade linear em constante progresso.

A afirmação da circularidade da história permitiu aos homens de letras desse período apreciar o valor educativo do estudo dos fatos do passado, fazendo de suas análises uma arma na luta contra as armadilhas do tempo (BIGNOTTO. 1991, p. 31)

Essa prática foi muito utilizada pelos humanistas italianos tanto para fugir da ortodoxia do conhecimento medieval como para fundar novos conhecimentos para uma nova proposta. O pensamento político de Tomás de Aquino será paradigmático para apresentar o contraste que ambas as visões percebiam na política e no propósito governamental de satisfação da coletividade.

### **1.1 O contraste religioso-político**

A religião, com seus valores morais em franca decadência na esfera política, precisava ser repensada no âmbito institucional. Seus axiomas mais tradicionais formulados pelos cânones do pensamento cristão de séculos precedentes, como o de Santo Tomás, estavam desatualizados pois não atendiam à realidade. Além disso, a corrupção, inconformidade às regras do costume são alguns adjetivos que podem ser utilizados para caracterizar a tendência crescente dos homens do clero. Indivíduos responsáveis de serem os zeladores dos valores da religião junto ao povo, mas que comumente utilizaram o cristianismo para o próprio bem. No período antecedente à Maquiavel, o que parecia mais evidente no seu tempo, os homens que representavam a credo, sejam os padres, cardeais, bispos e o Papa estavam muito distantes de serem considerados os exemplos de religiosidade. Podemos atribuir tal

acontecimento ao crescimento do interesse destes homens pelas coisas mundanas em defasagem ao seu objetivo primordial da religião e da Igreja.

A Igreja Romana, do século XIV em diante, lembrava pela sua estrutura e propósitos um daqueles muitos Estados e reinos seculares que estavam espalhados na Itália que se dedicavam naturalmente a assuntos políticos que concernem a sua sobrevivência e desenvolvimento. O diferencial deste Estado sacro é a religião que foi transformada pela Igreja Romana em uma forma de captação de benefícios e vantagens em favor de seu corpo político. Seria compreensível e natural que um Estado manifestasse um comportamento politicamente acentuado na captação de recursos quando é essa sua finalidade em si, mas quando se trata de uma instituição que comporta a função de representar a religião cristã no mundo ocidental, é inevitável que esta tendência afete a estrutura de uma comunidade política nos moldes da política italiana no século XV e XVI.

O pensamento e a cultura política antecedente praticamente não tinham mais nada a dizer sobre os novos problemas que a emergente teoria do Estado carecia de solução. Seus temas elaboravam somente aquela forma de organização que enquadra agora como típicas de um Estado repressivo e inibidor junto ao homem e sua natureza. “Idéias medievais que como as da Igreja e o império, todavia nos dias de Dante, podiam despertar um nobre entusiasmo, já não eram nem sequer lembrados” <sup>11</sup> (SABINE. 2000, p. 269). A idéia de que somente o rei com o poder de Deus poderia trazer a justiça com a força da espada e, com isso, conter a natureza má do homem estava dissolvida pelas novas fundamentações. O juízo que sustenta esta concepção de Estado entendia o

---

<sup>11</sup> No original: “Ideas medievales que como las de la iglesia y el império, todavia en los días de Dante, podían despertar un noble entusiasmo, no eran ya ni siquiera recuerdos” (SABINE. 2000, p. 269)

homem como um ser com uma natureza corrompida deste o pecado original e que precisava ter seus impulsos contidos para viver em sociedade. Os homens se dividiam em servos e senhores que deveriam encontrar sua salvação última na religião. “Santo Tomás mostrou que a única ação capaz de oferecer alguma coisa para os homens é a contemplação”(BIGNOTTO. 1991, p. 39). A contemplação em Tomás tem o sentido da Eudaimonia de Aristóteles, o de uma felicidade intelectual fundada na compreensão do ser. O Estado é visto como um aparato terreno desenvolvido para melhor organizar a vida social até o dia da salvação.

Grande parcela dos estudos que a filosofia política medieval desenvolveu sobre o Estado e toda organização política, pode ser entendida a partir daquilo que Norberto Bobbio (1994) chamou de uma “concepção negativa do Estado” (BOBBIO. 1994, p 80), ou seja, toda a estrutura institucional de governo está edificada para conter a natureza negativa dos homens. O Estado deveria controlar todos os seus impulsos que poderiam corromper o bem-estar social. Um Estado forte para um homem naturalmente mau. Um Estado somente preparado de forma que garantisse a ordem social até o momento da chegada dos homens ao paraíso junto a Deus.

Uma consideração determinada com essa preocupação nos permitirá perceber de forma clara as razões de uma valorização e retomada dos clássicos gregos e principalmente romanos a partir da idéia de que o homem deveria buscar sua felicidade aqui mesmo na terra, seja por meios particulares ou por intermédio de uma comunidade política. Os clássicos da antiguidade mostrariam os possíveis caminhos a percorrer para tal tarefa. O bem-estar do homem é resultado de um cálculo sobre aquilo que se deseja e a capacidade que essa tarefa demanda.

A vida contemplativa não comporta mais os limites de um homem que precisa ser potente para ser próspero. É na antiguidade que ele encontra o subsídio necessário para a mudança. Daí o renascimento dos valores antigos sob forma de inspiração ou mesmo reprodução daquilo que passou a ser o modelo para essa época. De maneira geral, os estudos políticos medievais desconsideraram a virtude humana para construir empreendimentos concretos, ou se a tiveram em conta foi sob outra forma. “A virtude cristã pressupõe força moral para debelar as tentações e a fraqueza da carne” (MEGALE. 1993, p. 51). Os limites que a religião impunha na natureza humana por meio da vida contemplativa<sup>12</sup> é o indicativo para este encaminhamento.

Neste período passou a existir um espírito que, se não se constituiu definitivamente numa tendência, ao menos catalisou e ajudou a servir como explicação para compreensão dos novos problemas enfrentados nesta época tão singular para o desenvolvimento de noções políticas. Falamos especificamente sobre problemas de adequação da nova realidade que se apresentava à sociedade e ao homem a partir da nascente ordenação motivada pelos valores da liberdade e da justiça. Axiomas promovidos por Estados que desenvolveram uma forma republicana de governar. A priorização da liberdade como o mais alto ideal republicano foi resultado da revitalização destes elementos.

Considerando o abandono de elementos teológicos na edificação de legitimação política, a formulação de novas teorias de governo em benefício dos ideais que priorizavam a liberdade e, por sua vez, a valorização do homem, formaram as principais

---

<sup>12</sup> Mesmo Maquiavel, que também fundamentou suas teses a partir da visão de uma natureza negativa do homem, não seguiu este caminho. Ele acreditava em uma comunidade política forte por si que resistia longamente ao tempo por meio das instituições, da administração do príncipe e principalmente pela força da lei elaborada por seu legislador.

características de uma nova mentalidade política que então se formava desde meados do século XV<sup>13</sup>. Uma mentalidade que visava, entre outras coisas, a busca de respostas para problemas empíricos provenientes da adequação da melhor forma de governo. A partir da constatação de que a maneira mais positiva de o homem progredir e atingir suas mais elevadas capacidades era em estado de liberdade e livre da opressão servil e com condições justas. O modelo de governo em que os cidadãos que compunham esta sociedade estivessem em sintonia com o governo por meio de suas atividades livremente desenvolvidas foi a forma republicana de administração.

## **1.2 A Situação política da Itália no século XV**

A apresentação dos principais elementos que compuseram a política italiana se justifica como condição de entendimento de tudo aquilo que foi produzido e intencionado por esse dedicado secretário florentino no início do século XVI. Muito de suas regras e teorizações sobre a política, o poder, e o agir político carecem, em parte, deste contexto histórico do renascimento dos ideais republicanos para fazer sentido. A própria gênese do Estado moderno começou a ser definida com as preocupações provenientes destes problemas.

Maquiavel não foi um pensador independente dos acontecimentos do seu tempo, daqueles que se refugiaram para elaborar uma teoria ideal com valores absolutos, distante das coisas reais que aconteciam no mundo. Pelo contrário, grande parte de sua contribuição à filosofia política e à fundação do Estado moderno advém como respostas daquilo que a tradição humanista defendia e debatia como seus temas

---

<sup>13</sup> Tem seus primeiros esforços em Guilherme de Ockham e Marsílio de Pádua.

principais. Maquiavel fazia uso da comparação com a história para avaliar o real peso que as tendências dos valores defendidos possuíam ou não significação com o critério da necessidade. Sua caminhada junto à tradição humanista, que exercia forte influência no contexto florentino, foi importante no amadurecimento do pensamento de Maquiavel. Os humanistas florentinos deixaram um caminho teórico aberto para que ainda se fizessem considerações importantes para a política a partir das suas observações como funcionário de Florença<sup>14</sup>.

Não podemos deixar de reconhecer que a compreensão da questão da liberdade no pensamento de nosso autor passa pelo estudo das relações com a tradição republicana florentina (BIGNOTTO. 1991, p. 10).

A história da Itália pré-maquiaveliana foi dona de alguns pontos peculiares com relação a outras nações européias no que se refere à evolução da estrutura organizacional de poder interno desde a dissolução do sistema feudal. A Itália não passou pela mesma forma de desenvolvimento político institucional que nações vizinhas como a Alemanha, a França, a Espanha encontraram ao sair do sistema tipicamente feudal. Esses Estados transitaram do momento do período feudal, onde politicamente o Estado era descentralizado, para um Estado monárquico pré-estabelecido. A Itália por sua vez não conheceu esse sistema e nem mesmo chegou a passar por essa transição comum neste período. Não havia um Estado organizado que compreendesse toda a península, muito menos um reino soberano que respondesse pelo território. O que havia era um conjunto desordenado de interesses políticos que

---

<sup>14</sup> Na obra *Maquiavel Republicano* (1991), seu autor, Newton Bignotto deixa transparente essa questão antes de introduzir de maneira mais específica seu estudo referente à república.

cada vez mais se confundiam com os interesses particulares de senhores no poder. A disputa por territórios foi a maior das motivações para o conflito entre os Estados.

Essa fragmentação territorial, que favorece os particularismos e ao mesmo tempo as rivalidades intermináveis, se revela catastrófico para o destino da península, ainda durante a vida do próprio Maquiavel (LARIVAILLE. 1988, p. 9).

A Itália, anos antes de Maquiavel, estava longe de se parecer com estes Estados que tinham como característica um tipo de governo relativamente organizado na figura de um rei. Na verdade, a Itália não poderia nem mesmo ser chamada de um Estado no sentido moderno do termo. Embora sendo o centro comercial mais forte da Europa e passando pelo Renascimento, uma das fases de maior esplendor de sua história cultural, conjuntamente estando no auge do mercantilismo comercial<sup>15</sup>, com os principais portos e rotas de acesso a quase toda Europa, ainda assim sua configuração política e social era precária e caótica.

A fragmentação do poder dentro do território italiano dividiu-a em cinco regiões que compreendiam os principais núcleos de poder na península. O Reino de Nápoles, o Ducado de Milão, a República de Veneza, o Estado de Florença e os Estados Pontifícios. A principal característica desses núcleos de poder residia, como já mencionamos, no fato de eles não englobarem uma política centralizada no papel de um senhor “*signori*”, ou sob o sistema único de poder maior.

---

<sup>15</sup> As razões mais plausíveis que acreditamos tornar possível uma justificação para a derrocada do ideal de liberdade promovido pelos humanistas defensores do republicanismo se encontram numa circunstância estritamente prática. A vulnerabilidade do sistema constitucional estava posto sob um alicerce frágil demais para garantir o equilíbrio democrático na maioria das cidades que assim dispuseram seu sistema de governo. A fragilidade do equilíbrio entre os poderes que dividiam o espaço político das cidades apresentou sua ruína, e por sua vez a descrença daqueles valores defendidos pelos humanistas quando as alterações sociais promovidas principalmente pela economia começaram a apresentar seus efeitos. A função reguladora que o equilíbrio das forças deveria garantir a sustentabilidade e desintegrou-se, ou melhor, tornou-se simplesmente ineficiente quando esta estrutura não suportou mais as diferenças dos interesses burgueses e da nova realidade imposta.

Com uma formação política dessa espécie onde a lei maior era a força, cada território buscava explorar o máximo de vantagens que poderia ter a fim de aumentar sua potência<sup>16</sup>. Na maioria do tempo era constante o conflito entre estes Estados ou em seus interiores em decorrência de disputas entre as pequenas cidades ou territórios, no geral, pontos estratégicos para interesses particulares de pequenos déspotas que estavam no poder. Em decorrência, estes constantes atritos motivavam reinos, ducados, repúblicas a abrirem caminho para as alianças com nações estrangeiras por meio de pactos de ajuda mútua ou mesmo o aluguel de tropas militares para alguma batalha. Na pluralidade das ocasiões, esses países e seus exércitos eram muito mais poderosos do que toda a Itália reunida. Estas nações aceitavam estes acordos com vista exclusivamente à satisfação de seus próprios interesses estratégicos e econômicos ao invés da causa motivadora original.<sup>17</sup> Por vezes, tanto a França como a Espanha tiveram oportunidades claras de conquistas sobre os Estados italianos em decorrência deste Estado de anarquia e fragmentação política. Mais por sorte do que por falta de *virtù* que estas nações não se apoderaram definitivamente da península.

Historicamente a forma de governo mais organizada que aconteceu na Itália foi ainda no século XIII. Mais tarde, já no século XV, a Itália caracterizava-se por ser uma região fragmentada em inúmeros Estados independentes<sup>18</sup> sem a menor sintonia entre

---

<sup>16</sup> O fato de a economia interferir diretamente na perspectiva política foi um choque que não se encerra com essa alteração. Até mesmo a onda crescente de consolidação de senhores despóticos, sem a menor tradição no poder, pode encontrar sua justificação neste ponto. Por vezes sua única motivação era a vantagem comercial que este principado possuía seja pela sua posição geográfica, seja pela tradição de seu nome. Assim também procederam os Estados Pontifícios, que por vezes fez uso de seu poder para agir exclusivamente com intenções comerciais. Conquistas territoriais por meio de invasões aconteceram até depois da morte de Maquiavel.

<sup>17</sup> Visto que a Itália passava por um período favorável comercialmente ao ser rota e ponto de chegada de produtos, muitos Estados também visavam compartilhar dessas vantagens e de ter um posicionamento geográfico mais promissor.

<sup>18</sup> Assimilar os interesses de uma emergente classe comercial que se formava no seio da Itália foi crucial para o aniquilamento de uma estrutura que buscava reviver uma realidade semelhante à de Roma. Foi

eles. Larivaille (1988, p.9) definiu assim este momento turbulento da história italiana: “Um mosaico de Estados de dimensões territoriais, regimes políticos, estágios de desenvolvimento econômico, até culturas muito variáveis”. Cada domínio era detentor de seus próprios meios de sua manutenção e na maioria das vezes estava a serviço de um senhor soberano, sendo assim, pouco identificado com práticas democráticas de governo.

Acordos e contratos entre os Estados só eram estabelecidos quando não havia outra solução para problemas internos e quando precisavam de ajuda imediata para uma nova conquista. Geralmente eram acordos referentes a assuntos de guerra. As relações de âmbito internacional construíam-se neste mesmo caminho; “As relações internacionais eram dominadas pelos governantes, monarcas e papas, cuja palavra era mantida enquanto seus interesses fossem preservados” (HALE. 1963, p. 25).

Porém, dentro dessa mesma mistura de elementos tão discordantes existia uma convergência comum entre alguns principados. O poder estava cada vez mais centralizado na mão de um déspota que mantinha seus poderes por meio da supressão de qualquer distinto eco que não representasse seu interesse. Foi um período em que existia pouco espaço para práticas republicanas de governo, com exceção parcial de Veneza, Roma e Florença. O desenvolvimento destas estruturas do poder no território italiano propiciou que o poder dos senhores residisse principalmente nos pequenos reinos. Nestes reinos a disputa pelo poder fazia destes lugares campos de inúmeras batalhas.

---

impossível para a comunidade política ignorar a força que essa classe impunha à realidade tanto pelas novas possibilidades financiadas pelo dinheiro, quanto pelo interesse na crescente supremacia diante dos demais Estados concorrentes. A separação das forças de governo proporcionada pela concepção de governo misto oriunda dos antigos e refinada por Políbio mostrou sua debilidade neste momento.

Estados como Florença, que desde sua fundação cultivou os valores do republicanismo, tiveram sua administração centralizada nas mãos dos Médicis<sup>19</sup>. Em oposição à hegemonia estabelecida desta família, houve conjuntamente a vontade de homens representantes da liberdade republicana que sucessivamente estiveram presentes em Florença desde a sua fundação e que neste período desfrutaram apenas de alguns intervalos<sup>20</sup> para desenvolver o ideal político. Ainda assim na maior parte do tempo prevaleceu a dinastia dessa família e a forma de governo centralizada em algum de seus representantes.

Assim também sucedeu em Roma. Segundo a grande maioria dos comentadores de Maquiavel, o papado teria liquidado com toda oposição de famílias locais<sup>21</sup> e teria governado com toda força. O próprio Maquiavel no capítulo XI de **O Príncipe** (2001) dedica-se a explicar essa trajetória. Em Roma, o que ali aconteceu foi a gradual concentração do poder nas mãos dos papas a partir do enfraquecimento do poderes dos tradicionais senhores que ali residiam, os Orsini e os Colonna. O ponto crucial que representou a aniquilação total de um poder que não fosse oriundo da Igreja se deu já no período ativo de Maquiavel, no papado de Alexandre VI<sup>22</sup>. Seu filho, César Bórgia<sup>23</sup> enquanto condottiere<sup>24</sup> da Igreja liquidou todos que se opunham aos interesses

---

<sup>19</sup> Uma conceituada família com vasta tradição econômica e política que assumem um papel político oligárquico sobre Florença e a dominaram por muitas décadas, desde Lourenço de Médici em 1470. Ver Larivaille (1988).

<sup>20</sup> Como o que ocorreu após a queda do governo teocrático de Savonarola até o retorno da família Médici sob o apoio das tropas espanholas, período em que Maquiavel exerce o cargo de segundo secretário de Florença.

<sup>21</sup> Os Orsini e os Colonna, foram duas influentes famílias que competiam paralelamente sobre o poder de decisão dentro de Roma. Formando facções antagônicas que exerciam poder sobre o papado, durante muito tempo controlaram o poder temporal dos homens da Igreja.

<sup>22</sup> Rodrigo Lonzol y Borgia. Papa espanhol que comandou a Igreja entre 1431 até 1503. Pai de César Bórgia.

<sup>23</sup> Comandante dos exércitos pontifícios que restabeleceu o poder da Igreja Romana por meio das suas conquistas militares. Lembrado também como Duque Valentino, é o exemplo máximo de homem de *virtù*

de pontífice e arrecadou para a Igreja uma enormidade de novos domínios. Este condottiere foi o diferencial em favor do domínio político da Igreja Romana sobre os demais Estados. Mais tarde, com Júlio II<sup>25</sup>, a Igreja consolidou um caminho aberto para solidificar os feitos passados e administrar para que consolidasse definitivamente no mundo italiano e europeu até a crise da Reforma e a crise da instituição meio século adiante.

### **1.3 A política do homem renascentista.**

O Renascimento italiano significou para o período a recuperação dos valores clássicos em detrimento da precedente estrutura balizada pelos valores cristãos mais conservadores. Esta afirmação não nega que foi somente neste período que a antiguidade clássica teve participação na construção de teorias de política europeia. Já na Idade Média, muitas das principais obras dedicadas a este assunto tiveram como base as obras clássicas de Platão e principalmente de Aristóteles. Porém o espírito das obras foi muito mais em razão de fazer uma adaptação de antigos sistemas, elaborados pelos principais filósofos gregos, com conceitos que viabilizassem teoricamente o cristianismo e toda uma teologia que necessitava de amparo teórico.

Este movimento de redescobrimto dos valores da antiga cultura, conhecido como Renascimento, não apresentou os mesmos desígnios que os medievalistas

---

para Maquiavel. Este modelo de príncipe sucumbiu por falta de fortuna, logo após a morte do pai. Sua trajetória contribuiu muito para o conhecimento de Maquiavel.

<sup>24</sup> Comandante militar responsável pela defesa ou conquista dos principados. Os condottieres foram quase na sua totalidade chefes contratados por esses domínios. Em troca de remuneração ofereciam seus serviços mercenários para quem dispusesse pagar por eles.

<sup>25</sup> Papa que assume o trono em 1503 e o conduz com propriedade até 1513. Antecedido por Alexandre VI, este homem centralizou o poder da Igreja e ampliou sua participação política nos eventos da época. Foi o responsável pela consolidação do Estados Pontifícios e pelo exílio de César Bórgia frente à Igreja.

propuseram na sua retomada. “Abrir-se humildemente a estas obras, e, por amor, transformar-se nelas, significava renovar-se a si mesmo através de uma riqueza humana, reconquistando para si todos os tesouros do espírito humano” (BIGNOTTO. 1991, p. 16). O desenvolvimento do homem rumo ao seu descobrimento enquanto indivíduo deveu-se primordialmente em razão das preocupações relativas ao Estado e à sociedade, e só se alinhou como uma questão em aberto a partir dos problemas apresentados caracteristicamente pela Renascença. Foi uma revolução gradual de um Estado de esmorecimento que se alterou em aproximadamente dois séculos. “A humanidade clássica não só havia alcançado uma rara plenitude e harmonia de vida, mas a havia expressado através de obras de arte e de pensamento, perfeitas quanto a própria vida” (BIGNOTTO. 1991, p. 16). A onda crescente de valorização dos antigos tratados gregos e principalmente romanos, a partir do século XV, serviram antes de tudo como uma referência para o encaminhamento de um novo momento em contraposição àquele outro, saturado e ineficiente para a realidade.

A primeira característica que podemos inferir sobre o homem do Renascimento é a alteração da perspectiva da consciência pela qual sua posição no mundo como observador é apreendida.

Na Idade Média, ambas as faces da consciência – aquela voltada para o mundo exterior e a outra, para o interior do próprio homem - jaziam, sonhando ou em Estado de semivigília, como que envoltas por um véu comum” (BURCKHARDT. 1991, p. 111).

Contrariamente àquele homem contemplativo surge um homem aberto para o mundo, para a realidade a ser explorada catalisada pela ação. A negação do ócio em detrimento da vida ativa teve participação relevante na vida civil e provocou renovações.

Tornou-se imprescindível a elaboração de um novo sistema para abarcar a amplitude de um novo homem que percebeu a necessidade de instruir-se e desenvolver formas mais sofisticadas de organização e adaptação das novas possibilidades descobertas. As possibilidades de mudanças demonstraram as lacunas que distanciavam o homem do caminho da ação para seu apogeu enquanto ser individual.

A continuidade entre o mundo romano e a Renascença era possível porque a herança de homens como Cícero havia sido apenas eclipsada, e não destruída e os humanistas mostravam-se capazes de recuperá-la em todo seu esplendor (BIGNOTTO. 1991, p. 30).

A oposição entre o ócio e a prática ativa se estabelece a partir da funcionalidade. O ócio, segundo a unanimidade humanista, tem o poder de destruir a unidade cívica e promove a dissolução da vida pública, enquanto a vida ativa é virtuosa. É o motor propulsor da sociedade. “Em uma comunidade ameaçada pela guerra e pela ambição dos tiranos do norte da Itália, a postura do sábio contemplativo parecia insustentável” (BIGNOTTO. 1991, p. 15). A república surge então como a forma mais justa e coerente com os propósitos dos homens para poderem desenvolver sua prática individualizada e ao mesmo tempo identificada com o crescimento da comunidade.

Um homem com estilo dinâmico e determinado para a ação e acima de tudo consciente da sua potência principadora “desperta ali uma contemplação e um tratamento objetivo do Estado e de todas as coisas deste mundo” (BURCKHARDT. 1991, p. 111). O que motiva essa oposição entre um e outro tipo de homem nas duas diferentes épocas é decorrente principalmente da posição religiosa da fé cristã que se altera de um para outro momento conforme o modo de entender seus valores. Em um primeiro momento o ideal que prevalece sobre o homem contemplativo que encontra no

ócio sua identificação com os princípios cristãos e em outro aquele homem que assume sua necessidade como condição para o agir.

De modo geral, podemos dizer que esta tendência de governo personalizado na figura de um déspota prevaleceu e se sobrepôs às demais formas de organização de governo na época. A causa pode estar na falta de identificação e interesse do cidadão comum com a prática social. Os cidadãos não estavam mais identificados com a coisa pública<sup>26</sup>. Nos Estados que exerciam a forma republicana de governo podemos encontrar essa ausência pelo fato da decepção dos valores republicanos serem questionáveis como problemáticos diante da corrupção do corpo institucional do poder. Outra razão deve-se a uma tentativa ingênua de imitação do sucesso que o absolutismo encontrava na Espanha e principalmente na sua vizinha França, onde as centralizações do poder na mão do rei aliada a uma força militar produziram consideráveis feitos de engrandecimento destas nações. A idéia de um soberano que concentrasse todos os poderes já tinha sido defendida no passado e continuava a fazer adeptos no Renascimento. A amostra encontra-se na crescente onda de obras de aconselhamento com o propósito de discorrer sobre o comportamento dos príncipes e de conselhos para sua administração que recorriam a esta estrutura de poder como a mais bem sucedida.

Sobre as maneira de se governar<sup>27</sup>, a tradição dos humanistas diferira um tanto da tradição medieval. Por serem adeptos do modelo Romano antigo, os chamados

---

<sup>26</sup> Foi Maquiavel que notou, por meio da observação dos acontecimentos políticos descritos por Lívio na Roma Antiga, que os conflitos entre as forças internas do domínio eram saudáveis para o bem-estar da nação e a manutenção da liberdade. Eram positivos, pois a vigilância que cada facção fazia sobre a outra impedia a corrupção e o abuso de poder. A tensão que se formava só proporcionava o equilíbrio de igualdades entre o povo e os nobres.

<sup>27</sup> Maquiavel defende que o fundamental é preservar a força e a segurança do Estado. O poder deve ser preservado e cuidado. De maneira geral não existiu uma tese específica comum entre os humanistas sobre qual deveria ser a prioridade de um governante.

humanistas cívicos apreciavam sobre tudo valores derivados da liberdade e da justiça. Estes eram os “valores supremos” que Skinner (1996) apresenta. Já os que se dedicavam a escrever espelhos<sup>28</sup> de príncipes acreditavam que o melhor seria proporcionar e conservar a paz. Ao invés de se dirigir a todos aqueles interessados, os autores dedicavam quase que exclusivamente suas obras a príncipes. A prática tornou-se comum no período, da mesma forma que o estilo literário que mais se popularizou no período foi o dos espelhos de príncipes.

Como o poder não se autenticava constitucionalmente de fonte divina nem da ordem democrática, a força pura legitimava a posse do tirano no poder. Sabendo disto, era muito difícil um déspota deixar de se preocupar em tomar todas as medidas cabíveis para garantir sua integridade e a de seu poder por meio de um exército, mesmo quando este era composto por mercenários estrangeiros despreocupados em defender outra causa que não a de produzir sua riqueza. Todavia, historicamente esses tiranos tinham pouco a temer acerca de seus projetos de domínio que se espalhavam por toda Itália. Para que houvesse uma revolta do povo, deveria ocorrer uma situação demasiadamente grave “Um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe o príncipe contra as conspirações é não ser odiado” (MAQUIAVEL. 2001, p. 88), ou uma seqüência de ofensas muito desastrosa de atitudes do soberano sobre a população.

Além de Roma e Florença, como já apresentamos, a península itálica ainda comportava outros domínios também importantes; havia a república de Veneza, o reino de Nápoles e o Ducado de Milão. Destes últimos apenas Veneza cultivou com sucesso

---

<sup>28</sup> Quanto à produção de obras voltadas especificamente para a educação e o aconselhamento de príncipes, uma prática comum no século XII e que retornou com força no século XV e meados do XVI, os valores desenvolvidos teoricamente pelos pensadores romanos foram de vital importância para composição do principado ideal. Estes valores foram essenciais para definir e guiar o comportamento do novo príncipe em busca da melhor ordenação para seu Estado. Da mesma maneira os valores pregados pela cultura cristã também serviram de alicerce como valores cardeais.

uma tradição de valores ligados à liberdade e à prática republicana de exercício do governo. “Enquanto o resto da Itália sucumbia à regra dos *signori*, os venezianos jamais renunciaram a suas antigas liberdades” (SKINNER. 1996, p. 160). Esta república serviu de exemplo para os humanistas florentinos elaborar sua estrutura governamental durante o hiato republicano após a queda do frei Girolamo Savonarola. “Os florentinos, em especial, começaram a se indagar o que fazia que os venezianos conseguissem combinar um regime tão pacífico quanto o de Florença com um elenco bem mais extenso de liberdades políticas” (SKINNER. 1996, p. 161). A busca do entendimento do modelo veneziano de administração de governo foi exemplar para Florença e sua tentativa de reestruturação de antigos ideais adormecidos pela oligarquia dos Médici.

A idéia de auto-suficiência restabelecida pela tradição humanista, e confirmada na prática pelo bom desenvolvimento das práticas comerciais, levou grande parte das principais cidades da Itália a não fazer coligações com outras a fim de unificar a península, a exemplo do reino da França e da Alemanha. Esta pretensão de autonomia, com o passar do tempo, mostrou-se ilusória e extremamente alicerçada em um curto momento de prosperidade da situação histórica favorável. A auto-suficiência ocorreu pelo fato de cada domínio cultivar seus próprios valores e desenvolver com relativa continuidade uma concorrência comercial. Aquelas cidades que não tiveram a mesma sorte de se desenvolverem ficaram sujeitas ao poder daquelas mais fortes e tornaram-se dependentes destas. “Dessa confusão de simpatia e antipatias não podia desenvolver-se qualquer sentimento de unidade nacional” (HALE. 1963, p. 26). Todos os acordos realizados entre os Estados eram temporários e vigoravam somente enquanto o interesse particular pautava, logo eram produzidos em situações

determinadas sem um objetivo maior. Nunca houve por trás desses acordos a idéia de uma proteção comum contra estrangeiros.

A idéia de ver a Itália unida sob um único líder seduziu Maquiavel tempos depois, no entanto, na sua época essa idéia foi rejeitada teoricamente devido a diversidades entre os Estados. “Salvo em Maquiavel e talvez em alguns outros, não há uma consciência política nacional, propriamente dita” (LARIVAILLE. 1988, p. 13). O impedimento à unificação da península, segundo Maquiavel nos seus *Discursos*<sup>29</sup>, é imputado à política praticada pela Igreja de Roma. O reflexo dos encaminhamentos políticos proposto pela Igreja convergem na fragmentação do poder encontrado neste período.

As cidades que obtiveram uma relativa prosperidade dentro da península começaram a desenvolver gradualmente maior influência sobre os acontecimentos politicamente relevantes. As famílias mais proeminentes de cada cidade foram as responsáveis pela concentração de poder e por conseqüência a degradação da liberdade interna da mesma. O interesse da cidade passou a ser o interesse do seu soberano. Não havia mais condições internas para a sintonia entre o povo e o governo, e o poder era cada vez mais personalizado na figura do tirano. Florença juntamente com Veneza foram às únicas repúblicas que conseguiram relativamente resistir e

---

<sup>29</sup> Nos *Discursos* e no *O Príncipe* há uma diferença acerca das críticas e comentários referentes à Igreja. Na primeira obra o autor é muito mais agressivo e direto. Maquiavel dedicou esta obra a seus amigos de debate que se encontravam nos jardins da família Rucellai, a saber: Cosmo Rucellai e Zenóbio Buondelmonti. Já no pequeno opúsculo, Maquiavel assume uma postura mais amena e superficial. Suas críticas são francas e precisas. Acredita-se que isto ocorra porque cada obra foi produzida com um alvo próprio. *O Príncipe* foi escrito com um propósito claro que foi o de recuperar seu antigo cargo na chancelaria. A obra foi dedicada a Lourenço de Médici, sobrinho de Giuliano de Médici, O papa. Logo seria natural que certos aspectos de seus pensamentos fossem velados a fim de evitar um descontento; preocupação que não aconteceu para a composição dos *Discursos*.

comprometer-se parcialmente com os valores legados de seus passados e talvez por essa razão deixaram experiências para a história política da humanidade.

As invasões que se sucediam com maior frequência a partir do fim do século XV por parte de países vizinhos pouco repercutiram em significativas alterações na estrutura política daqueles redutos onde os senhores exerciam o poder de forma despótica. Em compensação, em outros lugares, as mudanças eram radicais, principalmente quando estas cidades tinham uma tradição republicana de governo<sup>30</sup>. O conflito que então se manifestava era dos defensores da liberdade contra aqueles que promoviam a dissolução de qualquer ideal político de liberdade e independência. Estas invasões serviram para alertar contra o perigo que estes estrangeiros representavam para a própria sobrevivência de cada Estado Italiano.

#### **1.4 O conflito dos valores**

Durante o período da Idade Média, grande parte dos sistemas político-filosóficos encaminham seus preceitos na direção de perceber em Deus o propósito da existência do homem no mundo. Uma descrição figurativa da história externa sua vida na terra justificada perante esta relação desde o seu nascimento. Os axiomas políticos estruturam-se tentando encaminhar uma organização em que as deliberações do soberano representem a vontade maior dos céus. O pensamento filosófico justifica sistemas jurídicos e políticos na maioria das vezes com essa índole. Estando atrelado nesta situação desde os primórdios da sua existência aos dogmas da cultura cristã, o homem não se compromete e não se interessa por aqueles aspectos referentes a sua

---

<sup>30</sup> Como no caso de Veneza, Roma e Florença anteriormente ilustradas.

participação nos assuntos terrenos. A modéstia das pretensões humanas empobrece o sentido da busca e realização, “a presença do homem no mundo era coisa sem importância” (BIGNOTTO. 1991. p. 32). A idéia da transitoriedade da vida no mundo e a certeza da vida eterna encaminham a seguir os costumes e a tradição.

Na visão renascentista a alternância dicotômica derivada desta situação, ou Deus ou o homem, que não existe de maneira definida para os pensadores medievais, se coloca como inversamente proporcional, quanto mais Deus, menos se aposta no poder do homem. “A obra humana, nesta perspectiva, não significava nada, pois era a pura expressão da nossa condição de seres da queda” (BIGNOTTO. 1991, p. 32). O caminho torna-se propício para a contemplação e a renúncia à vida prática passa a ser conseqüência de um futuro determinado pela glória com o esperado encontro com o redentor.

A tradição cristã encorajadora desta perspectiva limitante das possibilidades de atuação humana domina de tal modo a vida que o homem só consegue enxergar sua torpeza. “De fé, de uma prevenção infantil e de ilusão tecera-se esse véu, através do qual se viam o mundo e a história como uma colocação extraordinária” (BURCKHARDT. 1991, p. 111). Não há nada que o momento oferecesse para que se possa fazer para alterar esta tendência crescente. “As verdadeiras ações dignas de elogio eram praticadas sob inspiração divina, pela graça e não tinham qualquer ligação com as qualidades individuais dos homens” (BIGNOTTO. 1991, p. 32). Este homem sentia-se lúcido como se soubesse a verdade do inevitável destino. Sem alimentar expectativas seu enfraquecimento era evidente mediante a ostentação de falsas virtudes.

Durante o período do Renascimento italiano ocorre uma transformação desse quadro e o homem começa a perceber a tendência de sua dualidade. O estopim pode ser encontrado nas motivações provocadas pelos axiomas da cultura clássica que retomam e transformam de forma a adaptá-la à presente tradição cristã. Personagens sacros passam a ser recuperados por seu apelo humano. A construção do tempo do Renascimento consiste em recuperação da cultura clássica sem negar o momento presente, mas sim absorvendo-o para depois superá-lo sob forma de respostas as inéditas questões. “Um homem da Renascença, ao contrário, devia buscar o mais alto nível de perfeição pessoal, sabendo que dessa maneira contribuiria para a vida pública” (BIGNOTTO. 1991, p. 33). As causas de toda essa transformação, ou seja, as causas do próprio Renascimento podem ser encontradas nas novas condições políticas, sociais e principalmente culturais criadas em toda Itália e principalmente em Florença.

As formulações de novas teorias políticas que sustentarão aquilo que virá a ser o Estado Moderno encontram este cenário como berço para novas práticas políticas a partir de modelos clássicos. Até então a mentalidade do momento tolerava, para justificar o poder de um rei ou de um soberano, recorrer-se a determinações divinas que viabilizassem a conformidade popular e a situação em que um domínio se encontrava. A política foi impregnada por critérios provenientes da religião. Ampará-la desta maneira convergiu em limitar sua capacidade de atuação. A força imperativa que a cosmovisão cristã inseriu nas questões sobre o governo por vezes ofuscou prioridades para a condução de um governo. Podemos identificar na política os traços deste pensamento principalmente desde as obras de Santo Tomás de Aquino.

A prática política sustentava seus conceitos a partir da percepção cristã dos valores mundanos ao invés de elaborar seus fundamentos sob o domínio da razão e da

realidade. A tradição humanista não se distanciava de parte destes mesmos valores. Estruturar a percepção política a partir destes paradigmas fez com que o pensamento de Maquiavel se apresentasse na seqüência, dentro do contexto da época, como problemático. Quando comparado com aqueles humanistas com os quais Maquiavel se instruiu para modelar sua percepção política, estes, mesmo recapitulando elementos da cultura clássica, ainda esboçavam traços tipicamente influenciados pela cultura religiosa<sup>31</sup>.

Os humanistas prezavam realçar em seus tratados<sup>32</sup> os valores clássicos dos antigos e sempre exaltavam a glória alcançada por meio da virtude. O homem deveria buscar um lugar digno de honra e glória do tamanho da sua grandeza. Esses eram os propósitos que norteavam os escritos dos humanistas de maneira geral. Petrarca<sup>33</sup> foi o primeiro a beber da fonte do passado dos antigos e a compará-la com o presente. Este método comparativo que repercutiu no pensamento de Nicolau, que acentuadamente, com o tempo, passou a ser incorporado como mais uma rica forma de conhecimento a partir de uma mudança paradigmática sobre o entendimento do funcionamento da história.

Assemelhando-se com os demais humanistas, Maquiavel também foi promotor desta busca da honra e a glória do príncipe. No seu opúsculo ele recomenda que se

---

<sup>31</sup> Os humanistas ainda acreditavam que por meio da clemência, da liberalidade, da benevolência e de outras virtudes típicas da vida religiosa seria possível governar. Maquiavel contesta a ideologia de sucesso que estes elementos encontrariam na prática política cotidiana. Ver Skinner (1996 p. 151-155).

<sup>32</sup> Não é novidade o fato de que os humanistas dedicaram-se a aconselhamentos de príncipes e líderes. Sabe-se que essa prática não era novidade nesta época. Maquiavel foi quem produziu a obra com maior repercussão neste tempo. Outros figuraram também, como no caso de Patrizi, Sacchi e Carafa. Porém muito anteriormente esse fora um costume entre os escritores identificados com as práticas literárias voltadas para a política. Santo Tomás de Aquino assim fez ao compor sua obra *Do Governo dos Príncipes ao rei de Chipre* em 1265.

<sup>33</sup> Petrarca (1304-1374). Um dos maiores poetas italianos. Autor da canção *Itália minha*, foi um dos primeiros a defender a libertação da Itália. Foi muito influente na formação intelectual de Maquiavel.

tomem como exemplo os feitos dos antigos e daqueles que são figuras históricas. Há inúmeros modelos que podem ser seguidos de ações virtuosas que resultaram em glória para o príncipe. Um ponto comum levantado pela tradição aborda como característica dos humanistas renascentistas o apego à análise da relação *virtù*, fortuna e glória<sup>34</sup>.

Fazer valer o passado como paradigma para ações do presente foi uma prática comum desenvolvida e incentivada pelos teóricos políticos adeptos daquilo que se convencionou nomear, nos séculos XV e XVI, de humanismo cívico. Os problemas relativos a compreender o mecanismo de movimento da política eram quase uma exclusividade dos humanistas. Grandes obras foram produzidas com esta intenção, e Maquiavel foi muito influenciado por essa tradição que se formou especialmente em Florença. Os humanistas prezavam realçar em seus tratados os valores clássicos das antigas virtudes, sempre exaltando a glória alcançada por meio da prática da virtude. O homem, e em especial o governante, deveria sempre ter como meta em todas as suas ações buscar um lugar digno de honra e glória do tamanho da sua grandeza. Esses eram os propósitos que norteavam os escritos dos humanistas de maneira geral quando se propunham esclarecer os objetivos dos governantes no período da Renascença italiana.

A característica mais proeminente que os promotores dos espelhos de príncipes realçam é a importância da *virtù*. Este conceito foi temático na abordagem política

---

<sup>34</sup> Maquiavel também seguirá esse curso e se dedicará a tentar entender e explicar essa relação. Ele reconhece o poder da fortuna tanto pela manifestação positiva quanto negativa. Aconselha o príncipe a fazer o possível para não depender dela. Sua instabilidade pode destruir um homem. É somente na *virtù* individual que o homem deve se amparar para o sucesso. Essa *virtù* é um conjunto de qualidades de um líder, um administrador e um homem de força que deve sempre resistir à fortuna, por melhor que estruturarmos nossos planos. Isto porque sempre haverá espaço para a ruína caso a fortuna assim enveredar.

renascentista e basilar para Maquiavel. Concordavam com a tradição na importância deste termo no combate da fortuna, porém introduziram dois elementos inéditos: o primeiro é a qualidade singular deste termo em relação ao príncipe. Diferente do cidadão comum, o príncipe deveria ser possuidor de qualidades especiais, singulares. Bignotto (1991, p. 32) as chama de “virtudes públicas.” O segundo elemento é a eleição de algumas qualidades específicas dessa *virtù* principesca. Parte destas virtudes são uma retomada da tradição de origens cristã, assim como aquelas virtudes cardeais listadas pelos antigos. Prudência, temperança e força da alma são as cardeais apresentadas pelos autores dos espelhos, no entanto eles acrescentam que deve se ter sempre como pré-requisito as qualidades cristãs básicas: fé e religião. Quando se trata dos príncipes e suas qualidades, os doutrinadores citam a magnanimidade, a liberalidade, a clemência como a chave do sucesso do príncipe para com seu povo.

Outra peculiaridade entre os humanistas é o papel da educação na formação dos homens. A tradição humanista pregava que uma boa educação tinha o poder de modelar um homem, uma sociedade e uma época. Maquiavel, mais adiante, não se convenceu dessa idéia segundo Skinner (1988). Muito foi discutido, e propostas foram apresentadas tanto sobre a qualidade da educação quanto sobre o de educação que esses homens deveriam possuir.

Essas questões do sujeito estão presentes na problemática de Maquiavel, uma vez que ele repete o discurso de sua época com a carga da ideologia da alteração do panorama político. E mesmo porque ele também é um homem do Renascimento. Com relação à importância do individualismo, especificadamente, pode-se perceber que Maquiavel irá defender que todo sujeito que se pretende manter no poder deve ter uma visão mais clara das condições históricas que condicionam suas atitudes e suas

decisões. Contudo defende esse tipo de individualismo somente para aqueles que aspiram chegar a ser príncipes. A história revela as ações constituídas de atos da mais pura *virtù* que deve ser imitada por aqueles que desejam obter o mesmo sucesso.

Um ponto comum que Skinner (1996) aborda como característico dos humanistas renascentistas reside no apego a análise da relação tríade entre a *virtù*, fortuna e a glória para entender à natureza do poder e das ações humanas nos negócios do universo político. Segundo nossa leitura, por melhor que estructuremos nossos planos, sempre haverá espaço para a ruína caso a fortuna assim deseje. Assim, a opinião comum que se consolidou diz que não devemos contar com a participação da fortuna nas ações humanas.

Maquiavel também seguiu esse curso e dedicou-se a tentar entender e explicar essa relação<sup>35</sup>. Ele reconheceu o poder da fortuna tanto de forma positiva quanto negativa. Aconselha o príncipe a fazer o possível para não depender dela. Sua instabilidade pode destruir um homem. É somente na *virtù* individual e integral que o homem deve se amparar para o sucesso. Essa *virtù* é um conjunto de qualidades de um líder, homem de força administrador que consegue se afastar do arrojo da fortuna<sup>36</sup>.

Sendo assim, o objetivo primeiro da maioria dos herdeiros desta tradição do príncipe é basear todos os seus atos visando à honra e à glória como única recompensa digna para homens que se dedicam a fundar ou manter novos ordenamentos. Nada pode ser mais estimado que isso. E, nesta empresa, seus feitos devem estar seguros pela *virtù* do príncipe fundador. O grande debate sobre o papel da

---

<sup>35</sup> No momento adequado será feito todas as considerações que esta relação merece para ser explicitada.

<sup>36</sup> No capítulo seguinte pretende-se dedicar de maneira mais aprofundada neste ponto e discorrer sobre suas possibilidades e variantes clássicas que esse assunto demanda.

*virtù* na efetivação dos desígnios do príncipe retorna com força neste aspecto, assim como o debate sobre a participação da fortuna nas ações humanas e sobre o que fazer para proceder diante dela.

Outro elemento relevante é a importância do benefício da história das grandes realizações promovidas por homens ilustres para a realização de ações do presente. Maquiavel salienta em seu pensamento político a importância exemplar da história e as lições que ela contém para o bom observador. Maquiavel aprimorou um uso profissional da história assim como dos fatos políticos do seu período. A precisão concisa de cada análise estava de acordo com a realidade e com as medidas que precisavam ser tomadas. Petrarca foi o primeiro dos grandes humanistas a abrir espaço para a história como forma de conhecimento sobre o presente. Nesta perspectiva historicista, característica comum entre os humanistas, podemos dizer que as idéias foram primordialmente desenvolvidas por Políbio e formaram grandes adeptos na Itália renascentista. Segundo Bignotto (1991, p. 31), “Aristóteles não parecia capaz de fornecer o modelo necessário para a compreensão dessa volta aos valores do passado, os humanistas foram buscá-lo em Políbio”. Sua visão política sobre o funcionamento das formas de governo tem singular importância para a compreensão da instabilidade do presente italiano e na criação de aparatos reguladores das oscilações que acompanham as instituições na permuta das formas de governo.

Tanto em ***O Príncipe*** como nos ***Discursos***, Maquiavel apresenta exemplos de ações que sempre serão dignas de imitação. Podemos dizer que esta postura é uma dedução das suas teses e explica por si só a defesa da importância da historiografia. A tradição humanista assim procedeu de certa maneira ao recorrer aos clássicos para

explicar os novos acontecimentos que estavam encarando. Assumimos como basilar a idéia de Maquiavel sobre a natureza humana no desenvolvimento de nossas idéias.

Para Maquiavel, nem sempre as mesmas ações resultam nos mesmos efeitos em diferentes situações. É preciso que o príncipe tenha capacidade de perceber as condições do lugar e do momento em que desempenhará em determinada ação, pois tais fatos podem mudar conforme a fortuna e o homem deve estar preparado para lidar com esta situação. "...julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder" (MAQUIAVEL. 2000, p 125).

A razão maquiaveliana delimitou-se a ser abastecida de elementos práticos e eficazes dentro da história. A fé, elemento central da sustentação religiosa não apresentava estas características, nem mesmo a própria política, no entendimento do secretário florentino. As idéias políticas são engendradas e direcionadas para problemas respectivamente políticos. São teorias políticas que têm o objetivo da ação. A busca da verdade efetiva das coisas como elemento ingrediente para a compreensão da política levou Maquiavel a desconstruir a maioria das verdades sustentadas pelos humanistas. Bignotto (1991, p. 213) diz que "o pensamento de Maquiavel foi uma verdadeira maquina de guerra contra o humanismo cívico". Temos a sentimento de que Maquiavel consumiu muito desta tradição antes de revogá-la.

## Capítulo II

### 2 Qual a contribuição de Maquiavel?

O conjunto do pensamento político maquiaveliano pode ser entendido como um longo caminho que tem no Estado seu desenlace concreto. É este o objetivo último que o pensador quer alcançar e contribuir para ajudar a sua Itália e todos aqueles que acreditou que poderiam cumprir essa incumbência<sup>37</sup>. Ao desejar cooperar com suas idéias sobre o funcionamento da política florentina e italiana, nosso pensador fez algo com uma amplitude maior, contribuiu para o pensamento político ocidental. “Maquiavel foi o primeiro a separar a ética da política e a estudar a sociedade através da vida concreta, a tratar da realidade social vivida, cujo eixo de ação ou estrutura de poder está no Estado” (MEGALE. 1993, p. 43). Fazendo considerações sobre o Estado, “*stati*”, um termo até então não empregado pela tradição política, o maquiavelianismo resgatou o Estado da tragicidade do seu destino a que idealistas e utópicos, tanto do passado como da sua contemporaneidade, estavam levando-o com suas conjeturas metafísicas e teológicas sobre a política e seu funcionamento.

---

<sup>37</sup> Em **O Príncipe**, Maquiavel dedica a obra a Lourenço de Médici. É uma dedicatória política e simbólica do florentino afim de reconquistar sua função administrativa em Florença para alguém que talvez merecesse ser príncipe. Todavia, Maquiavel rende-se à *virtù* de César Bórgia, este sim capaz de “dar forma”. Suas conquistas o capacitam como modelo de príncipe da Itália. Nos seus **Discursos**, ele dedica a obra a Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai, homens que apesar de não serem príncipe, mereceriam sê-lo pela grandiosidade de seus julgamentos.

Em função da sua Florença Nicolau ajudou a estabelecer os fundamentos do Estado moderno. “A pátria é um Estado quando considerada em particular e de forma possessiva como a pátria de alguém [...]. O Estado, para ele, é a pátria considerada em abstrato” (DE GRAZIA. 1993, p. 168). Por ela também forneceu um novo sentido à importância em se preservar ou adquirir um domínio, a pátria transforma-se num paradigma digno de ser buscado sem temor; “o amor à pátria nunca cobre um homem de ridículo. Na verdade ele agüentaria ser ridicularizado, se isso ajudasse sua pátria” (DE GRAZIA. 1993, p. 167). Pátria e Estado são semelhantes para Maquiavel. Quando tenta ser didático com seus aconselhamentos Maquiavel trata de Estado, quando incorpora o discurso mais apaixonado e mergulhado na revolta pela situação de Florença e da península, fala de pátria. São as intercalações entre o diplomata florentino e o primeiro cidadão italiano que se manifesta ora racional e analítico, ora apaixonado e revoltado com a realidade dos fatos de seu tempo.

Não foi por outra razão que discorreu sobre as manobras políticas e militares de César Bórgia com tanta admiração e prestígio apesar do duro golpe que a fortuna aplicou a ele, o duque, que recomendou com tanta veemência a utilização de milícias compostas por homens “filhos da terra” e que rejeitou os exércitos mercenários. Não foi por razão diferente que acusou a Igreja Romana de todo caos que havia na Itália de seu tempo, e que exaltou a Roma antiga como um exemplo de república que deveria ser modelo para os príncipes. Foi pensando no Estado que o renascentista justificou e defendeu Rômulo<sup>38</sup> de seus atos para a conservação da ordem, que elogiou a conduta

---

<sup>38</sup> Lançou as bases primordiais da organização política de Roma, que assassinou o próprio irmão e foi justificado por Maquiavel por ter agido em benefício do bem comum e não pela própria ambição.

de Licurgo<sup>39</sup> e criticou as de Sólon<sup>40</sup>; “Os Estados não podem ser governados com padres-nossos e os governantes devem agir baseados em princípios bem diferentes dos princípios do “Sermão as Montanha” (MEGALE. 1993, p. 65). Foi pela pátria que escreveu e dedicou seu pequeno manual para Lourenço e sua grande obra para os amigos das tardes nos jardins Oricellari<sup>41</sup>. Não foi motivo diferente que reconheceu a eficiência do blefe e da corrupção como funcionais em política, mesmo que sem a glória. “O engano, de fato, foi sempre indispensável àqueles que, partindo de condição muito baixa, quiseram subir a uma mais elevada” (MAQUIAVEL. 1982, p. 232). Foi pensando exclusivamente neste termo que apostou na *virtù* individual e condenou as virtudes cardeais e humanistas esboçadas por teóricos passados e disse que a política tem regras e dinâmica independentes de considerações privadas, morais, filosóficas ou religiosas.

...a segurança do Estado é uma exigência de tal importância que os governantes, para a garantir, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas (BOBBIO. 2000, p. 1066).

Foi em defesa do Estado que retirou a moralidade das costas do príncipe e o licenciou para agir conforme as possibilidades necessárias,

Se um príncipe [...] se vir ameaçado de perder o trono, e renunciar por isto a seus projetos de reforma, poder-se-á talvez desculpá-lo. Mas se tiver condições de conservar o trono, reformando o Estado, e não o fizer, será impossível absolvê-lo (MAQUIAVEL. 1982, 55).

---

<sup>39</sup> Maquiavel louva Licurgo por ter conduzido sabiamente a constituição que deu a Esparta, onde o rei, os nobres e o povo tinham direitos semelhantes diante do Estado.

<sup>40</sup> Sólon, por ter dado ao governo de Atenas um caráter excessivamente popular, encurtou a vida da república.

<sup>41</sup> Maquiavel dedica a obra a Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai.

Foi em nome do Estado que Maquiavel convenceu os homens que este tem suas próprias razões e objetivos que são prioritários em relação aos deveres dos governantes;

Razão de Estado é o princípio pelo qual a soberania de um Estado não pode ser lesada e pelo qual o governante não pode tergiversar entre medidas cruéis ou não para garantir a soberania da nação e o bem-estar da população (MEGALE. 1993, p. 59).

Instrumentalizou e reconheceu a religião a serviço do príncipe como “o agente mais poderoso para a manutenção da sociedade” (MAQUIAVEL. 1982, p 57). E a recomendou para o povo a fim de educá-lo conforme seus propósitos. Enfim, nas suas grandes obras, os **Discursos** e **O Príncipe**, e nas obras menores como a **Arte da Guerra** e as **Histórias Florentinas** que, sob diferentes aspectos, Maquiavel trata de discorrer sobre o Estado e seus componentes.

## 2.1 Da pátria ao Estado

Antes de tratarmos de analisar as questões preliminares relativas ao Estado na obra **O Príncipe** e nos seus **Discursos**, carece elucidar o que Nicolau Maquiavel entendia por Estado quando a ele se referia. Norberto Bobbio salienta que a palavra Estado se dá graças ao difundimento do pequeno opúsculo de Maquiavel; “É fora de discussão que a palavra “Estado” se impôs através da difusão e pelo prestígio do *Príncipe* de Maquiavel” (BOBBIO. 2004, p 65). Num sentido amplo Estado significava um domínio com um território demarcado, um governo que tem autoridade sobre os membros daquela comunidade e que possuísse poder sobre seus membros (ver citação 20 no cap. I). Se buscarmos uma justificativa inserida no pensamento maquiaveliano

sobre o Estado, encontramos nos *Discursos* uma interessante descrição senão de um Estado propriamente dito, quem sabe uma idéia de comunidade com uma descrição ainda primitiva que iria desencadear nele ou sobre seu surgimento. O Estado aparece primordialmente como uma maneira dos homens se defenderem de outros homens. Em conjunto, lutando por uma causa comum, os homens tinham maiores chances de sobreviverem e evitar a violência que a condição servil impunha a quem é superado quando se está só.

No começo do mundo, os habitantes da terra eram pouco numerosos, e viveram por muito tempo dispersos, como animais. Com o crescimento da população, os homens se reuniram e, para melhor se defender começaram a distinguir os mais robustos e mais corajosos (MAQUIAVEL. 2001, p. 24).

O Estado surge então como uma utilidade clara, a saber, a defesa de seus membros. “Um Estado justo é aquele governado para o bem comum” (DE GRAZIA. 1993, p. 186). É nas relações com outros Estados que a importância da sua solidificação apresenta seus pontos mais explícitos, até porque sua primeira função é garantir a segurança contra os outros Estados.

Essa concepção de Niccolò faz parte da grande tradição greco-romana e cristã. A convicção de que a finalidade do Estado é o bem comum é certamente anterior a Platão, e chega a nosso autor pelos textos de Tomás de Aquino, de Dante e Petrarca e em autores menores e mais contemporâneos a ele” (DE GRAZIA. 1993, p. 186).

Com o propósito de defender-se, Maquiavel acredita que todos os demais Estados são sempre inimigos em potencial. Com este aspecto em mente, este analista político confere a importância dos assuntos relativos à guerra entre os assuntos em

pauta constantemente para o príncipe. “Deve portanto um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra” (MAQUIAVEL. 2001, p. 69). O conflito externo é a principal preocupação para o príncipe, já que internamente os acontecimentos podem ser contornados pela sua habilidade. “Um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos; e outro externo por conta das potências estrangeiras” (MAQUIAVEL. 2001, p 88).

Todos os ordenamentos e medidas decorrentes da arrumação do soberano visam o bem comum da maioria segundo o pensamento de Maquiavel, que pode ser entendido como o propósito interno de todo Estado. “A obediência e a disciplina das boas armas predispõe à lei e à ordem, e o perigo do combate fortalece a necessidade de religião” (DE GRAZIA. 1993, p. 178). Leo Strauss discorda desta postura e acredita que Maquiavel fornece somente elementos que contribuem para o aumento de poder do príncipe. A consistência da crítica de Strauss tem como base fundamentos morais. Já Rousseau, na obra **O Contrato Social** (1999), percebeu esse aspecto pelo contrário, interpreta seus ensinamentos como dicas aos povos, e o opúsculo como uma sátira.

Diferente daquelas determinações estabelecidas pelos clássicos da tradição política, Maquiavel já no primeiro capítulo de seu opúsculo **O Príncipe** divide os tipos de Estado em somente duas formas principais. Estas representam de maneira integral seu pensamento tanto nesta obra como nos seus **Discursos**. O que antigamente fora dividido pela tradição e utilizado até o presente momento da Renascença em monarquia, aristocracia e democracia, agora na sua visão compreende dois desenhos básicos. Ou os domínios são repúblicas, ou são principados. Encontramos assim no primeiro capítulo da obra **O Príncipe** de Maquiavel, “Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são ou repúblicas ou

principados” (MAQUIAVEL. 2001, p. 3). Nos seus *Discursos*, o florentino raciocina mais restritamente sobre as repúblicas, no *O Príncipe* aborda mais as variações dos principados. Conforme sua própria elucidação, ele nos diz: “Não tratarei aqui (em *O Príncipe*) das repúblicas porque, em outra ocasião (nos *Discursos*), discorri longamente sobre o assunto” (MAQUIAVEL. 2001, p. 5). Temos então, segundo a linha estabelecida pelo diplomata, o caminho para seguir.

Maquiavel “Como político realista, colheu da experiência que o poder na prática era tudo, menos divino, razão por que ignorou o principio da origem divina do Estado, e do direito dos reis que lhe parecia fantástico” (NEDEL. 1996, p. 23). Contudo não desconsiderou a participação da religião na formação moral do cidadão nem na constituição do Estado. A religião colaborava com o Estado ao pregar a disciplina e obediência ideais para viver dentro das regras propostas. Neste sentido, a população parece não ter em Maquiavel uma força política de afirmação, apenas de legitimação, embora aquele que ascende ao principado com a ajuda dos poderosos se mantém com mais dificuldade do que aquele que obtém o apoio do povo. Ao povo, parece estar reservada a qualidade de ser um indicador de satisfação ou insatisfação do governo, mas não a possibilidade de ser propositivo. Para a população o conflito que surge é o de também desejar, mas poucas vezes poder satisfazer seus impulsos pelo temor à ordem estabelecida. A consciência sobre a coletividade não existe por mera educação, mas é fruto das armas e normas que se estabeleceram e que estão sempre sujeitas a serem rompidas por uma das partes (governo-sociedade), dependendo do momento político que se vive. As virtudes do povo são os efeitos que a religião proporciona coletivamente.

Adotando Roma como modelo nos *Discursos*, Maquiavel segue os passos de Tito Lívio para comparar os valores dos homens do passado e de seu tempo atual. Nesta obra os valores republicanos são defendidos e sustentados pelo sucesso de Roma. Sobre os principados, o conselheiro escreve sua obra mais retumbante intitulada *O Príncipe*, onde procura apresentar as formas de conquistar e conservar os Estados a partir de muitos exemplos históricos, mas principalmente com exemplos da atualidade italiana que ele mesmo presenciou como secretário de Florença entre 1498<sup>42</sup> e 1512<sup>43</sup>. Esta divisão que o próprio pensador elabora acerca das tipologias não é respeitada por ele dentro das duas obras. Podemos encontrar diversas passagens em que ele se refere a repúblicas dentro do próprio *O Príncipe* e o contrário também acontece nos *Discursos*.

Alguns de seus reconhecidos comentadores não percebem inovações em seu pensamento, como observa o alemão Leo Strauss: “...longe de ser um inovador radical, Maquiavel é um restaurador de algo antigo e esquecido”<sup>44</sup> (STRAUSS. 1996, p. 287). Todavia, sua contribuição está em apresentar de maneira explícita as entranhas da política e do poder,

Maquiavel é o único pensador político cujo nome tem entrado no uso comum para designar um tipo de política que existe e que seguirá existindo qualquer que seja sua influência, uma política guiada exclusivamente por considerações de conveniência, que usa todos os meios, justos ou injustos, para alcançar seus fins – sendo seu fim o engrandecimento da própria pátria (STRAUSS. 1996, p. 287).

---

<sup>42</sup> Segundo Barincou (1991, p 21), “Em 18 de junho de 1498, com a idade de 29 anos e um mês, logo após o suplício de Savonarola, o humilde redator emerge da obscuridade: ascende ao alto cargo de secretário da Segunda Chancelaria de Florença”.

<sup>43</sup> Segundo Barincou (1991, p 59), “Em 9 de novembro, demitem-no das funções de secretário dos Nove e de secretário dos Dez”.

<sup>44</sup> Lejos de ser um innovador radical, Maquiavelo es um restaurador de algo antiguo y olvidado. (STRAUSS. 1996, p. 287).

Na mesma linha de Leo Strauss, Norberto Bobbio não percebe também grandes transformações a partir desta redução das tipologias de três formas para duas, não há alteração no conteúdo segundo a visão do filósofo italiano: “O Principado corresponde ao reino; a república, tanto à aristocracia como à democracia” (BOBBIO. 1994, p. 83). Como de costume, é de história que Maquiavel retira essas duas concepções de formas de poder. Ou o poder é centralizado em um indivíduo somente, como no caso do principado, ou o poder reside na vontade de uma coletividade, como há de ocorrer nas repúblicas.

Sobre o opúsculo, ***O Príncipe***, devemos estar atentos que esta obra foi produzida com a única intenção de conquistar seu antigo emprego perdido com a derrocada do repúblicanismo de Sorderini e a ascensão dos Médici ao comando de Florença. Esta obra foi oferecida a Lourenço de Médici, um dos maiores expoentes desta família; por esta razão, Maquiavel é escolhido pelo conselheiro para ser o novo redentor da Itália. A intenção de Maquiavel é fornecer conselhos práticos imediatos sobre a política doméstica. A maneira como precisa se comportar um homem que queira possuir ou manter o poder. Basicamente é um manual de instruções para o homem de Estado; ou uma daquelas famosas obras intituladas de “espelhos de príncipes” que já nos referimos anteriormente, enfim, um gênero literário muito comum na época do Renascimento. Assim sendo, Nicolau não estende seus comentários para delimitar conceitualmente os termos. Para aquele estudioso que deseja abstrair as contribuições relativas ao Estado limitando-se somente a esta obra, encontrará dificuldades, até mesmo porque grande parte da tradição condenou, de maneira equivocada, as idéias contidas neste opúsculo por considerarem-no um manual do absolutismo. Se analisarmos o pensamento de Maquiavel na íntegra de suas

contribuições veremos que suas inclinações são republicanas e abarcam as características desta modalidade política, percepção que fica distante quando assumimos somente **O Príncipe** como marco teórico indicativo do seu pensamento.

Não há motivo para duvidar que Maquiavel prefira a república à monarquia, à liberdade à tirania, um regime legal a um regime de arbítrio, e que nesse sentido ele não professe as opiniões odiosas que os adversários lhe atribuem (ARON. 2001, p. 151).

Os principados apresentados no opúsculo, podem ser de dois tipos: ou novos ou hereditários. Os novos são inteiramente novos ou mistos, que por sua vez são já conquistados ou não. Estas considerações elaboradas nesta obra não são efetivos para a compreensão daquilo que foi sua contribuição primordial para o Estado, e sim da política de maneira geral, pois se trata das formas de manutenção do poder. Essas subdivisões apenas especificam ao príncipe em que situação ele se encontra e para orientar-se na busca de suas metas de conquistas. Os Estados compreendidos como principados têm grande parte do poder concentrado em um homem apenas. Este caráter com tendência centralizadora que está presente nos capítulos da obra oferecida a Lourenço ofusca a busca da contribuição maquiaveliana sobre o Estado, uma vez que encontraremos nos **Discursos** a forma mais acabada do sistema republicano de administração.

Ao fundador de um domínio cabe obrigatoriamente fornecer boas leis que garantam a harmonia interna de seu Estado. Externamente cabe ter em conta a construção de um exército próprio que garanta a soberania por meio do poder. O chanceler de Florença é defensor da idéia de que boas leis são só garantidas quando se possuem boas armas que legitimam o poder legislativo formulado pelo príncipe. Boas leis e boas armas são o sustentáculo que condiciona o Estado para ser forte e

duradouro. “Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas” (MAQUIAVEL. 2001, p. 57). As leis só são cumpridas quando se têm boas armas. São as leis que forçam o homem a praticar o bem, ser justo e disciplinado. “Sem a coerção das boas leis impostas pelas boas armas, a inclinação para o mal perderia as rédeas, e o “império sobre os homens” se desintegraria” (DE GRAZIA. 1993, p. 179). E como sabemos que Maquiavel concebe uma natureza má do homem, “os homens se inclinam mais ao mal do que ao bem...” (MAQUIAVEL. 1982. p 50), cabe ao príncipe dar conta de um sistema que abarque essas considerações. Com base na tradição romana, o patriota florentino agrega ao seu pensamento as vantagens para a liberdade da república quando tem a sorte de encontrar um fundador sábio que promulgue boas leis tendo em vista o bem geral.

A saída que Maquiavel concede ao Estado que pretenda sobreviver aos tempos é seu contínuo fortalecimento e expansão. “E impossível, para uma república de pouca extensão, gozar em paz de sua independência” (MAQUIAVEL. 1982, p. 254). Este fortalecimento pode ser traduzido na constante busca dos meios para seu desenvolvimento. Roma procedeu dessa maneira e colheu os frutos positivos dessa política. Maquiavel assim esboça o modo de expansão dos antigos romanos:

Quando a república romana começou a enviar para fora da Itália os seus exércitos, reduzindo reinos e províncias, e incluindo entre seus súditos todos os que, acostumados a ter monarcas, não lhe atribuíam maior importância à sujeição, esses povos, vencidos e governados por Roma, a reconheceram como soberana (MAQUIAVEL. 1982, p 206).

Maquiavel é defensor do Estado expansionista como forma de se desenvolver. “...O objetivo das repúblicas é o seu próprio fortalecimento, com prejuízo de tudo o mais” (MAQUIAVEL. 1982, p. 200). E que primeiramente zele por sua independência e

liberdade. Nas investigações que Skinner elabora para tentar descobrir os meios necessários para atingir a grandeza, ele chega a um denominador comum. O ponto que o secretário apresenta, segundo o comentador, é que as cidades-Estados durante o período em que foram livres, possuíram a própria autonomia. "Uma cidade que se decida a alcançar a grandeza deve permanecer livre de qualquer forma de servidão política" (SKINNER. 1996, p. 84). Todavia, é compatível a idéia de um governante que conduza esta força popular a fim de direcioná-la a desenvolver seus recursos, que municie forma à matéria. É interessante para a cidade que alguém detenha o controle do povo por meios lícitos e que expresse a vontade da coletividade organizando-a. daí a importância de uma individualidade diferenciada. "É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado" (MAQUIAVEL. 1982, p 49). É aqui que o papel da *virtù* daquele que irá ser o promotor dos eventos se fará decisiva, pois é sua *virtù* em resistir aos assédios da fortuna que será o diferencial contundente a seu favor. "Quando os homens são fracos e covardes, a sorte manifesta toda a sua potência" (MAQUIAVEL. 1982, p. 289). Para Nicolau, dizer que uma cidade é livre significa afirmar que ela tem no povo a força interna que a controla e que não possui uma força externa maior que a reprima. Significa a constante vantagem sobre seus propósitos. "todos os Estados e cidades que vivem sob a égide da liberdade, em qualquer lugar, têm sempre maior êxito" (MAQUIAVEL. 1982, p. 200). A liberdade a que Maquiavel se refere está intimamente ligada, neste caso, à mobilidade para se adaptar as condições: "as repúblicas possuem mais germes de vida, e tem sorte mais duradoura do que as monarquias; elas podem mais facilmente acomodar-se à variedade das circunstâncias do que um monarca absoluto" (Maquiavel. 1982, p. 336).

O príncipe pode, quando possível, orientar e dirigir o Estado a fim de evitar conflitos internos e externos, porém não é a recomendação do florentino. As guerras, por exemplo, não podem ser evitadas “pois saibam que as guerras não se evitam e, quando adiadas trazem vantagem ao inimigo” (MAQUIAVEL. 2000, p. 12). A paz é sempre o objetivo da guerra e sendo assim sempre será legítima. Para ser efetivo o príncipe tem que possuir o poder em suas mãos e de modo concentrado. Este poder tem duas fontes: a das leis que ele elaborou com sua *virtù*, e do exército que formou com cidadãos da sua comunidade. Outros conflitos que o príncipe não deve evitar são aqueles proporcionados pela disputa de espaço e voz no poder entre o povo e os nobres. O que para muitos representou um defeito do sistema político romano, em Maquiavel é o cerne do sucesso que esta república encontrou para sobreviver sadia, harmônica e principalmente longe da corrupção.

Tratando ainda de política doméstica, as instituições<sup>45</sup> sejam elas fundadas ou reformadas pelo príncipe, equalizam o comportamento da sociedade para Maquiavel. Assim foi em Roma e assim ele perpetua nos **Discursos** “O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita. A fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do senado” (MAQUIAVEL. 1982, p. 27). Sabendo disto, a governabilidade do príncipe torna-se mais eficiente quando há uma harmonia proveniente do conflito de interesses antagônicos entre as duas classes, “Maquiavel vê no conflito o próprio motor da vida política” (AMES. 2002, p. 124). Todavia, o conflito

---

<sup>45</sup> Quando Maquiavel fala em instituições, devemos ter em mente todas as organizações que têm uma participação instauradora no Estado. A Igreja é uma instituição, assim como os tribunos romanos que elaboravam as leis de Roma. O Conselho dos Dez de Florença a mesma coisa. São instrumentos que devem ser bem utilizados pelo príncipe para fortalecer seu governo e sua representação diante do povo. A ressalva que cabe aqui notar é se de alguma forma Maquiavel percebe no povo uma idéia de institucionalização do povo. Maquiavel tem a pretensão de fazer o povo depender vitalmente do Estado e do príncipe. Esse vínculo é interessante para a legitimação do poder do soberano.

que emerge será encarado com singularidade pelo secretário. É proveitoso para todos quando o soberano faz uso desta vantagem, mas principalmente é interessante para o Estado. Sua sabedoria se converte em flexibilidade diante da realidade.

Quer dizer, a grandeza dos homens não está tanto em imprimir a própria marca na realidade modificando-a a seu favor, mas no conhecimento das regras do jogo adaptando seu agir a elas e usufruindo desse conhecimento para extrair o máximo de proveito possível (AMES. 2002, p. 137).

Assim se faz a política que beneficia toda comunidade. Se a finalidade da política desde os gregos é o bem comum, não foi diferente para Nicolau. Na estrutura inata do jogo político, por ser praticado por homens com as mais distintas motivações, é crucial levar em conta a possibilidade de praticar o mal quando se trata de salvar a comunidade.

Se os príncipes têm a obrigação de pautar seus atos pela virtude, devem, contudo, dar-se conta de que, para agir o mais virtuosamente possível, terão de desistir da pretensão de agir, sempre, virtuosamente (Skinner. 1996 p. 152).

Para garantia do bem comum o soberano não é aconselhado tratar seus cidadãos com diferenças. A forma de ordenar uma república e um principado está em tratar com igualdade todos os homens. Talvez fuja deste caso a situação da conquista ou de um distúrbio no seu território. Mesmo neste caso há inúmeros conselhos para o príncipe no parecer ser um príncipe antigo. Para a manutenção do bem comum e, é claro, do próprio príncipe, Maquiavel se singulariza ao defender a prática do mal. Esta perspectiva torna nebulosa a compreensão de que o florentino realmente pensava em bem comum quando elaborou seu sistema de idéias.

Nas repúblicas, o bem comum que o Estado visa proporcionar para seus cidadãos é perceptível também por meio da igualdade de tratamento que o príncipe concede aos homens, mas também pela liberdade que o Estado garante no seu seio. Pelos ensinamentos de Tito Lívio e dos estudos sobre Roma, o historiador fundamentou um Estado que tinha na liberdade seu maior valor a ser preservado, isto tanto na repúblicas como nos principados. “A construção da sociabilidade representa o grande desafio a ser equacionado pelo exercício da arte política” (RODRIGO. 2002, p. 35). A sociedade é tão boa para Maquiavel quando o nível de liberdade ela pode garantir aos seus cidadãos. Sejam repúblicas com bases populares ou aristocráticas, a virtú do príncipe em fomentar a ordem incluirá saudáveis manifestações para pátria de seus cidadãos, se instrumentalmente o príncipe souber que “O *“corpus político”* é avaliado pela sua relação com os fatos, fundados, por sua vez, nos efeitos do comportamento humano” (ROSENFELD. 1990, p. 149). Sendo a vontade dos grandes dominar e fazer da máquina estatal seu instrumento de poder, oprimindo os pequenos; que por sua vez só não querem ser oprimidos, está na ordenação política o caminho para a justiça e na liberdade. “Roma foi capaz de reconquistar a liberdade, nesta e em todas as demais situações, não por força de uma *potenza del cielo*, e sim graças à virtude de suas instituições” (AMES. 2002, p. 130). A conciliação entre os interesses particulares com os interesses coletivos nascidos primeiramente do conflito e depois representará a harmonia dos contrários, será para o governante a obtenção de glórias e com isso está apenas em suas mãos fazer isto acontecer.

Dividindo o poder de decisão de um Estado que tem características de uma república, Maquiavel é defensor de um Estado misto. É somente neste tipo de ordenamento que encontramos o povo e os nobres com voz ativa. Todos submetidos

ao soberano, que administra as vontades e necessidades pensando sempre no Estado. O povo, os grandes e o príncipe são possuidores de poderes não iguais, o príncipe sempre concentrará maior força, pois suas atribuições são internas e externas. Cada um com seus respectivos interesses em defender. Maquiavel acreditava que o melhor governo seria aquele em que, beneficiado pela utilização de um sistema misto, o poder estatal fosse distribuído entre a maioria do povo, uma minoria aristocrática e um terceiro elemento que representasse o poder do regime. Todos têm uma parcela no exercício no Estado para o encaminhamento ao bem comum.

O papel do príncipe está em administrar as decisões pensando no bem do Estado, que, assim, será diretamente entendido como o bem comum e o próprio do príncipe. Todas as medidas por ele tomadas para evitar a sua destruição são as mesmas que proporcionam a estruturação social. A sociedade, representada politicamente pelo povo e os nobres, atingem liberdade em escolher aquilo que demanda suas necessidades para seu bem viver dentro do sistema. No entanto a sociedade com suas divisões está subordinada às necessidades do Estado, sua sobrevivência é a razão de tudo que nele se contiver. Sujeitar. "...a virtude mais nobre de um cidadão é a disposição de morrer pela pátria e, se necessário, sofrer por ela as piores torturas e sofrimentos" (AMES. 2002, p. 152).

O Estado maquiaveliano não aceita nenhuma autoridade externa que limite a ação deste, assim como não permite internamente nenhuma resistência ao seu poder. O Estado representa todos os atributos de ordenação dos homens em suas classes, sua perda significa a maior das tragédias para os homens. Sem o Estado não há direitos, ordem nem comando, enfim, os homens retornam à barbárie. Maquiavel despreza o caos que representa sua ausência. A fortuna representa isso na vida

coletiva. Vai contra o propósito do Estado e dificulta o progresso. Só há o império do poder pela força sem o direito nem o reconhecimento da autoridade. Maquiavel justifica que todos os meios podem e precisam ser empregados quando esta condição está a perigo e a anarquia ronda a ordem. O poder do Estado está nas suas armas, a força da lei e a força dos exércitos. Bobbio (1894) pensa que usar a força do leão e a astúcia da raposa são duas características que não têm a ver com a finalidade do bem comum; Maquiavel se refere ao objetivo imediato de conservar o poder, independentemente do uso público ou privado que o governante queira fazer deste poder. Discordamos desta posição, pois tanto a força como a astúcia são meros instrumentos e servem quanto para um ou outro fim. Todavia é delas que o homem de Estado deve se valer. Faz parte do jogo político incluí-las quando útil. A pior coisa que temem os homens na ausência do Estado é a possibilidade da destruição. É interessante termos em conta que a violência que emerge é o motor para a agregação e o desenvolvimento do Estado. Esta mesma violência retorna sob forma de coação depois da sua formação e não mais como aniquilamento.

A violência é a arma sempre presente de coação tanto internamente como no exterior. O Estado faz uso dela para impor sua condição de poder interno. “A violência é então um instrumento como qualquer outro, ela é constitutiva da vida política, tudo dependendo do resultado alcançado” (ROSENFELD. 1990, p. 150). A instituição de leis torna mais discreta esta condição necessária nas repúblicas mais ordenadas. “Sem a mandíbula da força, a lei não tem como morder” (DE GRAZIA. 1993, p. 179). Quando tratamos de principados recém instaurados não podemos dizer o mesmo.

Como não há uma ordenação maior que os Estados, cabe a cada um proteger-se com aquilo que tem. Assim foi a Itália do século de Maquiavel, onde os mais fortes

fizeram relativo uso de seu poder para a conquista e a guerra. Por isso sofreu Florença a perda da sua frágil liberdade estabelecida pelo republicanismo. O patriota apaixonado sentiu bem o peso desta lição quando percebeu que sua pátria não se preocupou o suficiente com assuntos deste quilate. “A primeira razão que te leva a perder teu Estado é negligenciar esta arte, e a razão que te faz conquistá-lo é ser versado nela” (MAQUIAVEL. 2001, p. 69). A defesa de uma política expansionista previne estes acontecimentos. Roma triunfou neste aspecto.

Essa tensão entre desejo individual e necessidade coletiva, causa destempero nas relações políticas e impulsiona as mudanças na sociedade, sendo este um conflito de valores, um conflito do costume, presente em cada indivíduo. A juíza das ações políticas não é a moral, e sim a história. A moral pode absorver, mas história condena aquele que, por seguir à risca os princípios éticos e religiosos, leva o Estado à ruína, logo. “Qualquer meio é considerado “bom”, entendendo esta noção como “adequado”, “correto”, na medida que possibilita a obtenção dos resultados esperados” (ROSENFELD. 1990, p. 150).

Com isso podemos dizer que Maquiavel pensou o Estado no mesmo modelo constituinte em que Roma alcançou seu apogeu. Visar garantir a saúde do Estado a partir da idéia de seu constante engrandecimento encaminha a garantia da autonomia externa e da liberdade do povo. Esta orientação nos deixa espaço para dizer que Maquiavel defende um modelo de Estado imperialista de administração de poder. A organização da política interna sincronizada entre os poderes, fundamento para a garantia da liberdade, só seria conquistada a partir da implementação de um sistema republicano de governo. Este sistema sobrevive somente com seu crescimento constante, que se analisado temporalmente levará ao inevitável conflito com um outro

Estado. Daí a dupla função de um exército forte. Serve para garantir a ordem interna e sustenta o Estado nas demandas externas<sup>46</sup>. De maneira simultânea Maquiavel justifica suas doutrinas e neutraliza os eventuais problemas que motivaram sua vida política.

## **2.2 A nova perspectiva ética**

A nova forma de Nicolau Maquiavel entender a política repercutiu e ainda tem ressonância nos dias atuais pelo contraste a todo panorama da tradição, principalmente daquela que preservava a moralidade como o aspecto central da política.

A ética maquiaveliana tem como seu eixo estrutural o resultado da reflexão de dois pontos: o primeiro considera seu entendimento da ação política relacionada às medidas necessárias a um príncipe para administrar as situações desenvolvidas dentro do seu domínio. O outro pode ser entendido como uma avaliação prática da sua noção sobre a condição humana. Maquiavel não tencionou escrever uma ética, muitos dizem que ele não possuiu nada que pudesse ser referido como alguma alusão a qualquer instância ética ou moral, já que pouco menos da totalidade de suas idéias estão direcionadas contra a ética em vigor. Em sua defesa torna-se indispensável ficar atento para o seguinte fato: esta postura representa muito mais o impacto que seu pensamento destituído de eufemismos e calcado pela crueza em expor com naturalidade os verdadeiros caminhos que os desígnios políticos causou com o passar do tempo, do que a assiduidade dos propósitos que revelam suas idéias.

---

<sup>46</sup> Aqui é realçada a posição maquiaveliana de formar um exército com homens identificados com a pátria. Assim, na hora do combate sua disposição será de alguém que defende algo seu. Este sentimento já é estranho quando tratamos de exércitos mercenários.

A preocupação do teórico realista está em resolver os problemas políticos que se apresentam como enigmas deste mundo, àqueles que desencadeiam resultados imediatos. Ele se ocupa com aqueles problemas terrenos. Buscamos sustentar a tese que se opõe à visão tradicional de que Maquiavel é imoral. Ao nosso ver, sobressai-se um outro Maquiavel, dotado tanto de um ideal ético como político. O Estado republicano, onde é possível a efetiva realização do "bem comum", é o palco final para esta realização. Por isso podemos afirmar a existência de um projeto ético que se realizaria na república, embora esse ideal não transite pelos mesmos caminhos da ética tradicional. Uma vez que, para Maquiavel, a ética subordina-se à política; ético é a conservação política da liberdade.

Como já esboçado, seu foco é o entendimento da política pura, no entanto, ao condicionar a importância do resultado da obra como mais significativo que o meio empregado, ele altera a linha de interpretação da tradição ética em favor do bem do Estado e do bem comum. “A rigor, Maquiavel não ensina formalmente moral, porém arte de governar e, paralelamente, dá conselhos aos titulares de principados e repúblicas” (NEDEL. 1996, p. 55). A política até o momento residia seu foco na valoração moral dos meios empregados para determinadas ações, de maneira independente dos resultados que esses meios poderiam levar. Essa estrutura permitia somente as ações em conformidade com as regras padronizadas de conduta. A nova avaliação sobre as formas de conduta encaminhou o debate dos problemas morais para um novo patamar. Concordamos com De Grazia (1993, p 330), que afirma que. “A nova ética se adapta melhor às exigências da nova arte do Estado, mais dura”. Percebemos agora, pelo viés ético, que para Maquiavel a política

reivindica para si uma autonomia fundamentada na necessidade de seus resultados diferentes de qualquer outra esfera.

### **2.2.1 O peso da tradição.**

Na história da civilização ocidental até a Renascença italiana, a maioria dos axiomas morais desenvolveu-se no âmago a partir da tradição do pensamento grego, ou melhor, mais precisamente da filosofia de Aristóteles. No período anterior a Maquiavel, as questões éticas mais primordiais que eram defendidas, ainda remetiam a Aristóteles, a diferença foi a leitura proposta que Tomás de Aquino realizou sobre o filósofo grego. Tomás de Aquino fez da filosofia aristotélica sua base de sustentação para sua justificação e por sua vez de todo aparato filosófico que o cristianismo necessitava para sua justificação. A moralidade desenvolvida desde aqueles tempos distantes prevaleceu sistematicamente voltada à questão da virtude como uma conquista maior, que se garante pela educação e pelo hábito. Maquiavel institui, a partir da reavaliação prática e histórica, uma nova forma de perceber a política, sem a presença dessa tradição moral.

Parte-se do postulado de que o Maquiavelismo tem como pressuposição básica a idéia de que o moralismo cristão não é uma prática eficaz em política. Maquiavel rejeita esta tradição, pois seus resultados são nocivos para o Estado. E é por ter libertado o pensamento político deste sistema que o autor em questão escreve seu nome na tradição do pensamento político. Sob esta idéia é que se justifica a introdução comparativa entre Tomás de Aquino e Maquiavel, onde se busca preferencialmente

retratar o contraste político-filosófico resultante do confronto entre os dois autores, segundo suas posturas teóricas a respeito da questão da honra e da glória no exercício do governo.

Os valores morais pregados pelo cristianismo, quando levados à prática, apresentam sérios defeitos para Maquiavel. Na obra ***O Príncipe***, podemos observar que, do capítulo XV até o capítulo XX, mostram as diferenças entre aquilo que a tradição cristã defende e aquilo que acontece na prática política. Alguns humanistas cívicos<sup>47</sup> perceberam este problema, mas não levam a cabo por não pensarem ser ali a questão. É Maquiavel que abertamente vai criticar e sob certa maneira tenta preencher este hiato. Se o objetivo da política é o bem do Estado, enquanto o da moral cristã é a salvação pessoal, Maquiavel apresenta a incompatibilidade para a permanência desta condição pelos príncipes no modo de fazer política.

Um dos aspectos mais importantes para tal comparação advém da necessidade de se obter uma compreensão mais adequada da cisão provocada por Maquiavel na história do pensamento político e na tradição ética, pois se precisa ter presente, como pano de fundo, a tradição que ele quer rejeitar. Neste sentido é curioso que, no confronto entre esses dois autores que estão alguns séculos afastados um do outro, se tem suspeita de que Maquiavel está objetando diretamente as teses afirmadas ou decorrentes do pensamento de Tomás de Aquino.

Foi muito comum nos séculos XIII e XIV a constituição dos argumentos que justificaram o poder temporal dos papas. Poder sobre os homens e os Estados. Isso implica imediatamente na suposição de que a virtude e a ação se ligam intrinsecamente

---

<sup>47</sup> Como no caso de Francesco Patrizi (1412-1494), Antonio Brucioli, Donato Giannotti e Francesco Guicciardini (1489-1540). Ver mais em Skinner 1996.

às condições de mudança que a prática provoca, diferentemente do que haviam proposto autores tradicionais reconhecidos. A partir dessas condições circunstanciais, não só se decide sobre os meios adequados para a ação, como também se definem os fins seguidos. Meios e fins se justificariam alternadamente de acordo com o movimento histórico.

Tomás de Aquino, no século XIII, dedica-se a um estudo que visa instruir os governantes príncipes, de acordo com os princípios reguladores do cristianismo. É assim no discurso intitulado **Do Governo dos Príncipes ao rei de Cipro** (1937), destinado ao príncipe Hugo II, de Cipro.

A partir desse texto a argumentação referente à questão ética se dá na finalidade do governo dos homens de Estado. Resultante na defesa de que o governante não primária buscar a glória, honra ou riqueza, a argumentação tem o objetivo de fazer valer que todo o poder temporal estava a serviço do espírito. Este prisma foi de praxe nessa época de incertezas. Discorrer sobre esta relação fazendo valer os recursos da filosofia reforçava esta idéia de que “As almas dominam os corpos” (GILSON. 2000, p. 718).

No capítulo VII, do texto **Do Governo dos Príncipes**, estabelece que ao rei cabe procurar o bem da população. E é este objetivo que compete a todo e qualquer governo. “Cumpra ao rei buscar o bem da multidão” (AQUINO. 1937, p. 51). No entanto, Tomás observa neste mesmo capítulo que o cargo público seria um fardo se dele não revertesse algum bem privado, isto é, uma espécie de bonificação a quem o exerce. A partir dessa explanação, que não fogem aos aspectos básicos da preocupação política, o autor passa a investigar o que convém ao rei como recompensa pela sua incumbência.

Amparado no que estabelecem Aristóteles e Cícero, Tomás de Aquino passa a responder a tal indagação. Tanto o grego Aristóteles quanto o romano Cícero concordam ao dizer que cabe ao governante alcançar como meta a honra e a glória. Embora observem que aqueles que não se satisfazem com estes dois propósitos incidem na tirania, no intuito de acalmar os apelos dos prazeres e as riquezas. Após relatar o que pensam esses dois autores antigos, Tomás de Aquino se apressa em averiguar se tais objetivos serão aqueles que devem ser procurados pelo príncipe. Afirma inicialmente que, se são apenas esses os objetivos seguidos pelo príncipe, seguirão alguns inconvenientes. Tomás de Aquino segue duas linhas de raciocínio na refutação da idéia de que o príncipe necessita buscar acima de tudo a honra e a glória. No intento de clarificar a proposta de Tomás de Aquino, apresenta-se a argumentação de acordo com o que se convencionou designar pela seguinte denominação: argumento do rei escravo e argumento do homem bom. Essa denominação, criada a partir do conteúdo da argumentação do autor, visa tornar mais clara a presente exposição que pretende introduzir o contraste da postura maquiaveliana.

No argumento do rei escravo Aquino afirma que a honra e a glória são uma espécie de recompensa muito frágil e que facilmente aquele que as conquistou poderia vir a perdê-las. Ademais, quem se guia por tais objetivos fica facilmente cativo e por sua vez vulnerável da opinião dos homens, o que implica numa espécie de submissão do governante à vontade variável de seus súditos. O príncipe estaria à mercê da constante mudança de opinião e se empenharia ao máximo para agradar a todos já que para ser honrado e obter a glória depende da aprovação da multidão. Constatado isso, Tomás de Aquino destaca a transitoriedade da glória, buscando apoio nas palavras do profeta Isaías, quando este diz que a glória humana se parece com a flor de feno.

Nada, realmente, há aí, parece mais frágil entre as coisas humanas do que a glória e a honra do valor dos homens, como depende da opinião deles, nada havendo de mais mudável em sua vida, motivo por que o profeta Isaías chama a tal glória, Flor de feno (AQUINO. 1937, p. 52).

Em suma, tendo como meta alcançar a glória e a honra, o príncipe guiar-se-ia por objetivos mutáveis, resultando numa espécie de controle do governante por parte daqueles que emitiram opiniões favoráveis ou não. Daí a conclusão de que a glória e a honra humana não são congruentes com as obrigações do príncipe, pois acabam por torná-lo escravo ao ter que pautar a sua conduta segundo a aprovação da maioria.

No argumento do homem bom Tomás de Aquino procura provar que é nocivo eleger a honra e a glória bem como os demais bens temporais. “Ao dever do homem bom pertence o desprezar a glória, como os demais bens temporais” (Aquino. 1937, p. 53). Segue-se daí que há maior mérito em se chegar à glória pelo menosprezo, onde se conclui que a glória não é um bem tão importante quanto a grandeza da alma. Contrariamente, quando seguida, a glória pode até contribuir para a redução da própria grandeza da alma. Pois a grandeza da alma consiste na busca de um objetivo tão alto que aquele que o obtém resistirá tanto à boa fama, à glória ou a obscuridade, não se deixando dominar pelos caprichos do momento. Por isso a glória não deve ser um prêmio satisfatório ao homem bom. E embora tivessem a glória como prêmio, ou os homens bons não assumiriam o poder, ou, no caso de assumirem, não seriam suficientemente recompensados.

Na seqüência de sua argumentação Aquino alerta para o mal que pode advir da ambição pela glória, quando um príncipe, no desejo de alcançá-la, se joga

impensadamente em guerras. Isso pode resultar, no caso de derrota, na condução de um reino à escravidão, deixando o povo sob o domínio dos inimigos.

Ainda há outro mal que advém da paixão desenfreada pela glória. Um governante pode facilmente incorrer no vício da dissimulação, dado que não conseguindo seguir os verdadeiros preceitos virtuosos, passa a mostrá-los em aparência. Isto é, aqueles que ambicionam a glória, segundo o caminho da virtude, passam a aparentar a virtude ao invés de realmente serem virtuosos. Tal procedimento aproxima-se ao daqueles indivíduos descritos pelos evangelhos como hipócritas, que fazem o bem ou as boas obras apenas para serem vistos pelos demais homens.

A partir dessa argumentação Tomás de Aquino espera refutar a tese de que o príncipe almeja ter como objetivo principal de seu governo a obtenção da honra e da glória. Mesmo entre os antigos, observa o autor, estes dois objetivos não eram relacionados entre as recompensas próprias do rei. Apenas eram relatados como toleráveis quando comparados com a busca de riqueza e prazer. Com isso, Tomás de Aquino crê ter preparado o caminho para estabelecer os objetivos axiológicos que indiscutivelmente serão almejados pelo príncipe.

No capítulo VIII, da obra **Do Governo dos Príncipes** (1937), o autor trata de resolver a questão sugerida inicialmente a respeito de qual deve ser o objetivo seguido pelo governante em suas ações. Nas páginas iniciais desse capítulo, Tomás de Aquino mergulha nas Sagradas Escrituras na busca de pontos que fundamentem a tese de que o príncipe sujeita-se a buscar Deus como finalidade última. Destaca, neste sentido, que todo o poder emana de Deus e que os príncipes ou reis, conseqüentemente, são seus representantes diretos. “Toda autoridade política vem de Deus *sicut a primo dominante*” (GILSON. 2001, p. 713).

Tomás de Aquino aprofunda sua argumentação apontando que, pelo caráter racional da natureza humana, o homem se inclina à virtude e esta tem como prêmio a felicidade. Se cabe àqueles que buscam a virtude proceder bem, é obra daqueles que governam bem governar; isso já fará o rei feliz, trazendo imediatamente a recompensa. “O rei é bom quando vela por seu povo como um bom pastor por seu rebanho, mas só o faz porque, então, está em *divina lux*” (GILSON, 2001, p. 714). No entanto, tal espécie de remuneração, acrescenta o autor, é superior a todas as outras remunerações como riqueza, prazeres, glória e honra; pois a felicidade é o bem universal por excelência e, quando alcançada, supre definitivamente aos anseios dos homens, pois que é o maior bem de todos os bens desejáveis.

O humanista renascentista não jogou fora essa memória moral inserida na vida política, ele só desvendou algo talvez ainda não pensado, ou, se pensado, com certeza não manifestado por escrito de maneira clara e objetiva. Despreendeu essa avaliação confrontando os conceitos nas suas formulações ideais com a realidade. Aplicar empiricamente estes conceitos provenientes da cultura cristã, a única formalmente existente em seu tempo, ajudou a clarificar o verdadeiro resultado que esta tendência estava conduzindo os caminhos do Estado. Nesse sentido, Tomás de Aquino afirma que:

...não dizemos felizes os príncipes cristãos por terem reinado por mais tempo, ou por haverem, com morte sossegada, deixado imperadores os filhos, ou por terem dominado os inimigos da república, ou por terem podido, acautelando-se, sujeitar os cidadãos que contra eles se insurgem. Dizemos sim felizes os que imperam com justiça, preferem antes suas próprias paixões dominar que a quaisquer gentes, tudo fazem não pelo ardor da vanglória, senão pela caridade da beatitude eterna (AQUINO. 1937, p. 61).

Agindo em conformidade com a busca da felicidade eterna, o rei ou o príncipe estará de acordo com sua causa final, isto é, tendo ao seu criador e, para Tomás de Aquino, não haverá atitude mais elevada que esta, sendo digna do que há de mais alto a ser recompensado.

Por fim, Tomás de Aquino conclui seu raciocínio, neste capítulo, dizendo que podem ser a honra e a glória o prêmio para um rei ou príncipe, portanto ele não mais considera a honra e glória no plano humano, mas no plano da transcendência divina, e, neste sentido, já não se tem mais a mesma compreensão que tinham autores antigos.

É nessa moral entendida como conduta virtuosa, que o chanceler florentino questiona, que está depositada toda possibilidade de mudança para a ação política. Nela está explicitado aquilo que ainda está impensado. A tradição representada aqui por Aquino, banalizada, foi a oportunidade para a reestruturação. Não interessava para Nicolau confirmar nada, mas sim reformular algo que já era antigo e ultrapassado. Na moral vigorante a política não tinha a liberdade nem a autonomia necessária para seu êxito completo conforme seus ditames. Na moral refletida pelo florentino irão conjeturar-se novas possibilidades para a política e sua libertação que tinham como base a virtude dos romanos antigos. Se vamos seguindo nossos atos regulados por um padrão moral e intelectual, estamos fazendo uso de ensinamentos espirituais que transcendem nossa realidade, e com isso alienando ou desprezando a racionalidade dos fatos imediatos. A situação pela qual estava passando a reformulação dos critérios da ética na política facilitou a percepção da verdadeira tendência em que a política deveria se pautar. “Nenhum daqueles valores tradicionalmente sugeridos – o Bem, a Justiça, a felicidade – prestam-se para julgar a ação política” (AMES. 2002, p. 155).

Maquiavel primeiramente retira essa força imperativa da ética, que para ele representa uma imposição aguda para a política, e a transpõe para o resultado efetivo da ação a partir do critério da necessidade. Ao proceder desta maneira ocorre a descaracterização da importância da qualidade permanente tão cultivada por toda tradição ética e a transforma num móbil que está em consonância com o fim. A estrutura da ética perde a característica de ser um fim em si primordial e passa a ser uma medida menor, secundária em importância como meio. “Na avaliação de Maquiavel, as exigências formais que a moral corrente formula são incompatíveis com a “verdade efetiva” da ação política” (AMES. 2002, p. 154). Por uma primeira impressão podemos dizer que estruturando o mecanismo valorativo da ação conforme seu resultado, não liberta o príncipe para agir diante da possibilidade de fazer aquilo que bem quiser. O príncipe está diante da possibilidade de fazer aquilo que demanda para manter o Estado em condições viáveis, garantir sua sobrevivência, ou fundá-lo. Embora sua reflexão demonstre a ineficácia das “boas intenções” na ação política, não a reduz à pura e simples busca do prestígio e poder pessoais. A liberdade que é fornecida pelo deslocamento da ética no emprego dos meios, logo é preenchida pela necessidade da ação eficiente visando o bem da comunidade e da ordem política. Toda vez que esta estrutura de poder estiver ameaçada, o governante pode e deve emendar quaisquer esforços para garantir sua permanência, mesmo que isso implique uma recorrente violação da ética.

O procedimento de Maquiavel em pensar a política se faz com a relação ao mundo, não surge do nada, pelo contrário, contém na tradição moral cristã e na humanista seu ponto de partida para a transformação e a ela quer chegar de volta com alguns acréscimos favoráveis. No caso que estamos tentando explicitar a visão da nova

ética situada por Maquiavel a partir da visão política, temos que perceber que a moral tradicional estabelecida pelos pensadores políticos ligados à valoração de virtudes cristãs não se firmou na realidade dos fatos. Da mesma maneira essa observação vale também para a tradição humanista em que Maquiavel se apoiou primordialmente para ter sua noção de valores cívicos e republicanos. Ela não mais se justificou na medida em que gradativamente rompia com a realidade. Apesar disso, Nicolau Maquiavel, ao querer apresentar as formas de funcionamento da política e do poder, estabeleceu um exercício de reflexão destas alterações sobre a política que resultou senão numa nova ética, ao menos apresentou a ambigüidade moral problemática para a filosofia política futura.

Esse exercício sobre a moral tradicional é que podemos chamar de ética maquiaveliana. “Evidentemente o florentino renascentista se dá conta de que sobre a práxis histórica se erige um dever-ser” (NEDEL. 1996, p. 56). Isto representou um passo além daquilo que já havia sido produzido e mais tarde foi alguma das causas da desaprovação de seu pensamento. Maquiavel transformou uma moral estabelecida e que se mostrava inócua, em uma moral refletida sob forma de ética. Ética pode ser entendida então como um estudo sobre o agir valorativo daquilo que recebemos. Ela está para ser refletida e superada. Uma das grandes revoluções se deu nessa medida. Maquiavel fez essa crítica ao querer entender a política. “Como não há tribunal onde reclamar as ações de todos os homens, e principalmente dos príncipes, o que conta por fim são os resultados” (MAQUIAVEL. 2001, p. 85). Ele rompeu com esse olhar acostumado pela tradição moral cristã que já não estava mais funcionando e proporcionou um novo espaço para o surgimento de uma ética que não fosse restrigente, condenatória ou regulamentar como antes. Nosso pensador possibilitava

uma ética que autorizasse as realizações políticas do príncipe em nome do Estado sob um leque maior de possibilidades de agir, contudo sempre ligado à necessidade.

A ética tradicional que primava em apoiar aqueles atos que tinham na sua gênese virtudes pessoais, que permitia apenas aqueles atos motivados por qualidades inatas em sua essência boa, perdeu espaço quando transformamos sua avaliação a partir dos fins e da necessidade da ação. “A ética desses escritores se concentrava no ser, e não no fazer nem nas conseqüências”. (DE GRAZIA. 1993, p. 329). Os valores estimulados pela educação pessoal não são tão eficientes na prática política se não manipulados conforme o objetivo. “A maioria dos que escreviam sobre a conduta dos príncipes insistiam sobre as virtudes ou boas qualidades de um príncipe, como aspectos permanentes de um bom caráter” (DE GRAZIA. 1993, p. 329). A tradição foi assim, aos poucos, sendo desmantelada pela teoria da realidade naturalmente imposta pelo empirismo maquiaveliano. “O motivo dessa incompatibilidade está no fato de a moral cristã estar voltada à salvação da alma individual enquanto que a preocupação de Maquiavel está dirigida a este mundo” (AMES. 2002, p. 154).

O cálculo para a ação compreende agora um maior número de coeficientes que facilitam os resultados objetivos. Isto na realidade representa maior flexibilidade na conduta, pois a subordinando cria maior espaço para o procedimento dos príncipes. O pensador político italiano Sebastian De Grazia assim esclarece da posição ética de Maquiavel: “Ela o liberta dos grilhões morais dos manuais para os príncipes” (DE GRAZIA. 1993 p. 330). O que ganha a política com esse pensamento de Maquiavel? O príncipe estava sendo conduzido por princípios heterônomos alheios ao universo político. Estava agindo conforme critérios pré-estabelecidos aquém da política e de seus verdadeiros propósitos.

A manipulação conforme a finalidade não corresponde somente a disposição em fazer o que é necessário para garantir-se no poder, mas também em saber jogar com os valores estabelecidos conforme o panorama da situação levando em conta a imagem que o príncipe está a representar para sua comunidade. É aqui que nosso pensador apresenta a relatividade prática acerca dos valores morais oriundos da tradição, que podem resultar desastrosos para a comunidade. “Maquiavel destaca claramente que é um equívoco pensar que qualquer meio é válido, desde que exitoso” (AMES. 2002, p. 157). Ele não despreza os valores morais na sua essência, o que ele pretende é subordiná-los à realidade e verificar sua eficiência, já que o imperativo da realidade obriga seu prevalectimento diante do relativismo que a política proporciona ao lidar com interesses com fins morais. Àqueles que não estão no poder cabe representar as qualidades que fazem príncipe bem quisto.

Doravante, a salvação do príncipe que antes estava alicerçada na observância incondicional das práticas morais, agora estava intimamente ligada às necessidades do Estado e à sua capacidade individual de administrar. Desta maneira, a ética, que antes estava vinculada diretamente à política, agora está ligada aos atos do político. Atrelar a salvação pessoal à redenção do Estado, e por sua vez da comunidade, obriga a um comprometimento maior do que somente ater-se àquilo que se obriga a fazer. “Niccolò parece não ter dúvidas de que o homem, embora naturalmente propenso ao mal, pode dizer o que é bom e o que é mau na conduta de seus governantes e notáveis” (DE GRAZIA. 1993, p. 308). Agora a salvação do príncipe confunde-se com a salvação do Estado e sua *virtù* será testada a toda prova.

Para a finalidade da política isto representa um aspecto interessante. Se o objetivo da política para Maquiavel é o bem comum, que paralelamente corresponde à

honra e à glória do príncipe, tanto um quanto o outro aspecto necessariamente precisam andar em conjunto. O bom estadista para Maquiavel é aquele que faz necessário para preservar a liberdade de seu povo e garantir a ordem pública, que supra suas questões morais pensando no bem da coletividade. “...Em virtude do interesse coletivo, o político pode fazer o que não é permitido ao indivíduo, ou se preferimos, a moral do político não corresponde à do indivíduo” (BOBBIO. 2003, p. 147). A coerência do sistema justifica-se em privilegiar o homem que tem *virtù* para edificar boas leis e boas armas. Bobbio (2003) faz o seguinte questionamento que contribui para esclarecer o problema: O que é lícito em política também é lícito em moral? Ou melhor. “Podem ocorrer ações morais que sejam não políticas ou apolíticas, e ações políticas que sejam não morais ou imorais?” (BOBBIO. 2003, p. 147). A crítica da moral feita por Maquiavel favoreceu o surgimento de uma ética vigorosa estabelecida a partir da necessidade da ação conjuntamente. A ética é uma teoria sobre as regras de conduta e padrões. Maquiavel não teve aquele olhar acostumado da ética vivida e libertou o príncipe do comprometimento ético cristão em prol da política por ela mesma sem torná-lo defensor de uma abordagem cínica da política. Na ação política não contam os princípios, e sim as “as grandes coisas”, os resultados. E estes resultados são mais importantes do que a sustentação de qualquer princípio moral; isto porque este comportamento tem o objetivo de preservar o domínio que o príncipe está representando. A ética nunca mais foi a mesma depois das ponderações do chanceler florentino.

A rigor, a mudança de Tomás de Aquino para Maquiavel posta-se na diferença fundamental entre fazer algo efetivamente, e isto será visto pelos homens, e aparentar bondade, piedade ou outras manifestações das virtudes do cristianismo. “...a esfera

política é a das ações instrumentais, o que, como tais, devem ser julgadas não em si mesmas, mas sim com base na maior eficácia por atingir a meta” (BOBBIO. 2003, p. 170). Em relação à feitura de boas obras, o príncipe não poderá escapar do julgamento dos homens e esses julgarão segundo os resultados e não pelas intenções veladas do mesmo. No que concerne a aparentar virtude ou não afetará diretamente as ações de um homem de Estado, servirá apenas para arrecadar apoio e admiração do povo. E neste caso Maquiavel aconselha que o príncipe aparente virtude, dado que isto apenas fará com que sejam satisfeitas as exigências contidas na moralidade vigente na maioria da população.

Em outras palavras, as ações do príncipe não ficam comprometidas quando ele, por algum motivo, aparentar seguir a moralidade popular, ou por um outro motivo das circunstâncias, infringe seus princípios mais elementares. Isso porque as ações de um governante estão resguardadas pelas chamadas “razões de Estado”, onde compete a ele ter uma elasticidade moral diferente dos homens em geral. Cogita-se, neste aspecto, que a *virtù* implica na ação viril do príncipe visando a segurança do Estado e este tipo de ação distancia-se notadamente daquela exigida pela moralidade cristã. O apoio que o povo dá ao príncipe é a condição de possibilidade de suspender a moralidade tradicional.

### **2.3 Sobre as virtudes que se tornam vícios e vícios que se tornam virtudes.**

Ser miserável, temido, cruel e dissimulado são artifícios que se prestam para serem utilizados pelo príncipe para o benefício do Estado em determinadas ocasiões em que as virtudes tradicionais não têm força suficiente para operar. Até o período de Maquiavel estes termos foram entendidos como vícios absolutos consagrados pela tradição não só humanista, mas de maneira mais abrangente, são adjetivos pejorativos na sua origem por não possuírem derivações boas quando na sua aplicação prática. “Os vícios e virtudes supunham regras de conduta a ser rigidamente observadas, inalteráveis pela ação do tempo e do espaço, sendo incondicionalmente obrigatórias” (DE GRAZIA. 1993, p. 329). Não obstante, com Maquiavel a história destes conceitos é tratada com uma diferença exclusiva. Já que sua preocupação é discorrer sobre aquilo que se faz, e não aquilo que se tem que fazer, juntamente associada à idéia de que. “A realidade precisa ser enfrentada racionalmente e permitir que o agente possa vinculá-la à perspectiva de êxito” (AMES. 2002, p. 130). Maquiavel exhibe o lado positivo de fazer bom uso destas características quando se trata de governar e manter o poder político nas suas mãos, o que é para ele um fim sempre legítimo de ser buscado. “A discussão sobre o bom ou mau uso das qualidades ressalta sua possível utilidade para algum fim e seu emprego de acordo com alguma avaliação” (DE GRAZIA. 1993, p. 320).

O argumento de Maquiavel a este respeito é de que, para manter os súditos unidos e leais, ou a unicidade do seu domínio, o príncipe não poderá ter medo de dispor do artifício da crueldade ou de ações violentas para pôr fim a alguma dissidência. Se for necessário é melhor tomar medidas duras e eliminar alguns poucos, do que,

inversamente, por extrema piedade, incorrer numa crueldade ainda maior proveniente das desordens que desencadearão uma série incontrolável de coisas prejudiciais ao governo. “...Um “príncipe” bom, considerando esta palavra na sua significação dos valores mais elevados da humanidade , não é um “bom” governante, pois, sendo o homem o que ele é, deve ele aprender a não ser bom” (ROSENFELD. 1990, p. 151). Com efeito, conclui Maquiavel que o príncipe piedoso não prejudicará a alguns indivíduos para não ser taxado de cruel, mas em compensação causará prejuízo a uma comunidade inteira. Como ele mesmo descreve: “Um príncipe deverá portanto não se preocupar com a fama de cruel se desejar manter seus súditos unidos e obedientes” (Maquiavel. 2001, p. 79) Ao contrário. Um principado conduzido por um homem bom sucumbiria fatalmente, pois num plano externo ele seria facilmente enganado por outros governantes destituídos destas amarras morais, ou ainda, no plano interno, por excesso de piedade deixaria de tomar as devidas providencias à contenção das discórdias, acarretando com isso o nascimento da corrupção e um dano ainda maior.

Maquiavel, no entanto, não fica restrito a essa posição, indo além, ao acrescentar que não só o príncipe não precisa ser bom como também necessita aprender a não sê-lo. “O Bem está tão intimamente ligado ao mal que não se pode realizar o primeiro evitando o segundo” (ROSENFELD, 1990, p. 147). É neste contexto que se entende uma das mais polêmicas afirmações do autor que diz:

um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder a não ser bom e a se valer disto segundo a necessidade (MAQUIAVEL. 2001, p. 73)

Com essas palavras, Maquiavel parece liberar o governante para que faça o mal indiscriminadamente. Porém, ao analisar outras afirmações de Maquiavel, constata-se que entre o saber fazer o mal e o fazer efetivamente o mal há uma sensível linha demarcatória que visa diferenciar uma ação com *virtù* e uma ação desprovida deste atributo. “Todas as teorias morais constataam que a mesma ação pode ser julgada de duas diferentes maneiras, conforme o contexto em que é executada, e a intenção com a qual foi realizada” (BOBBIO. 2003, p. 169).

A *virtù* do príncipe se revela nos resultados das ações, e tanto podem ser por meios bons ou pelo aparente meio mau, é esse o sentido do conselho contido em **O Príncipe**, ele diz assim:

Dando os pouquíssimos exemplos necessários, será mais piedoso do que aquele que, por excessiva piedade, deixa evoluir as desordens, das quais resultam assassinios e rapinas; porque estes costumam prejudicar uma universalidade inteira de cidadãos, enquanto as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular (MAQUIAVEL. 2001, p. 79).

Quando tratamos de fundar uma nova ordenação, devemos primar pela *virtù* individual daquele homem que apresenta disposição para agir conforme a necessidade da ocasião.

A prática destes “vícios que lhe permitem governar” (MAQUIAVEL. 2001 p. 76), mostrou-se mais eficaz do que a inflexibilidade em buscar sempre aquilo que é bom por meio de práticas de comportamentos importados do meio moral para política. Tanto ser miserável, quanto cruel, apresentam sua face positiva ao ser utilizados no universo político: “...de forma equilibrada, com prudência, e humanidade” (MAQUIAVEL. 2001, p. 80), ou seja, sempre supondo um controle na utilização. Mesmo porque não são qualidades permanentes no homem, apenas estados temporários. Uma virtude pode

levar muito facilmente à ruína e ao caos se tomada de maneira indiscriminada ou recorrendo a critérios extra-políticos. Um vício que proporcionar benefícios e segurança poderá realmente ser denominado assim? Maquiavel dirá que a resposta é isto apenas: “...parecerá vício” (MAQUIAVEL. 2001, p. 74). A aplicação incondicional das qualidades convencionadas pela tradição que são anteriores a Maquiavel leva na prática à degeneração do domínio e ao fracasso do príncipe. “Note-se que ele não dispõe as qualidades em dois blocos, o da direita com as boas, o da esquerda com as más” (DE GRAZIA. 1993, p. 308). Por meio do uso correto destes vícios aparentes há a chance de se manter em condições objetivas.

Esses elementos historicamente repreensíveis pela tradição política nos séculos precedentes não despontam para Maquiavel como artifícios colaterais utilizado como recursos finais em situações extremas. O príncipe pode contar com esses recursos ainda dentro do aparelho político convencionado. Com sua *virtù*, que nesse caso é representada pela coragem e arrojo de estar assumindo uma prática coerente com o momento, ele precisa “aprender a não ser bom” (MAQUIAVEL. 2001 p. 73). O sucesso do príncipe está ligado à disposição de ser primordialmente conveniente com os propósitos do Estado. E neste caso, a necessidade assume um caráter prioritário que antes pertencia à atitude que se resumia em ser bom.

Também não deverá importar-se de incorrer na infâmia dos vícios sem os quais lhe seria difícil conservar o Estado porque, considerando tudo muito bem, se encontrará alguma coisa que parecerá *virtù* e, sendo praticada, levará à ruína; enquanto uma outra que parecerá vício, quem a praticar poderá alcançar segurança e bem-estar (MAQUIAVEL. 2001, p. 74).

O eixo central que justifica essa observação tem suas considerações na alternativa que encontramos em Maquiavel em considerar as ações conforme o critério

da necessidade e não mais seguir algum preceito convencionalmente ético. “O conceito de bem comum que Maquiavel tem em mente é um conceito político-utilitário e não pode, por isso, ser considerado como o fim ideal capaz de redimir uma ação maculada intrinsecamente pela maldade” (AMES, 2002, p. 157).

De maneira geral este ponto formaliza a amplitude que Maquiavel proporciona ao exercício político ao delimitar a importância moral nas ações relativas ao Estado. “O novo “dever” de Maquiavel exige, pois, o emprego prudente e energético da virtude e do vício, segundo exijam as circunstâncias” <sup>48</sup> (STRAUSS, 1996, p 290). Este processo que também pode ser entendido como laicização do Estado rumo a sua autonomia. A crítica à bondade incondicional que Maquiavel incorpora diante dos valores do pensamento religioso não pode ser entendida como uma apologia a ações más. Grande parte da tradição posterior assim procedeu e condenou Maquiavel sem ter uma total compreensão do seu pensamento. É o caso de Gentile, Frederico II e mais recentemente Leo Strauss. Todos esses que contribuíram para a edificação da expressão maquiavelismo.

Vícios verdadeiros, para o florentino, são aquelas tendências que colocam diretamente em perigo o bem-estar do Estado, do povo, ou a manutenção do poder nas mãos do homem de Estado. E nesse caso as virtudes tradicionais cristãs e algumas defendidas pelo humanismo operam muito mais rumo a este sentido do que os mistificados vícios. Por outro lado Maquiavel salienta aquelas práticas incondicionais que em qualquer hipótese sempre representarão a dissolução da comunidade política. Os mais significativos são o ócio, a inveja, a ganância e todos os caminhos que levem à

---

<sup>48</sup> “El nuevo “deber” de Maquiavelo exige, pues, el empleo juicioso y energético a la vez de la virtud y de vivo, según exijan las circunstancias.

corrupção e à dissolução da ordem. Tanto a história quanto a experiência de trabalho de Maquiavel ensinaram isso.

Maquiavel rejeita a gratuidade de ações más, estas ações são apenas toleráveis quando remetem a um bem maior. “Para fundar um Estado, para restaurar um regime corrupto, para dar uma constituição a um povo em decadência, as medidas extremas revelam-se inevitáveis” (ARON. 2001, p. 154). Para fazer justiça ao pensamento de Maquiavel podemos destacar que nem sempre aquela ação cruel resulta numa prática virtuosa. No capítulo VIII de **O Príncipe**, quando fala daqueles que chegam ao principado por meio de crimes, Maquiavel diz que não se pode ainda chamar de virtude ocasionar a morte de seus concidadãos, trair os amigos, ser sem fé, sem piedade ou religião. Ele condena, nesse caso, o exemplo de Agatócles, rei de Siracusa, que reiteradamente usou como artifício o crime para chegar ao poder e mantê-lo posteriormente. Ao contrário, Maquiavel louva a atitude de César Bórgia que, para conter a revolta da multidão contra um de seus comandantes, faz ele aparecer em praça pública, cortado ao meio, fazendo com que tal ato causasse na população uma mistura de assombração e satisfação<sup>49</sup>. Esta atitude é correta porque se dá em tempo adequado e numa pequena intensidade segundo o florentino.

Disso podemos concluir que Maquiavel defende a idéia de que o príncipe está autorizado a se valer da crueldade e da piedade, da maldade ou da bondade, dependendo do caso, e essa ação será considerada virtuosa somente quando ele age de forma eficaz, isto é, na ocasião correta e na intensidade certa, sem despertar ódio de ninguém. De outro modo pode-se praticar o bem ou o mal, mas não se é possuidor de *virtù*, o que resultará necessariamente na perda do comando do Estado. Verifica-se,

---

<sup>49</sup> Enfim, o respeito que é proporcionado pelo efeito do medo. Conjunção tão exitosa para Maquiavel.

neste sentido, que a virtude não se define por um certo conteúdo moral imutável estabelecido, mas pela ação que segue a uma determinada forma de proceder.

É compreensível nesse sentido a ênfase dada por Maquiavel para a relação entre o homem de governo e as circunstâncias históricas. Pois essa parece ser a lição fundamental a que chega o autor ao emitir seu veredicto final sobre a ação de governantes e estadistas. O ponto fraco de todos eles situa-se na incapacidade de mudar o procedimento diante da alteração das circunstâncias históricas. Entre os exemplos que destaca na história da humanidade, dirá que, alguns deles, mesmo obtendo sucesso, não foram portadores de *virtù* e só não sucumbiram devido à brevidade de suas vidas, pois que em outras circunstâncias o seu modo de proceder conduziria inevitavelmente ao fracasso:

Maquiavel tinha já chegado à conclusão de que havia uma lição simples, e no entanto fundamental, que nenhum deles conseguira compreender, a razão pela qual todos eles em geral fracassam em seus empreendimentos, ou então alcançaram em seus empreendimentos, ou então alcançaram êxito mais devido à sorte que a um sólido julgamento político (SKINNER. 1988, p. 31).

Nesse mesmo rumo é importante destacar que Maquiavel não avalia nos príncipes a glória por eles obtida, atendo-se a projetos que são historicamente exemplos de sucesso. Isto porque ele não quer julgar os atos dos príncipes em termos de conseqüências positivas imediatas, mas sim em relação ao que foi previsto e posteriormente realizado. Uma relação entre meio e fim de um projeto. Assim, César Bórgia é louvado como um ideal de príncipe, apesar de seu fracasso histórico, enquanto que, apesar de seu sucesso, Sforza aparece como um modelo negativo. Revela-se, dessa forma, um Maquiavel preocupado com a ligação entre as metas previstas e os modelos realísticos para alcançá-las, posição que se choca com a

tradição que tem idealidades utópicas como metas, desprovidas de qualquer estudo de meios para efetivá-las.

De acordo com esse ponto de vista, o príncipe para obter a glória precisa realizar algumas condições básicas que podem ser resumidas assim: Ter uma visão clara a respeito do bem-estar possível do principado; elaborar um planejamento com estratégias práticas para que se obtenham essas metas; e possuir virtudes pessoais para levar a termo esse plano de metas.

Entre as virtudes, a principal delas é a *virtù*, que varia conforme à época e ao tipo. “Maquiavel, todavia, endossou a idéia convencional de que a *virtù* representa um conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se à fortuna e conseguir honra, glória e fama” (NEDEL. 1996, p. 41). Há a *virtù* de príncipes e *virtù* de povos, ambos visam a mesma coisa, mas cada um deve portar-se de formas próprias que são diferentes. Com relação ao tempo, há maiores e menores expressões de *virtù* conforme vemos na história que Maquiavel resgata dos antigos e que segundo sua leitura ‘torna-se diferencial do conceito cristão, “É certo que a *virtù* maquiavélica não se identifica com a virtude cristã” (NEDEL. 1996, p. 41). No sentido da coragem, agregada de seus atributos básicos. “A *virtù* maquiaveliana significa força, coragem, e guarda o significado etimológico, mas desprovido de um compromisso ético e religioso” (MEGALE. 1993, p. 51). Primeiro ter a coragem necessária para arriscar a si e aos seus seguidores numa aventura política frente às vicissitudes da fortuna, “É a capacidade de resistir ao que é indeterminado e tenebroso na vida, evidenciando o poder e a autonomia do homem, ou seja, sua vontade forte” (NEDEL. 1996, p. 42); pois, mesmo com um planejamento realista, a fortuna põe por terra metade dos planos humanos:

entretanto, já que o nosso livre arbítrio não desapareceu, julgo possível que a fortuna seja árbitro da metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase (Maquiavel. 2001 p. 119).

E em segundo lugar o príncipe precisa de coragem para sugerir metas ou finalidades não previstas por Deus ou determinadas pela ordem natural, neste sentido, é preciso que o príncipe tenha coragem. O príncipe possuidor da *virtù*, dessa forma, não arrisca tudo em um jogo de dados da aventura política, onde a fortuna se encarrega de lançar as pedras, mas aposta tudo em um projeto de glória cujo constituinte distintivo é a afirmação de valores não justificados pela tradição ou pela ordem natural. “A posse da *virtù* é a chave do êxito de um príncipe” (NEDEL. 1996, p. 43). Um exemplo disto é a idéia de nacionalismo italiano forjada na Renascença por Maquiavel. Ao contrário de Dante, seu conterrâneo, para o qual o nacionalismo é um fato natural entabulado pelo território e pela língua, para Maquiavel, o nacionalismo adquire sentido enquanto algo convencional, projetado e forjado pela força dos príncipes. Os fatores naturais não são o bastante para definir o nacionalismo a ser tentado pelo príncipe, daí o recurso de formas artificiais.

Ao destacar essas condicionantes do pensamento de Maquiavel, acredita-se que não se pode reduzir a razão, neste autor, ao mero instrumentalismo, isso porque as metas fazem parte da glória almejada pelo príncipe, e essas não são da mesma maneira as mesmas metas. Isso faz com que as metas projetadas pelo príncipe passem pelo consenso das elites que vão investir os recursos de moeda e de sangue. O príncipe, dessa forma, não é simplesmente o detentor e uma vontade solipsista que colocará em prática a qualquer preço, mas sim é o veículo histórico de princípios que

serão ou não reconhecidos como passíveis de realização arrecadando investimento e apoio daqueles por ele governados.

Há assim uma sintonia entre povo e príncipe porque o agir deles é parte constitutiva da glória, pois inclusive a eficácia do governo necessita de uma aceitação dos projetos do príncipe, por parte do povo. A própria prosperidade do povo é um quesito condicionante do êxito do governo, no sentido que a glória pode ser conferida ao regime.

### **2.3.1 A importância da imagem**

É aqui que está uma das contribuições mais originais de Nicolau Maquiavel para o pensamento político ocidental. A imagem vem a favorecer as dificuldades encontradas para lidar com as questões morais que de fato o príncipe deve apresentar. Precisa espelhar, por meio de suas atitudes, as qualidades apreciadas pelo povo. “O príncipe, simultaneamente, tem de descer ao governo real dos homens. Aqui se iniciam as dificuldades morais” (DE GRAZIA. 1993, p. 310). Ao referir especial atenção sobre a importância da imagem que o príncipe deve transmitir para os membros da sua comunidade e para os demais, primeiramente Maquiavel evidencia que esse artifício tem uma ótima recepção no campo político, estratégico nas relações internas e externas do domínio, pois pode ser utilizado tanto como uma arma de defesa quanto de ataque. “Encarando as boas qualidades como bens meramente aparentes e como meios para outros fins, ele aprenderá a escolher o bem apropriado” (DE GRAZIA. 1993, p. 330). Poder representar aquilo que não é ocasiona uma liberdade nas ações do príncipe sem revelar aparentemente os seus propósitos. Além de conquistar a

confiança do povo, outra vantagem que trás a utilização da imagem é não precisar possuir aquelas qualidades requisitadas pelos seus cidadãos. “A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, mas é indispensável parecer tê-las” (MAQUIAVEL. 2001, p. 84). Ao dedicar importância a este aspecto no comportamento dos príncipes, Maquiavel pretende com isso libertá-lo de agir conforme algumas determinações que o governante não deveria seguir como determina o costume. Por outro lado, ele deve representar bem sua posição. Se ele não tem as qualidades, que saiba aparentá-las. “Isso significa, no máximo, que a pessoa represente ser algo que não é, adotando um disfarce, simulando, modificando uma máscara para se adequar a uma imagem, o que constitui uma atividade que requer os talentos de um ator ou de um embaixador” (DE GRAZIA. 1993, p. 310).

A importância da imagem se potencializa na medida em que o ato de representar é tão ou mais importante do que realmente possuir as qualidades ideais. A aparência mascara aquilo que o povo não entenderia por ter o mesmo componente moral do príncipe. “Buscar no povo o modelo para a conduta de um príncipe constitui uma guinada absolutamente original” (DE GRAZIA. 1993, p. 307). Ele precisa manter essa aparência para agir com liberdade ser visto da mesma forma que o povo deseja. A imagem permite ao príncipe agir conforme aquelas qualidades que em outras circunstâncias são tomadas como vício remetendo àquilo que outrora traria a ruína.

Na demanda do jogo político a imagem estabelece uma relação de conveniência com aquilo que é interessante. “As palavras são somente instrumentos do agir. O que vale é a “aparência” que estas palavras, na enunciação de seus agentes, suscitam naqueles a quem são endereçadas” (ROSENFELD. 1990, p. 152). O príncipe necessita preocupar-se com sua imagem diante do povo. “A idéia é simples: parecer ser um

príncipe que o povo louve” (DE GRAZIA. 1993, p. 309). É por ela que o povo vai julgar o quilate do seu soberano. Segundo Maquiavel, as pessoas não têm outra alternativa para reconhecer o príncipe a não ser esta imagem projetada por ele, que sempre estaria carregada de virtudes; “É bom ser misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso, mas deve ser capaz de se converter aos atributos opostos” (MEGALE. 1993, p. 35). A ênfase que se dá à imagem reside primordialmente em razão de fazer uso conforme aquelas atitudes do príncipe não convirem serem apresentadas. Maquiavel estabelece que o príncipe que queira fazer profissão de bondade estará inevitavelmente aniquilado no meio de tantos que não o são. É preciso então agir conforme a realidade do mundo para se obter sucesso nele. Para isso o príncipe é forçado pela necessidade a não percorrer aqueles caminhos que pretende a tradição ou o bom senso moral. Pelo fato de vulgo ignorar o fim que uma ação possui a partir de uma atitude, e, além disso, só considerar como caminho a via virtuosa boa, que só esta gerará o bom segundo a sua concepção, o príncipe precisa camuflar seus atos de aparente maldade, ou que fujam das cinco qualidades imprescindíveis nos príncipes, a saber: religiosidade, humanidade, piedade, fé, integridade. O povo não tem como julgar uma ação somente pelo seu meio, pois em política o resultado é que conta. “...o povo tece elogios ou críticas conforme as facetas dessa imagem” (DE GRAZIA. 1993, p. 307). O príncipe sabe disso e tende a fazer uso político desse elemento. Assim a imagem incorpora previamente o resultado a ser esperado. A mentalidade da época não poderia conceber que de algo bom poderia derivar algo ruim. “O bem de uns será o mal de outros” (ROSENFELD. 1990, p. 147). Muito mais improvável o seu contrário, que de algo ruim poderia-se ter benefícios. Devemos considera que o príncipe orientar sua ação tendo em vista o bem da coletividade e a garantia de seu poder junto ao Estado.

Cabe destacar ainda que a dissimulação não é um vício para Maquiavel, ao contrário, ele incentiva o príncipe a cometê-la. Para o autor não importa que as obras (boas ou más), sejam feitas apenas para serem vistas pelos homens. Mas ainda, elas devem ser feitas para que os homens as apreciem, pois é delas que advém a reputação do príncipe. Caso contrário o príncipe não vai ser seguido pelos seus súditos, pois é pela sua reputação que será estimado. Neste sentido o que vale para Maquiavel é o resultado da ação. O príncipe não será avaliado, como na ética cristã tradicional, pela sua intenção, e no caso de apresentar ou não virtude, o resultado é que será avaliado pelos homens. “A adaptação do príncipe ao modelo do espelho não merece ser chamada de engano, burla ou fraude” (DE GRAZIA. 1993, p. 310). A ação não possui um grau de honestidade, mas teve um excelente resultado. Aqui Maquiavel abandona a esfera privada intimista como critério de avaliação das ações humanas. É a partir delas e neste espaço que se forma a opinião pública.

Maquiavel aprenderá com Savonarola a grande importância da palavra bem empregada como forma de convencimento. A palavra conquistava a partir da imagem daquilo que se pretendia passar. Todavia Maquiavel o chamou de o profeta desarmado e entendeu que esse lugar conquistado no imaginário político ainda depende do poder da força. Maquiavel admirou o caráter persuasivo das palavras, mas lamentou sua despreocupação de meios para se conservar no poder.

## **2.4 A Natureza Humana como fundamento ético e princípio de ação.**

Na obra de Maquiavel existem referências à natureza humana, sem que, no entanto, seja estabelecida uma noção determinada a seu respeito. O autor parece falar de um ser concreto que não é estranho a ninguém, pois facilmente podemos identificar em seus relatos características presentes na ação humana, sobretudo na política. Maquiavel não precisa exatamente o que entende por uma natureza humana, mas podemos deduzir que existe um padrão de conduta que pode ser encarada como arquétipo e manifesta-se nas paixões e desejos. “A fonte e causa do movimento e da mudança nas coisas mundanas reside não só nos céus, mas também nos apetites e paixões” (DE GRAZIA. 1993, p. 268). Este padrão entende o homem como possuidor de uma natureza negativa, e sempre disposto a fazer o mal quando assim lhe convier. E é essa padronização que confere legitimidade tanto à abordagem da história como também aos resultados que Maquiavel tem das suas lições. Apesar da clareza das citações, a não definição do que é a natureza humana para o autor, pode esconder a profundidade de sua obra política, permitindo que surjam deturpações à sua obra.

Buscar essa noção da natureza humana não é uma tarefa fácil, sobretudo em Maquiavel, pela exigüidade com que ele faz as referências ao tema e pela diversidade de exemplos históricos que muitas vezes deixa a sensação de afirmações contrárias.

Podemos dizer que o preceito ético em Maquiavel é resultado da sua noção de homem baseado na sua natureza. Sua idéia sobre o comportamento ético do príncipe e para o ordenamento da unidade do Estado deriva desta natureza que este pensador político tenta determinar. “O comportamento humano, segundo a análise de Maquiavel,

encontra-se desde o princípio delimitado pela realidade que, por seu turno, define o campo de ação do homem” (AMES. 2002, p. 127). Querendo ampliar as fronteiras das possibilidades do agir do homem político, Nicolau Maquiavel afirma que os homens possuem em geral uma natureza dinâmica que pode muito bem se adaptar às condições adversas. Em razão de não seguir uma lei da natureza, não precisam seguir rigorosamente uma ou outra forma de conduta, no entanto podemos discernir alguns padrões de conduta significativamente corriqueiros que são entendidos como padrão. “... Os homens, como disse no prefácio, nascem, vivem e morrem sempre de acordo com as mesmas leis” (MAQUIAVEL. 1982, p. 59). Se realmente há uma natureza, podemos dizer que ela é má. O homem que a história descreve no passar dos tempos e sob as mais diversas condições, invariavelmente é um homem com uma natureza malévola.

A verdadeira via é a que imita a natureza. Mas a natureza é variável e não estável como a virtude. A verdadeira via consiste então na alternância entre virtude e vício: entre seriedade (ou total devoção a grandes coisas) e leviandade, constância e inconstância, castidade e lascivas, e por aí a fora (STRAUSS. 1984, p. 241).

Maquiavel faz uma importante e significativa observação sobre o homem. “...os homens sempre se revelarão maus, se não forem forçados pela necessidade de serem bons” (MAQUIAVEL. 2001, p. 114). Com essa assertiva o florentino inaugura um novo entendimento sobre o homem, já que

Nenhum outro grande filósofo, nenhuma grande escola filosófica antes de Niccolò sustentou que os homens têm por natureza uma inclinação malévola, nem frisou que esse mal se amplia e se distorce no desejo, na mente e na percepção, acrescido ainda pelo livre-arbítrio (DE GRAZIA. 1993, p. 278).

Talvez com a ressalva de Marsílio de Pádua que sugere uma tendência do homem ao mal. “O ser humano, na maioria das vezes, está mais inclinado a fazer o mal impelido ou pelo amor ou pelo ódio, ou cobiça ou sob a pressão de súplicas ou ainda na esperança de vir a gozar de um benefício ou prazer qualquer” (De PÁDUA, Cap I, 16, 5 p. 165). Em **O Príncipe** encontramos a declaração explícita de seu pensamento sobre os homens. Expõe o pensador;

que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos em ganhar e, enquanto lhes fizer bem, permanecem inteiramente fiéis a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos, como disse acima, desde que o perigo esteja distante (MAQUIAVEL. 1982, p. 80).

Já nos **Discursos** ele diz: “...é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, parta do princípio de que todos os homens são maus” (MAQUIAVEL. 1982, p. 29). Estas e outras conjeturas revelam na história seu fundamento primordial que servem de premissa para definir os parâmetros de uma política eficiente em seus propósitos para a vida comum, para o Estado e para seu soberano.

O conhecimento da natureza humana não provém portanto de uma fonte religiosa ou de um pressuposto moral, porém ele origina-se de uma certa leitura das ações humanas na história e dos relatos que dizem o seu sentido (ROSENFELD. 1990, p. 149).

A fundamentação de uma natureza a partir da história apresenta uma característica estritamente determinista, que faz com que as idéias de Maquiavel conduzam a uma constante generalização. “Natureza designa, enfim, o conjunto de qualidades que caracterizam o homem pela constância com que aparecem a todos os indivíduos, independente de serem inatos ou adquiridos pela experiência” (RODRIGO. 2002, p. 33). Esse comportamento pode ser entendido como um efeito da mentalidade

ordinária presente no século XVI, que, ao mesmo tempo em que procurava reorganizar o mundo, procurava encontrar o espaço para o homem. A situação caracterizava-se por apontar “O mundo sem regras, não mais garantido por um ordenamento divino, que depende apenas de si mesmo para instituir uma vida regrada que adota necessariamente a forma do Estado, fora do qual não há salvação possível” (ROSENFELD. 1990, p. 152). Assim se dá o desenlace da questão para o renascentista.

Maquiavel não fundamenta as ações reprováveis moralmente por serem más pela decorrência inerente da maldade que por natureza está presente no homem. Ele faz uso deste conhecimento para prever e ajustar antecipadamente qualquer dano que poderá futuramente comprometer a estabilidade do domínio. É responsabilidade do príncipe dar a forma e a organização que seu Estado necessita. Tendo conhecimento da natureza malévola dos homens e de que somente diante da força da lei é que praticam o bem, o homem de Estado já está mais equipado para precaver-se em proteger sua ordenação. Neste caminho, Maquiavel não encontrou obstáculos que o impedissem de titular os homens a partir da sua condição de invejosos, ambiciosos, perversos, desconfiados e que tendem sempre antes ao mal do que ao bem. Em suma, qualificou-os de forma a não deixar qualquer ambigüidade.

O objetivo desta descrição que se ampara no histórico passado da humanidade seria de estabelecer um alicerce seguro para apresentar uma estrutura de organização segura para o estadista. “Na sua opinião o ser humano possui a tendência de agir segundo impulsos egoístas, em benefício próprio e prejuízo alheio” (AMES. 2002, p. 123). O insucesso de alguns teóricos do Estado foi sob certa maneira justificado diante desta desconsideração ao desprezar essa marca da condição humana, ou então ao

fazer uma outra avaliação que não correspondesse a uma realidade próxima a esta. “...É desse traço do caráter dos homens que se originam a instabilidade das instituições políticas e as comoções que periodicamente alteram a ordem estabelecida” (NEDEL. 1996, p. 31). Alterar a ordem estabelecida por estas razões constitui a ruína do principado e a incapacidade do governante de se garantir diante dos demais homens. Todo conjunto de ações partirá desse pressuposto implícito na natureza humana sem margem para ponderações. “A manutenção do poder e da ordem políticas requer a utilização de um conjunto de estratégias e técnicas suficientemente amplas e eficazes para controlar a tendência dos indivíduos de agirem unicamente pelo interesse próprio” (AMES. 2002, p. 124).

A existência dos conflitos internos como relativos da obediência ou o desafio a normas impostas dão a medida do quão difícil é avançar em qualquer propósito. No entanto, por mais que se quisesse afastar dos conflitos e ter uma vida pacata, não era esse o espírito da época de Maquiavel. O prazer das descobertas científicas, a intensificação das relações comerciais, a mudança do imaginário religioso que antecedeu a Reforma, a chegada do europeu ao Novo Mundo, proporcionaram um período de expectativas e temores, que exigia uma nova visão da política, da economia e da cultura.

Na base da sociedade e nos textos de Maquiavel, não há certezas, mas dúvidas. A natureza humana, conflituosa em sua essência, mantém-se no decorrer dos tempos por sua capacidade de atualizar-se e revigorar-se diante das necessidades físicas ou civilizatórias que se interpõem em seu caminhar histórico. Maquiavel sabe da possibilidade humana de renovação e dos desejos e valores que nos permitem

vislumbrar a radicalidade do conflito e a interferência disso no campo político, que era, para Maquiavel, o lugar possível para a realização humana.

Essa tentativa de universalizar o comportamento humano a partir da sua condição apresenta a novidade de revelar quais são as motivações das ações humanas.

O homem está pois sujeito à natureza e à necessidade de um modo tal que, em virtude do cérebro que é uma dádiva natural e através do conhecimento da natureza e da necessidade, lhe é permitido usar a necessidade e transformar a matéria (STRAUSS. 1984, p. 253).

O homem é portador de necessidades e de vontades que, segundo Maquiavel, somente encontram suas realizações na vida social. Cabe ao estadista virtuoso direcionar estes impulsos para benefício do Estado e do bem comum. A instituição de uma comunidade político-social supõe e requer o controle dos desejos egoístas dos indivíduos em benefício do bem comum.

#### **2.4.1 Sobre a adequação aos tempos**

Maquiavel aprendeu com realidade do jogo político ainda no tempo de segundo secretário a serviço de Florença, que aqueles que desejam atingir o sucesso devem, antes de tudo, estar prontos para proceder considerando a mudança dos tempos “...É feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as exigências do tempo” (MAQUIAVEL. 2001, p. 120). O rigor em agir conforme as planejadas intenções, com ímpeto cego sem considerar os desvios que o caminho pode apresentar com o passar do tempo foi a explicação usada para compreender a falha que grandes homens como

o condottieri César Bórgia, galfoneiro Sorderini, o Papa Júlio II, Maximiliano e até mesmo o profeta desarmado Savonarola. Todos fracassaram ao não resistir às nuances do tempo por desconsiderar “os caprichos da sorte” que a nova realidade traz consigo. “São infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos” (MAQUIAVEL. 2001, p. 120)

O maior empecilho para a alternância ou mesmo a reconfiguração do comportamento préestabelecido está alicerçado na dificuldade que há em rever aquelas diretrizes edificadas pela firme convicção e em seu precedente benefício em forma de resultado. “...Tendo sempre prosperado trilhando um certo caminho, não pode admitir que se deva afastar dele” (MAQUIAVEL. 2001, p. 121). O sucesso passado justifica, por reforçar, o continuísmo rumo à próxima ação utilizando o mesmo meio. É seguir uma tendência que funciona como paradigma de conduta para quem está praticando. Contudo, Maquiavel alerta para o fato de que a falha está em considerar somente aquilo que foi, sem se preocupar com aquilo que está acontecendo. Devemos ter atenção com a alternância o tempo, pois com a mudança dos tempos altera-se também a fortuna, e ela é implacável para aqueles que não estão preparados para recebê-la. Como já sabemos de antemão, a fortuna não depende de nós nem da nossa vontade.

A idéia-chave que Maquiavel quer com razão sustentar sobre este tema define-se assim: mudando as circunstâncias primordiais em que um plano foi originalmente articulado, é regra para que este projeto contenha em si necessariamente a idéia de desenlace favorável, que este plano precisa ser repensado, revisto ou ao menos reajustado de acordo com a nova imagem proporcionada pelas mudanças. “O político inflexível, ao contrário, devido a sua natureza unidimensional, fica preso a princípios, o que reduz seu repertório de meios” (AMES. 2002, p. 137). Assim sendo, este foi o ponto

comum encontrado por Maquiavel para entender alguns fracassos naquela época. “O defeito básico dos governantes e estadistas que Maquiavel conheceu consistia na inflexibilidade diante de mudança das circunstâncias” (NEDEL. 1996, p. 20). Tomando o tempo como algo que sempre estará aberto para a mudança e levando em conta que não temos meio que dependa de nós para controlá-lo, vale a predisposição de jamais deixar uma conduta estabelecida e definitiva, assim talvez se passa verdadeiramente “gozar os benefícios do tempo” (MAQUIAVEL. 2001, p. 12).

Estar disposto e ter a sagacidade para regular sua ação tendo em vista a alternância do panorama é um sinal de sabedoria, prudência, astúcia e por sua vez de *virtù*. São medidas que ajudam a melhor prevenir-se contra as alterações proporcionadas pelo tempo. Para Maquiavel este comportamento é uma forma eficaz de manter distante a chance de fortuna intervir ou mesmo exercer sua força de maneira destrutiva, mesmo sabendo que ainda assim é raro que a mudança ocorra, pois segundo ele mesmo:

...não há homem suficientemente prudente que saiba acomodar-se a isto, ou porque não consegue desviar-se da linha para onde se inclina sua natureza, ou porque, tendo sempre prosperado trilhando um certo caminho, não pode admitir que se deva afastar dele (MAQUIAVEL. 2001, p. 121)

Como o próprio autor nos apresenta, temos posse de outros cinqüenta por cento de poder para intervir para que as coisas saiam conforme nossos propósitos.

Quando se trata de príncipes e governantes, a atenção sobre este aspecto da política facilita a governabilidade, pois prevê com antecedência os possíveis problemas decorrentes da maior ou menor incidência da fortuna. “Por ser flexível, o dirigente pode dispor de um amplo arsenal de recursos e de métodos bem articulados” (AMES. 2002,

p. 137). Essa atitude eleva a estimativa favorável à realização do empreendimento dependendo pouco da fortuna: "...aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados" (MAQUIAVEL. 2001, p. 24). A história tem uma tendência que pode ser sistematizada em forma de leis que a determinam. A base de sustentação desse pensamento reside na natureza humana. A natureza humana é imutável para Maquiavel, seguimos padrões sempre iguais no passar dos tempos, pois temos as mesmas paixões e desejamos as mesmas coisas.

É necessário acrescentar que esta preocupação em estar sensível à atuação dos tempos no critério de ação do homem político não vai contra a idéia de que a história segue seus ciclos guiados por linhas mestras, como em Políbio. "Maquiavel utiliza a teoria polibiana para convencer seu leitor de que também possui uma base sólida, a partir da qual pode empreender seu estudo sobre as repúblicas" (BIGNOTTO. 1991, p. 175). Quando Maquiavel apresenta sua teoria dos ciclos originária do pensamento polibiano sobre a classificação das constituições, está se referindo aos mesmos caminhos que as repúblicas seguem em suas formas de governo com o passar do tempo. "Deste modo, a monarquia se transforma em despotismo; a aristocracia, em oligarquia; e a democracia em permissividade" (MAQUIAVEL. 1982, p. 24).

O realismo de Maquiavel o obriga a distanciar-se dessa ousada pressuposição de que os ciclos se repetem *ad infinitum* para recair no fatalismo que a fortuna proporciona nas ações humanas. A ruína é o preço pago por tamanha alteração. "Acontece muitas vezes que, no meio de distúrbios, uma república, privada de conselhos e de força, é tomada por algum Estado vizinho, governado com mais sabedoria" (MAQUIAVEL. 1982, p. 25).

As configurações políticas que se repetem dizem respeito à maneira de governar, que pode ser de muitos e de um só. “O principado corresponde ao reino; a república, tanto à aristocracia como à democracia” (BOBBIO. 1994, p. 83). Este ciclo que tem na crença da imutabilidade da natureza humana seu fundamento último, pertence a uma amplitude maior do que a daquela esfera em que Maquiavel determina a ação humana. Entretanto, aparentemente esse ponto não dá certeza absoluta para que os ciclos se perpetuem continuamente na vida dos governos. Segundo Maquiavel eles não têm força suficiente para suportar seqüenciais alterações que estas oscilações provocam: “Este é o círculo seguido por todos os Estados que já existiram, ou pelo menos pelos que existem. Mas raramente se retorna ao ponto exato de partida, pois nenhuma república tem resistência suficiente para sofrer várias vezes as mesmas vicissitudes” (MAQUIAVEL. 1982, p. 25). Este ponto é fundamental para diferenciar a idéia de Maquiavel sobre a repetibilidade da história da proposta de Políbio.

## **2.5 individualismo político**

Ao considerar os aspectos que Maquiavel apresenta como aqueles que diferenciam e relevam positivamente um homem dos demais, é necessário fazer uma pequena introdução para que tenhamos a dimensão daquilo com que este florentino realmente contribuiu para a esfera política e antropológica.

Para conservar o Estado, como já dito, o governante não poderá apegar-se aos dilemas da ética convencional com à maioria dos homens. O exercício do poder exige, para que o cargo seja conservado, uma prática diferente daquela empreendida comumente. Diz Maquiavel que, a rigor:

...é preciso entender que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, sendo-lhe freqüentemente necessário para manter o poder, agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião (MAQUIAVEL. 2001, p. 85).

Sendo assim o bom príncipe não coincide com o homem bom da moral cristã tradicional. Ao contrário; um principado conduzido por um homem bom sucumbiria fatalmente, pois num plano externo ele seria facilmente enganado por outros governantes destituídos destas amarras morais, ou ainda, no plano interno, por excesso de piedade deixaria de tomar as devidas providências necessárias à contenção das discórdias, acarretando com isso o nascimento da corrupção e um dano ainda maior.

O argumento de Maquiavel a este respeito é o de que, para manter os súditos unidos e leais, o príncipe não tem que ter medo de dispor do artifício da crueldade. Pois se for necessário é melhor tomar medidas duras e eliminar alguns poucos, do que, inversamente, por extrema piedade, incorrer numa crueldade ainda maior proveniente das desordens que desencadearão uma série incontrolável de coisas prejudiciais ao governo. Com efeito, conclui Maquiavel, o príncipe piedoso não prejudicará a alguns indivíduos para não ser taxado de cruel, mas em compensação causará prejuízo a uma comunidade inteira. Como ele mesmo descreve: “Dando os pouquíssimos exemplos necessários, será mais piedoso do que aquele que, por excessiva piedade, deixa evoluir as desordens, das quais resultam assassínios e rapinas; porque estes costumam prejudicar uma universalidade inteira de cidadãos, enquanto as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular” (Maquiavel. 2001. p. 79).

Nosso pensador, no entanto, não fica restrito a essa posição, indo além, ao acrescentar que não só o príncipe não precisa ser bom como também necessita

aprender a não sê-lo. O conflito da individualidade com a coletividade, evidente nas ações do príncipe, é o de num universo de possibilidades políticas saber refrear seus impulsos particulares para a obtenção de uma ordem menos dilacerante que poderia antecipar o fim de um governo. Enquanto o mundo parte para novas conquistas, o desejo de riquezas e bens aflora, as demonstrações artísticas trazem reconhecimento e glória para muitos. O príncipe, embora tendo poder e riquezas, precisa empenhar-se para a conquista do bem comum, evitando a desigualdade e o desmando de seus desejos e caprichos. É neste contexto que se entende uma das mais polêmicas afirmações do autor que diz: que quem queira fazer em todas as coisas algo bom certamente irá padecer entre tantos que não são bons. Daí, se quiser manter-se deve aprender a poder a não ser bom e a se valer disto segundo a necessidade. Maquiavel parece liberar o governante para que faça o mal indiscriminadamente.

Dentre as diferentes ações que se oferecem ao líder político, a ação de fundação tem uma importância singular para Maquiavel “dentre todos os homens louváveis somente os fundadores das religiões estão num patamar acima daqueles que se dedicam à fundação de repúblicas ou reinos” (MAQUIAVEL. 1982. p. 53). Para compreender o alcance dado por ele a esta ação, é preciso considerar, acredito eu, que ela não se limita ao ato da conquista ou posse, mas que esse ato inaugural é perpetuado através da introdução de novos “métodos e instituições”. Como, porém “neste mundo tudo tem fim”, por melhores que sejam as leis e as ordens instituídas, é preciso retornar continuamente ao princípio para “reaver o impulso original” (MAQUAVEL. 1982. p. 301.), impedindo, deste modo, que a corrupção que existe na política na sua espreira termine por colocar a humanidade no estágio do caos e da desorganização social.

Nas investigações que Skinner realiza para tentar descobrir os meios necessários para atingir a grandeza, ele chega a um denominador comum. O ponto que Maquiavel apresenta, segundo o comentador, é que as cidades sempre durante o período em que foram livres, possuíam a salvaguarda da sua própria liberdade (SKINNER, 1996, p. 84). Para Maquiavel, dizer que uma cidade é livre significa afirmar que ela tem no povo a força interna que a controla e que não possui uma força externa maior que a reprima. Todavia, é compatível a idéia de um governante que conduza esta força popular a fim de direcioná-la a desenvolver seus recursos, que forneça forma na matéria. “É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado” (MAQUIAVEL. 1982, p. 49). É interessante para a cidade que alguém detenha o controle do povo por meios lícitos e que expresse a vontade da coletividade organizando-a. É aqui que o papel da *virtù* daquele que irá ser o promotor dos eventos se fará decisiva, pois é conforme a sua *virtù*<sup>50</sup> resistir aos assédios da fortuna o que será o diferencial decisivo.

A instauração de uma vida civil requer a superação dos interesses individuais em favor dos coletivos. Quando partimos do pressuposto de que os homens estão por natureza inclinados à vida coletiva, este ponto não oferece grandes dificuldades, mesmo sabendo que para Maquiavel o homem é mau por natureza. Contudo, na medida em que não admitimos mais a existência de um impulso intrínseco na natureza humana para a realização de seu fim último na terra, como é o caso de Maquiavel, é preciso encontrar um novo ponto de partida para justificar a existência de fato da vida coletiva. É cabível, porém, resistir à tentação de encontrar na sua obra uma explicação

---

<sup>50</sup> Ao referi-se a *virtù*, Maquiavel a associa as mesmas qualidades que os comandantes e líderes políticos de Roma possuíam, e sendo assim, não foi por questão de fortuna que essa cidade atingiu o patamar de império.

empírica da origem da sociabilidade humana. Nas poucas vezes em que suas considerações se aproximam de uma descrição que pudesse ser dessa ordem, notamos claramente a influência de Políbio, embora não seja citado. Maquiavel mostra-se preocupado muito mais com interesse prático da condução do Estado. É o que tentarei apresentar a seguir tentando salientar a importância que tem o poder do indivíduo como sujeito política na fundação de um Estado.

Quando Maquiavel divide as formas políticas em duas categorias, a saber; repúblicas e principados, deixando de lado não só as outras formas sustentadas pela tradição, como também as considerações sobre a natureza desse Estado, ele inicia sua análise dos diversos tipos de principado, já que as repúblicas ele trata nos seus **Discursos**, eles se dividem em hereditários e novos. Se os hereditários se mantêm pela continuidade dos costumes, dirá Maquiavel: “é no principado novo que estão as dificuldades” (Maquiavel. 2001. p. 7).

Principados novos são aqueles conquistados pela ação de homens de *virtù* no caminho de um processo de conquista. O conquistador, que num primeiro momento é apenas um destruidor que impõe, pela força, a lei, passa num momento após à condição de fundador. Onde havia apenas um contato de seres individuais surge como que do nada uma realidade de outra ordem, transcendente em relação às existentes meramente singulares. Desse modo a fundação revela, segundo essa perspectiva da leitura de Maquiavel, que todas as formas políticas resultam de uma ação humana localizada no tempo, e que é destituído de sentido pensá-las como se fosse resultado inevitável do desenvolvimento de algum impulso inato da natureza do homem.

A superioridade da fundação sobre qualquer outra forma de origem pode ser encontrada claramente nos primeiros capítulos dos **Discursos**, quando Maquiavel trata

do tema das origens das cidades. O exame das condições nas quais estas se formaram, os motivos que levaram os homens a se agruparem e a forjar uma organização política, começa pela análise das diferentes formas de origem, diferenciando as fundadas por naturais e aqueles fundadas por estrangeiros. O que determina a fundação por nativos é a busca de segurança. “Ocorre quando os habitantes, dispersos (...), não se sentem seguros, não podendo cada grupo, devido a sua situação e tamanho, resistir por si mesmo ao ímpeto dos assaltantes” (MAQUIAVEL. 1982, p. 20) O que Maquiavel parece ressaltar é o caráter frágil de semelhante origem, o mais das vezes decorrência de uma simples atitude de fuga do que qualquer outra coisa. Seu êxito, então, decorre mais da sorte e não da forma de seu surgimento.

Um segundo modo de origem das cidades pode ser diferenciado: o da fundação por estrangeiros. Este modo tem duas divisões, a saber: aquele em que os habitantes permanecem na dependência de sua antiga pátria e aqueles que nascem no seio da sua independência. O primeiro caso é ilustrado pela fundação de colônias. O segundo caso, o das cidades fundadas por homens livres, é o que vem propriamente em questão para ilustrar a verdadeira fundação, a fundação sólida que vem a ser mais uma contribuição para a construção do papel do individualismo político no mundo moderno. Acredito que somente neste caso é possível considerar a *virtù* do fundador tanto pela escolha do lugar quanto pelas leis que institui. Utilizando-se de uma distinção aparentemente neutra entre cidade edificada e cidade criada, Maquiavel apresenta o caso de Moisés e de Enéias para clarificar sua exposição daquilo que ele pretende apresentar. Os povos obrigados a migrar por causa de epidemias, fomes ou guerra, “ou habitam as cidades do país que conquistam, como fez Moisés, ou edificam novas, como

fez Enéias” (MAQUIAVEL. 1982, p. 20). Quer dizer, Moisés encontra cidades já edificadas e se apodera delas. Não pode, segundo o entendimento que temos de Maquiavel, exercer sua *virtù* quanto à escolha do lugar. A rigor, ele não as fundou, e sim as ocupou através de um processo de conquista, substituindo uma autoridade por outra. Sua conquista parece exigir menos sabedoria e habilidade do que a necessária para fundação de uma cidade criada. Assim, é no exemplo de Enéias que se atinge o exemplo mais elevado desta ação política. Ele edificou uma cidade totalmente nova e sua habilidade e sabedoria revelam os verdadeiros talentos do fundador. Aqui podemos entender por que Maquiavel dá tanta importância aos fundadores das cidades. “Eles se encontram numa posição ímpar para atuar como legisladores e assim fornecem desde o início às suas comunidades os melhores meios de garantir que a *virtù* seja incentivada e a corrupção vencida” (SKINNER. 1988, p. 101)

A *virtù* do fundador, explica Maquiavel, “se revela de dois modos: na escolha do local e na natureza das leis” (MAQUIAVEL. 1982, p. 20). Na definição do lugar, o fundador precisa decidir entre duas opções: ou escolhe um lugar fértil que vai propiciar espaço para o ócio e por sua vez a corrupção, ou vai escolher um lugar estéril, onde os homens estarão voltados para o trabalho e tendo sempre em vista o desenvolvimento ficarão mais unidos e “menos expostos à discórdia” (MAQUIAVEL. 1982, p. 21). Nos dias atuais a escolha de Maquiavel parece absurda, mas, se levarmos em conta a preocupação de Maquiavel, este prefere a solução que realça a importância da *virtù* do fundador. Ele deve escolher um lugar tão fértil pela coação natural que tem um lugar sem essa qualidade. Como ele pode fazer isso? Maquiavel sugere que seja pela força das leis que o fundador promulgará. Conforme suas palavras: “quanto à ociosidade que a riqueza de um país tende a desenvolver, cabe às leis submeter seus habitantes aos

trabalhos aos quais a esperteza do lugar não os obrigaria” (MAQUIAVEL. 1982, p. 20). É a *virtù* individual do fundador legislador que poderá remediar a ausência da necessidade natural, perigosa no fim das contas para a *virtù* coletiva.

Roma atingiu o topo mais alto que qualquer outra cidade porque teve uma origem livre sem depender de nada além da *virtù* de seu fundador. O exemplo de sua fundação é decorrente do fato de poder ver nela os principais elementos que conferem desde o princípio solidez a uma cidade, a saber: foi fundada por homens livres, unidos pela autoridade de um único chefe virtuoso que escolheu um lugar bom que compensou as adversidades produzidas pelo lugar com boas leis.

Essa mesma situação que realça o papel do indivíduo como promotor político é qualificada por Maquiavel como a introdução da forma na matéria. Os indivíduos em sua existência dispersa são a matéria básica na qual o príncipe introduz a forma, isto é, um modo de vida organizado com ordenamentos políticos e jurídicos caracterizado como Estado. Desse modo podemos dizer que o homem maquiaveliano, dotado de virtude e decidido a transpor seus limites de mero ser no mundo, quando se engaja nesses feitos, é construtor de um mundo. Onde existia só o caos do universo humano, disperso e sem rumo, rivalidades entre indivíduos, vem ele e cria um universo regrado. Por isso, como já foi dito, dentre as ações humanas, não há nenhuma que se equipare a esta: “Coisa alguma honrará tanto um novo governante quanto as novas leis e um novo regime criados por ele” (MAQUIAVEL. 2001, p. 125). Dado que essa ação motivará desenvolvimento do domínio. “Quando são bem fundamentados e trazem em si um elemento de grandeza, tornam-no reverenciado e admirado” (MAQUIAVEL. 2001, p. 125).

Em ***A Arte da Guerra*** essa idéia aparece quase da mesma maneira, Maquiavel escreve assim: “Não se encontrará mais nenhum bom escultor que pense fazer uma bela estátua com um pedaço de mármore inadequado, mas sim de uma peça íntegra” (MAQUIAVEL. 2002, p. 132.) A metáfora de matéria e forma é expressamente utilizada para ilustrar a criação da vida política. O “mármore íntegro” que significa a matéria é apto para se esculpir uma boa escultura. O mesmo se aplica à instauração política: “os montanhesees que desconhecem a vida civil são mais aptos para construir uma república (a forma), do que os habituados a viver na cidade onde a vida civil está corrompida” (MAQUIAVEL. 2002, p. 133). Para Maquiavel a ação de fundação é criação. Onde inexistente qualquer vestígio de civilização, o homem dotado de uma extrema *virtù* instaura uma vida civil da mesma maneira que um artista retira uma bela estátua de um bloco bruto de mármore.

Então, é pela ação de homens de *virtù*, sob o efeito do desejo de honra e dispostos a separar-se dos bens com os quais a maioria se satisfaz, que surge uma tarefa política. A política, como Maquiavel sugere pela análise do exemplo da fundação sólida, só é pensável em função de um empreendimento que reflete a experiência da necessidade. Nesse movimento, o sujeito político faz do próprio homem sua matéria. Maquiavel parece considerar que a relação do fundador com os indivíduos não é muito diferente daquela do escultor e do mármore bruto. Nesta analogia o homem aparece como sensivelmente maleável, como objeto de trabalho do próprio homem. Contudo, na imagem de escultor e mármore, de criador da forma e matéria inanimada, esta é informe; já a relação do príncipe fundador e povo, a matéria de algum modo interage com o criador da ordem política.

## **CAPÍTULO III**

### **3 MAQUIAVEL E A IGREJA DE ROMA**

A crescente participação política da Igreja Romana por meio de seus domínios, tendo com isso “...saboreado o poder temporal”, quando até então se restringira à esfera religiosa, provocou uma gradativa alteração negativa no panorama italiano. “Como há quem pretenda que a felicidade da Itália depende da Igreja de Roma, apresentarei contra essa Igreja várias razões que se oferecem ao meu espírito...” (MAQUIAVEL, 1982, p. 62). As atitudes e repercussão das decisões relativas à cúria no século XV e início do século XVI confrontaram diretamente as idéias de Maquiavel sobre a Itália e seu futuro como país consolidado e unificado. As contribuições idealizadas de Maquiavel para a Itália e para Florença encontraram na Igreja a barreira que explica parte das justificativas para escusar a Itália da sua posição diante dos demais Estados europeus.

Nos moldes do pensamento maquiaveliano, que visava entender a situação política para buscar meios e critérios que superassem o destino trágico no qual se encaminhava, podemos constatar tanto a concepção de religião defendida pela cúria, quanto a maneira de posicionar-se politicamente no contexto italiano dos Estados Eclesiásticos como comprometedores da idéia maquiaveliana de solidificação de uma unidade para a península. A religião representada pelo cristianismo desencadeou, na visão do diplomata, uma geração de valores contrários àqueles que interessam para a vida política. Essa antipolítica do cristianismo é atacada por Maquiavel como uma das razões explicativas do momento de anomia de valores sociais. Essa falta de sintonia da

religião com os assuntos do Estado não era interessante para os ditames dos Estados, muito menos para a Itália, pois. “É a pátria que a religião deve ajudar” (DE GRAZIA. 1993, p. 121). Os valores que a Igreja defende nos séculos precedentes a Maquiavel em relação àqueles do passado se alteraram significativamente a ponto de comprometer a participação do elemento religioso nas questões sociais. A diferença da religião dos antigos para a atual proporciona uma visão de mundo que não favorece o bem coletivo nem o desenvolvimento da *virtù* no homem, já que se acredita que não há nada que se possa fazer aqui neste plano que fará alguma diferença para os desígnios já estabelecidos por Deus. ‘Enquanto os pagãos, com efeito colocavam o bem supremo (*il sono bene*) na ‘honra do mundo’, o cristianismo a colocou na ‘humildade, na submissão e no desprezo das coisas humanas’ (CAILLÉ e LAZZARI. 2001, p. 212).

Valorizando aspectos inibidores da ação como a renúncia e o ócio como virtudes, a interpretação errada gerou uma gama de valores equivocados. A religião sustenta formas de conduta que deveriam manter a vida social estável e harmônica, “uma vida social mais sã” (SABINE. 2000, p. 268). A religião atual prega o desprezo pelo mundo e isso enfraquece a pátria, segundo a leitura de Nicolau.

Acerca da maneira pela qual que os Estados Eclesiásticos se posicionaram diante do jogo político da época, Maquiavel é mais incisivo, e suas críticas apresentam sua preocupação com questões relativas à unidade, soberania, liberdade e autonomia. As atitudes políticas da Igreja Romana representam as vontades e interesses particulares daqueles que comandam o santo ofício e que, inevitavelmente, vão contra as tendências de formação de um Estado homogêneo. Na visão do florentino a Igreja Romana torna-se claramente um instrumento a serviço dos papas com seus

interesses particulares. Nas palavras de Maquiavel: “não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo” (MAQUIAVEL. 1982, p. 198).

Assim, alienando toda sua função estabelecida desde sua fundação, esta instituição enfraquece seu caráter sagrado e investe com força nos interesses mundanos. Com uma estrutura singular em relação aos demais Estados da península italiana, os Estados Eclesiásticos são, dentre os demais Estados da península, aqueles que detêm o maior poder e organização, e devido a essa vantagem obtêm relativo sucesso nas suas empreitadas.

### **3.1 A construção de uma outra política**

Se a transposição dos interesses da Igreja prontamente representa por si mesmo um problema, visto como Maquiavel acredita que isto afasta a Igreja de exercer seu papel; mais delicada a situação se torna quando suas participações e decisões afetam negativamente toda a Itália. Para Maquiavel a Igreja não sabe fazer política, suas decisões são desastrosas para a política interna e externa, mesmo quando tem como finalidade seus interesses particulares. Para a própria Igreja, suas decisões apresentam um benefício somente aparente e momentâneo. A forma de proceder politicamente a partir de decisões, pactos e alianças com estrangeiros fazia a cada dia diminuir a possibilidade da península encontrar uma solução política para sua situação. Os representantes dos Estados Eclesiásticos cometiam erros políticos primários, rasos e pequenos.

Quando analisamos as críticas que Maquiavel profere contra a Igreja e o cristianismo conforme os termos por hora esboçados, inevitavelmente chegaremos a

uma questão central na obra maquiaveliana que está velada por estas censuras. Maquiavel percebe a política defendida por essa instituição, bem como o próprio cristianismo moderno como um perigo real e imediato em relação a sua concepção de liberdade. Assim ele demonstra que a liberdade que fala é aquela que proporciona um encaminhamento para a idéia de autogoverno. Maquiavel entende autogoverno como independência para agir com sua própria força e realizar seus próprios interesses. A liberdade seria a primeira condição para se estabelecer uma forma de autogoverno. Uma cidade livre ou um povo livre é aquele que é independente para decidir seus próprios caminhos. A Igreja Romana impedia esta tendência por duas razões. A primeira por não assumir este encargo e fazer por si esta empreitada, segundo por não fazer e ainda não deixar que outros assim fizessem. A permissividade que se entende por vezes como liberdade comum em Estados que ainda não se firmaram como tais, possui uma conotação negativa e não são tratados por Maquiavel. A cidade natal de Maquiavel, Florença, buscou meios para ser uma cidade com autonomia própria durante o governo de Sorderini. Usou o modelo republicano para estabelecer suas bases após a deposição do governo de Savonarola, mas não obteve sucesso porque o povo esqueceu o que significava ser livre e independente. Acabou sucumbindo na primeira investida de inimigos sem a menor chance de defesa.

É preciso uma individualidade que conceba leis de acordo com necessidades da comunidade. E essas leis somente representem esse desejo. Maquiavel não defende uma idéia de democracia onde a vontade da maioria será realizada, mas sim de uma liderança que concatene as diretrizes necessárias para a garantia da sobrevivência e manutenção do bem do Estado e por sua vez do bem dos cidadãos. A liberdade é uma condição a priori para que exista progresso em uma cidade. “São preciso leis e um

governo forte para manter uma comunidade unida” (SCHNEEWIND. 2001, p. 66). As leis que um governante elabora devem significar a síntese da vontade daquilo que a comunidade necessita. Dessa forma, não haverá lei outorgada pelo Estado que pudesse parecer estranha a esse povo.

Maquiavel, contudo, trata do conceito de liberdade referindo-se somente a Estados como coletividade de homens que possuem traços sociais, culturais e econômicos comuns. Ele não trata da liberdade própria de indivíduos. Entretanto, a vida dos homens dentro da comunidade é regulada somente pelas leis que o líder promulgou. Ele é livre para encaminhar a sua vida, tomar as suas decisões, desde que elas não interfiram negativamente nos interesses do Estado em que ele vive. Se tratamos do conceito de liberdade referindo-se a um Estado, não parece errado chamar esse autogoverno como sendo autônomo, já que não há um poder maior que exerça força sobre ele. Do contrário daquilo que ocorre com o cidadão que não poderá ser considerado autônomo, pois sempre estará sob os limites da lei que pode nem sempre representar sua vontade.

É importante que os interesses comuns prevaleçam sobre aqueles interesses particulares egoístas nesta elaboração. E que toda ação seja pensando no bem comum. Maquiavel garante que dessa forma não haverá nada que impeça a liberdade e a garantia de desenvolvimento de uma cidade e nem que esta caia sob o julgo de uma só vontade tirânica e com isso encontre sua ruína. A *virtù* do cidadão é estar disposto para garantir o bem-estar da nação na defesa de sua glória. A *virtù* de um fundador<sup>51</sup> é

---

<sup>51</sup> Uma consideração relevante que Maquiavel faz é sobre a importância da fortuna na participação da efetivação dessa liberdade. É praticamente graças à fortuna que uma cidade recebe essa condição de ser livre, e logo, próspera. Isso por que é na gênese de sua formação que se determinará seu futuro. Roma surgiu de uma condição não servil e sem estar sob tutela de um príncipe absolutista.

organizar e determinar as leis que melhor servirão para o desenvolvimento da cidade evitando a corrupção e a ganância. “Se as pessoas são bem governadas, encontrarão sua própria satisfação no florescimento de sua cidade, caso contrário vão se tornar corruptas” (SCHNEEWIND. 2001, p. 67).

O início da corrupção é natural com o passar do tempo e acaba sempre acontecendo conforme os homens vão perdendo o sentido primordial dos ideais de seus fundadores. A *virtù* vai se apagando com o passar do tempo, e sinais de corrupção tomam espaço. Isso se dá quando os homens perdem a vontade de fazer política, tornando-se desinteressados sobre o assunto, e também quando aqueles que estão no poder utilizam o sistema administrativo para promover a realização de seus próprios interesses, como no caso claro da Igreja Romana.

Um Estado em condições ideais e administrando o fator religioso da população com prudência e sabedoria possibilita ao príncipe governar com segurança, ter um povo pacífico, leis justas com instituições estáveis e virtudes que engrandecem o corpo político e social da comunidade. “Se se levasse em conta que a fé permite a grandeza e a defesa da pátria, ver-se-ia que é compatível com a boa religião amar a pátria, e nos prepararíamos para defendê-la” (MAQUIAVEL. 1982, p. 200). Maquiavel. “Não desaprova o poder temporal da Igreja: o que ele critica é sua incompetência na hora de usá-lo” (DE GRAZIA. 1993, p. 99).

Ou seja, a disposição da Igreja em expandir seus domínios terrenos não é o centro das críticas de Maquiavel, mas sim o desleixo conseqüente desta posição frente à religião que deveria ser o carro-chefe da instituição e as péssimas escolhas de caminhos para tal tarefa. “Os **Discursos** acusam os prelados e os “chefes da religião” não só de desonestidade, mas de descrença no julgamento divino” (DE GRAZIA. 1993,

p. 98). Além desta aparente renúncia, há também a questão do modo de proceder politicamente, que para o florentino foi lastimável.

### **3.2. A Antipolítica do Cristianismo**

Temos que considerar antes de qualquer dado que a preocupação de Maquiavel sobre a utilização da religião na política é um uso efetivamente prático. Além disso, todo o embasamento que Maquiavel dispõe para qualificar a importância da religião para o Estado encontra amparo nos exemplos que os romanos antigos tinham com sua religião pagã. Dessa maneira, Nicolau enfatizava todo cuidado ao manuseio e a agir com prudência na “observância pública da religião” (MAQUIAVEL. 1982, p. 64). A ênfase do seu discurso se dá em termos de funcionalidade para o sustento do poder e das prováveis mudanças que o príncipe necessite operar no seu domínio. Sem metafísicas e destituído de maiores explicações Nicolau Maquiavel é econômico nas teorizações sobre este tópico. O elemento do religioso está presente como componente estatal desde sua fundação. Sua presença passa a ser crucial para a manutenção do Estado e praticamente vital para o príncipe realizar grandes transformações.

A religião pensada no seu uso instrumental original deveria ter uma influência dominante sobre a socialização do homem na vida coletiva uma vez que Maquiavel acredita que a religião oferece um campo fértil para educar e criar valores básicos para o convívio mútuo, para o acato das leis e demais desígnios e normas que a vida social demanda.

Considerada como um valor instrumental, a religião é um elemento de grande eficácia política que deve ser manejado com astúcia pelo chefe de Estado para manter as instituições e a moralidade

pública e para assegurar melhor a defesa da pátria” (AMES. 2002, p. 200).

Explorar esse sentimento que a religião instiga no homem e para o cidadão tem na prática a exteriorização da subordinação, da obediência e disciplina às leis e aos costumes.

A religião idealizada por Maquiavel nos moldes da antiga religião pagã dos romanos tem o poder de ordenar a sociedade por meio de seus valores e costumes desenvolvidos conforme seus preceitos mais originais. “Para ele, todas as religiões grandes e pequenas são falsas, a exceção do cristianismo” (DE GRAZIA. 1993, p. 97). A sua prática e incentivo promove a obediência ao Estado e facilita a ação do príncipe. Isso porque a religião exerce seu poder sobre a população lá onde a força da lei não mais encontra amparo, “onnde há tantos motivos de corrupção, a lei não é mais do que um fraco obstáculo, sendo preciso apoiá-la com uma força mais difícil de resistir” (MAQUIAVEL. 1982, p. 173). Quando nos referimos a principados ou principalmente uma república em crise, que precisa contar com a aprovação popular, esta questão é facilmente percebida; assim também ocorre com um Estado que está para ser reformado por um príncipe. Não há um homem que, no comando de um Estado, não retire somente vantagens daquilo que a religião pode proporcionar quando se faz um uso inteligente desse instrumento.

Afastados o ressentimento, a licença, a corrupção, todas as ambições, veria renascida a idade de ouro em que todos podem sem temor exprimir e sustentar uma opinião. Veria enfim o mundo triunfante, o príncipe cercado de respeito e glória, os povos felizes envolvendo-o com o seu amor (MAQUIAVEL. 1982, p. 55).

Em sentido amplo, fazer um uso virtuoso da religião é colocá-la a serviço do Estado como um *instrumentum regni*. O comentador italiano Sebastian De Grazia chega a enfatizar este ponto ao afirmar que. “Sem o recurso a Deus e à devoção religiosa, um Estado não se constrói, não se mantém e não é virtuoso” (DE GRAZIA. 1993, p. 109). A serventia deste subsídio para o príncipe pode ser demonstrada sob diversos aspectos positivos como entende Maquiavel, por exemplo, “levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias” (MAQUIAVEL. 1982, p. 58). Mas a questão que Maquiavel iça da investigação sobre as causas do estado de anomia a que a Itália está submetida já há algum tempo, e que ele manifesta com traços de revolta e indignação, é a antipolítica da Igreja de Roma na condução da política e da prestação de valores religiosos básicos.

A ênfase da sua crítica recai sobre a alteração daquilo que foi sua representação e utilização para aquilo que se apresenta no tempo do pensador florentino. O que mudou significativamente foram os valores da religião antiga para a atual a partir da exegese apresentada pelo clero, este é o eixo-base para prosseguir no entendimento da sua exposição. “O amor pela pátria e o sentimento de sacrifício, se manifesta essencialmente numa atividade guerreira, que explica o processo que Maquiavel intenta contra o cristianismo” (CAILLÉ e LAZZARI. 2001, p. 212). A religião sob forma dos dogmas cultivados pelo cristianismo e difundidos pela Igreja de Roma é representante de uma antipolítica em sua contraposição com os elementos da ordem factual. “O modelo de homem defendido pela Igreja perverteu o cristianismo entre todos nós, italianos” (DE GRAZIA. 1993, p. 112). A própria defasagem de valores comuns na sociedade que coincide com a crise do apelo religioso na sociedade apresenta sua importância intrínseca para o funcionamento do Estado, já que o compromete. “Se a

nossa religião nos recomenda hoje que sejamos fortes, é para resistir aos males, e não para incitar-nos a grandes empreendimentos” (MAQUIAVEL. 1982, p. 199).

A decadência da religião apontada por Maquiavel está residente sobre os homens que encaminham as ordenações do santo ofício. Os aspectos que a doutrina do cristianismo considerou relevante durante os últimos séculos foram difundidos a todos os lugares onde esta Igreja exercia sua influência. A formatação de uma axiologia que desmerece considerações vitais para o desenvolvimento da liberdade e da independência do homem, encontrou o repúdio nas idéias mais gerais de Maquiavel acerca da política e da melhor forma de governo. “Estas falsas interpretações, que corrompem a educação, fazem com que não haja no mundo tantas repúblicas como outrora, e que, em conseqüência, não se veja em nossos dias todo amor à liberdade de outros tempos” (MAQUIAVEL. 1982, p. 200). Os resultados podem ser apresentados por ele a partir da certeza de uma profunda crise de valores que Maquiavel usa para entender a Itália do seu século. “Niccolò sustenta que, hoje, os paradigmas da Igreja – suas normas de conduta, o modelo de homem que agrada a Deus – estão errados” (DE GRAZIA. 1993, p. 109). Está errado o modelo político que valoriza a virtude, a individualidade, a conquista, a tentativa de encontrar um caminho para o bem comum. Está errado o posicionamento dos valores que a religião deveria investir. É grande a diferença daquilo estabelecido pelo fundador da “república cristã” e aquilo que se apresenta aos olhos do secretário de Florença. “Depois de ter localizado a fraqueza presente do mundo, diz Maquiavel que o Estado afeminado presente do mundo não é

devido a o Cristianismo, mas sim para uma falsa interpretação de Cristianismo” (STRAUSS. 1984, p. 179).<sup>52</sup>

De maneira geral a religião, como instrumento a serviço do Estado e do príncipe, oferece os termos mais elevados de um costume ético no homem. Maquiavel julga que todas as ações dos homens só são boas quando estimuladas ou mesmo coagidas por uma imposição mais forte. Podemos pressupor em vista disso que Maquiavel considera o homem no meio social detentor de uma natural incapacidade moral e de uma forte inclinação a atitudes egoístas. A antiga religião era potente para normatizar a conduta dos homens. Pelo juramento e pela manipulação da crença os romanos elaboraram um culto que caminha em sintonia com os melhores e significativos objetivos do Estado, a saber, a ordem e o desenvolvimento.

O reconhecimento do caráter egoísta presente no homem desde seu nascimento, associado a sua infinita capacidade para desejar as coisas, serve bem de pré-requisito para a valorização do elemento religioso na política. A prática dos valores da religião ameniza as conseqüências que essa natureza tem no meio coletivo, pois a obediência e o respeito são as vantagens mais explícitas. A manipulação das crenças tem esse fim, assim como o juramento, já que o patriotismo era algo estranho e de difícil compreensão.

A preocupação de Maquiavel não se reserva nesta ordem do discurso nem em suas obras detém-se em analisar aspectos metafísicos da religião. O que é a preocupação primeira que diz respeito à religião é a sua estrutura representante, pois é nela que se concentra em tese a vitalidade religiosa no mundo.

---

<sup>52</sup> Original: After having traced the present weakness of the world to its ground, Machiavelli says that the present effeminacy of the world is due not to Christianity but to a false interpretation of Christianity”

No capítulo XII do livro 1 dos *Discursos* Maquiavel declara que é efeito da má leitura que os clérigos da Igreja Romana interpretam dessa maneira as escrituras sagradas.

Como já ilustrado Maquiavel estabeleceu para a religião um papel muito semelhante àquele que os romanos deram à religião pagã. Tentando aproveitar ao máximo a simbologia que os ritos religiosos fomentavam no cidadão comum e no soldado, a religião antiga mostrou que tem o poder de organizar, promover e reprimir comportamentos e tendência conforme a vontade daquele que a comanda. É sobre todos os homens que a religião apresenta sua força. “Graças a essa finalidade prática da religião, esta se torna também fonte de uma moral a serviço daqueles que comandam e julgam acerca do bem e do mal.” (AMES, 2002, p. 200). É aplicada ao o povo que Maquiavel apresenta seus benefícios para o Estado e para o próprio príncipe no comando, “sem religião, não é possível comandar sem a força bruta, manter a obediência dos homens e seus juramentos, impor a vergonha aos culpados, colocar um exercito combativo em campo; não é possível ter virtude política” (DE GRAZIA. 1993, p. 109). As vantagens adquiridas com o uso qualificado da religião estimulam valores e sentimentos na população que podem contemporizar momentos de grande dificuldade para república. A manipulação desse dispositivo utilizado pelos romanos e enfatizado por Maquiavel instrumentaliza sua funcionalidade e dimensiona a importância da religião para um novo patamar.

Considerada como “...uma das fontes do bem-estar da república romana” (MAQUIAVEL. 1982, p. 65), reconhecida por ser “...uma das instituições mais importantes daquela república” (MAQUIAVEL, cap XV L I p. 68), a religião consumia importantes ritos carregados de significados onde se buscava inspirar o respeito e a

devoção à causa própria e em seu próprio fim. Os exemplos de Numa <sup>53</sup>, do cônsul Papírio, de Camilo e de Ápio Pulcro, apresentados por Maquiavel a partir da leitura de Lívio, salientam as diversas faces do uso da religião em níveis diferentes de ação, contudo sempre enfatizando o benefício da sua utilização de maneira sábia e correta sobre o povo. Maquiavel dispensa essa tendência no príncipe, somente enfatiza que, quanto mais esclarecido for, maior atenção deve dispor neste aspecto.

Dos exemplos apresentados por Maquiavel percebemos com nitidez que o mecanismo de funcionamento do comportamento da religião sobre os homens explora aspectos que são considerados sob forma de respeito e de crença. O uso instrumental da religião carrega também a porção de racionalidade que o fenômeno religioso tem nos homens. Em decorrência menor de um sentimento de amor do que por medo, assume-se por predisposição a idéia de que agir conforme os preceitos da religião é agir conforme uma idéia de acordo com Deus e sua vontade elaboradora sob a forma de destino para os homens. Não por simpatia ou inclinação natural, mas antes por receio da idéia de algum possível castigo. Agir de outro modo representa transgredir a vontade e a ordem divina, seria a forma de escolher vias incertas que não repousam nem encontram consolo em coisa alguma. Proceder mediante os auspícios divinos é estar seguro do caminho iluminado sem correr os riscos do abandono e do medo da malignidade da fortuna.

Explorar este universo em que o imaginário humano acredita retirar seus impulsos mais sublimes para o encaminhamento de suas inclinações permite-nos dizer

---

<sup>53</sup> Numa Pompílio, o segundo monarca romano, sucedeu a Rômulo no poder. Legislador que alterou algumas leis formuladas por Rômulo e instituiu novas, a fim de qualificar o destino de Roma. Apostou na instituição da religião para fazer as devidas alterações e descobriu nela um importante componente político. Maquiavel presta mais reverência ao seu trabalho do que ao de Rômulo. Maquiavel considera-o um exemplo de sucessão de poder e de uso dos recursos religiosos.

que a religião apresenta, a partir da ordenação da interpretação das idéias de Maquiavel, a possibilidade concreta de suscitar o castigo imputado pela transgressão de seus desígnios. "...A religião transfere para uma ordem transcendente o papel de guardião das leis primitivas, oriundas do fundador da sociedade" (NEDEL. 1996, p. 47). Símbolo de uma autonomia infratora e insultante, que gera um sentimento de culpa nos homens, a possibilidade de rejeição dos elementos religiosos sustenta-se no medo e suas variáveis para motivar comportamentos nestes, não amparando qualquer outra conduta que difira dos dogmas estabelecidos. O medo do castigo, em decorrência da idéia do pecado da transgressão, abre lacunas para o príncipe virtuoso usufruir ao seu favor os benefícios do poder da religião sobre o corpo social. "Onde não exista o temor a Deus o império sucumbirá, a menos que seja sustentado pela fé de um príncipe capaz de se apoiar na religião" (MAQUIAVEL. 1982, p. 59). O temor a Deus no qual se refere o florentino está ligada à consciência religiosa. A onipotência de Deus investe caráter moral e forma de conduta adequada aos homens. Temer a Deus é um símbolo mais útil para se defender do que a idéia de nação. É mais fácil para o povo imaginar ser leal a Deus do que à pátria. A pátria é uma abstração que não poderia ser compreendida pelos italianos. Tal suposição nos leva inevitavelmente a assumir a idéia de que o medo possui uma estrutura caracterizada pela bivalência que foi utilizada com prudência pelos romanos.

O mesmo sentimento de medo que é entendido como um vício, pois é assumido como sinônimo de covardia e fraqueza, passa aos olhos da religião a ser compreendido como reagente motivador para cumprir algo demandado por apelos divinos, o que agora é entendido como uma virtude. O respeito pela religião, que tem seu alicerce no medo do castigo, transforma-se numa virtude e deve ser reforçado diante da população,

já que se teme o mal que pode emergir a partir do exercício da escolha autônoma e consciente das suas vontades. “Por meio das boas leis feitas por um ou mais homens, outros homens realizam boas ações por necessidade, por medo do castigo” (DE GRAZIA. 1993, p. 119).

Já o medo em si representa um vício que é o oposto da coragem e da força. O medo enfraquece e é um mal quando tratamos de esferas que não concernem à religião. O fator coercitivo sempre se encontra presente dentro do Estado, cabe ao governante cuidar para que seu uso não seja para beneficiar uma parcela de interesses, mas antes sempre o próprio Estado.

É esta propriedade do caráter religioso sobre os homens em geral que será apreendido por Maquiavel e importado para o seu universo político. A forte tendência às idéias renascentistas sobre o homem, presente nos séculos XV e XVI, que é proveniente de posturas que ensejam determinar um padrão de homem que teria uma individualidade e uma liberdade decorrente de uma autonomia, comprometeu esta influente participação da religião na esfera política. O processo passa a ser entendido como um dispositivo controlador, caracterizando com isso algo maléfico para o homem e a sociedade. É também por isso que ficou mais evidente a intenção de instrumentalização da religião para a estratégia do Estado. “O Estado deve ter leis e armas; as leis e as armas devem ter religião” (DE GRAZIA. 1993, p. 109). Roma Antiga apresentou os exemplos que manifestaram esse comportamento nos seus governos, Maquiavel percebe a decadência e a fracasso da Itália ao não manifestar preocupação sobre este assunto. A pátria é uma abstração que não pode ser compreendida.

Os eficientes recursos morais da religião parecem justificar a Maquiavel em sua esperança de que se possa redimir a sociedade dos malefícios do comportamento secular da Igreja Romana.

Os desvios às regras do bom costume caracterizou o costume dos responsáveis pelos valores e pela religião do povo, mas que utilizaram cristianismo para o próprio bem. Na época de Maquiavel os homens que representavam a religião, os padres, cardeais, bispos e até o Papa estavam muito longe de serem considerados exemplos de religiosidade. Podemos atribuir tal acontecimento ao crescimento do interesse destes homens pelas coisas mundanas que levaram a Igreja a seu desprestígio diante do povo.

A censura que Maquiavel faz à Igreja diz respeito ao papel que a religião desempenha na população e ao modo como ela estava sendo tratada pelos representantes do santo ofício. A preocupação de Maquiavel se justifica na medida em que a religião é um importante mecanismo para o auxílio ao governo de um príncipe com relação ao seu povo e à república. “Quando Maquiavel fala da fraqueza do mundo moderno, ele tem em mente a fraqueza das repúblicas modernas”<sup>54</sup>(STRAUSS. 1984, p. 182). A religião, quando bem aplicada, serve como uma eficaz fonte de disciplina e ajuste social para a população: “[...] o agente mais poderoso para a manutenção da sociedade” (MAQUIAVEL. 1982, p. 57). Respeitar leis, a autoridade, a fidelidade ao exército, são alguns dos exemplos da colaboração da religião para a manutenção da ordem num Estado que pretende ser forte. Maquiavel, sabendo que os representantes da Igreja passavam longe do comportamento exemplar, afirma que uma das causas da

---

<sup>54</sup> No original: “When Machiavelli speaks the weakness of the modern world, he has chiefly in mind the weakness of the modern republics”

decadência da Itália é a carência de religiosidade do povo: “os maus exemplos da corte romana extinguiram, neste país, a devoção e a religião, que trouxe muitas conseqüências e distúrbios” (MAQUIAVEL. 1982, p. 62). A decadência moral representou uma conseqüência do tratamento da Igreja com a religião. Podemos notar aqui que a crítica que é produzida pelo secretário florentino é contra os homens, e não contra a religião em si, até mesmo por que esta tem muita relevância no auxílio ao príncipe.

A Igreja Romana lembrava, pela sua estrutura na época de Sixto IV e principalmente no papado de Alexandre VI, um dos muitos reinos que estão espalhados na Itália. Com o papa assumindo o papel de rei e os seus cardeais assumindo o lugar dos príncipes, todos estavam comprometidos em uma só tarefa: aumentar a sua fortuna a qualquer preço e desfrutar dos prazeres mundanos. A religião foi transformada em meio de captação de benefícios e vantagens. Foi no papado de Alexandre VI, que tais práticas condenáveis assumiram a maior proporção até então nunca vista.

Alexandre VI, também conhecido como Rodrigo Bórgia, pai de César Bórgia, foi um dos papas que mais envergonhou a história da Igreja. Este papa não conheceu limites para seus interesses. Acusado de intrigas, assassinatos e chantagens teve como grande marca o uso de seus familiares mais próximos nas tramas de seus objetivos. César Bórgia, exemplo de condottierri e modelo de virtude para Maquiavel, foi um dos seus filhos que mais se destacaram na política de conquistas da Igreja, não obstante também um dos que mais contribuiu para a depreciação da religião e da religiosidade da população nas cidades italianas.

A decadência da moralidade da época, decorrente da atuação do próprio clero, fragilizou os fundamentos sociais básicos para Maquiavel. “Interpretar a religião de

acordo com a fraqueza, e não segundo a virtude verdadeira” (MAQUIAVEL, 1982, p. 197). Este é o erro cometido pelos homens responsáveis pela religião no tempo de Maquiavel vinham interpretando os axiomas do cristianismo. Aqui reside uma das críticas de Maquiavel. Os valores pregados para educar o homem, o cidadão e o soldado foram alterados por uma má interpretação da religião. Assim supõe Maquiavel na justificativa de toda a corrupção dos costumes que encaminha a Itália para ser alvo fácil dos seus vizinhos.

Considerada um acessório importante para o governo, a Igreja tinha uma dupla função no auxílio a governo ou a um príncipe que soubesse tirar proveito de suas qualidades. Primeiramente podemos dizer que a religião desempenhava uma função que poderíamos chamar de pedagógica, ou seja, era incumbida a religião, por meio de seus valores morais, de fornecer a todo cidadão um conjunto de valores que representavam a base da civilidade e educação. O patriotismo, ligação ideal do cidadão com sua pátria a fim de “identificá-lo”, só era possível historicamente com o uso da religião: “Quando se examina o espírito da história, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias” (MAQUIAVEL, 1982, p. 58). Sendo a marca comum dos Estados prósperos ter na religião um de seus alicerces, essa constatação significava historicamente que a Igreja estava se degradando e levando consigo a possibilidade de uma unificação italiana. A segunda tarefa parecia ser a de manutenção e preservação desses valores no meio do conjunto social. A continuação dessa pedagogia poderia ser entendida como um reforço na solidificação de uma ideologia ligada à pátria e em benefício dela, mas que estava em perigo por razão dos desvios do clero.

A religião fornecia disciplina moral e ajudava na educação do cidadão e do indivíduo. Sem ela, um Estado está de portas abertas à corrupção que levaria as instituições à ruína e, por sua vez, ao fim do Estado. Um uso errado seja pelo abuso ou a carência da religião que proporcione a descrença dela por parte do povo pode muito facilmente resultar na queda do príncipe por imprudência. Nos **Discursos** Maquiavel elogia o governante que sabe usar adequadamente os valores da religião. Comentando sobre os romanos, Maquiavel faz a seguinte afirmação: “Por isto o governante sábio recorre aos Deuses. Foi o que fizeram Licurgo<sup>55</sup>, Solon<sup>56</sup> e a maior parte dos que tiveram idênticos objetivos” (MAQUIAVEL. 1982, p. 58).

O cristianismo criticado por Maquiavel é aquele que investe no medo, que prega a abnegação e a renúncia como valores virtuosos. É a degeneração do uso primitivo administrado pelos antigos. Esta forma de educar os homens não desenvolve grandes benefícios para o Estado que visa sua liberdade e a conquista de seu bem comum. O que se desprende com essa idéia é a combinação de pontos que facultam o desenvolvimento da tirania e da construção de fachadas de repúblicas. Maquiavel enxergava o cristianismo como a verdadeira e única religião, logo, deveria apostar ainda nela como elemento de promoção para novos cursos. A Igreja Romana ainda é a instituição que, apesar dos erros de seus representantes, deve comportar a religião, mesmo que seja pela simbologia histórica.

---

<sup>55</sup> Legislador espartano do século IX a. C.

<sup>56</sup> Legislador ateniense do século V a. C.

### 3.3 A Antipolítica da Igreja de Roma

Da mesma forma como aconteceu com a França e a Espanha neste período singular do desenvolvimento da história política europeia, Maquiavel tinha o sonho de ver a Itália organizada e forte, como um Estado unificado e independente. Isto para que, se não fosse para competir com igualdade diante dessas duas potências vizinhas, ao menos procurar não ser alvo de cobiça tão fácil desses Estados. A razão que levava a temer e mesmo invejar estas nações radica sua natureza na organização política, militar e institucional que fizeram esses Estados. Ao se tornarem hegemônicos nessa parcela do continente europeu, esses países marcam a política de conquistas por possuir um poder político organizado e sobre tudo centralizado. Era fundamental na ideologia de Nicolau que, para que sua Itália não sofresse invasões, era preciso ser forte e unida, situação que nunca aconteceu devido à estrutura das relações de poder que a Itália mostrava a partir, principalmente, da Igreja Romana.

Maquiavel não foi o pioneiro em seguir este viés para explicar e justificar a situação política da Itália. Dante e Marsílio de Pádua tempos atrás desenvolveram algo semelhante. “E também não é nova a crítica à política externa da Igreja. Dante e, depois dele, o erudito Marsílio de Pádua culpavam o papado pelas guerras civis e invasões estrangeiras da Itália” (DE GRAZIA. 1993, p. 98). Entre estes Estados havia a Igreja, representada pelos Estados Pontifícios, que além de terem um papel institucional mais representativo, qual seja, o papel de representar a religião cristã, também passaram a ser um dos principais protagonistas do futuro da Itália, por dedicarem-se à sua expansão territorial e a ambições particulares de seus papas. Ao

iniciar uma política de engrandecimento de suas riquezas, com o papa Alexandre VI<sup>57</sup> e Júlio II<sup>58</sup>, é que a crítica de Maquiavel a o comportamento institucional da Igreja se tornam relevantes politicamente. “Ele fica indignado quando ela [a Igreja de Roma] não mostra suficiente força, decisão e coragem temporal para unificar a Itália na luta para expulsar os bárbaros” (DE GRAZIA. 1993, p. 101), mas que é suficientemente forte e organizada para encaminhar suas metas de conquistas sem lamentar seus erros.

Maquiavel acredita que “Roma viu florescer no seu seio mais virtudes do que qualquer outra república” (MAQUIAVEL, 1982, p. 21). E todas aquelas cidades que atingiram seu apogeu tinham como característica comum serem cidades livres. As cidades que deixaram de atingir sua plenitude no crescimento sempre estiveram ligadas a regimes despóticos sob a vontade de um tirano que não representava a vontade geral. Roma, desde sua fundação, sempre esteve independente de qualquer vínculo de dominação política. Estar livre de qualquer tipo de servidão política representa o primeiro indício de possibilidade para uma cidade que pretende alcançar seu pleno desenvolvimento. Quando falamos neste tipo de dominação, nos referimos tanto àquele domínio interno de um governo despótico que não tem qualquer relação com os interesses da cidade, e quanto àquela dominação por uma força estrangeira estranha a cidade.

Utilizando uma estrutura organizacional mais favorável derivada da hierarquia da religião e possuindo um bom exército, liderado por bons golfanieros, os Estados Pontifícios procuraram tomar vantagem em relação aos demais e prosperaram a ponto se tornarem o Estado mais poderoso da Itália. Com seu filho César Bórgia como

---

<sup>57</sup> Rodrigo Bórgia. Seu papado vai de 1492 até 1503.

<sup>58</sup> Giuliano Della Rovere. Seu papado vai de 1503 até 1513.

golfaniero oficial da Igreja, Alexandre VI deu um passo importante ao fazer muitas conquistas e também para secularizar a Igreja Romana, afastando-a de seus verdadeiros propósitos. As conquistas de César Bórgia para a Igreja só cessaram com a morte de Alexandre VI e, conseqüentemente, a queda de César Bórgia do cargo de golfaniero oficial. A idéia que Maquiavel parece nos dar é de que a Igreja teve força para conseguir unificar toda a península italiana sob seu domínio, mas que não o fez por imprudência de seus comandantes. Se a Igreja direcionasse suas atitudes nesse caminho, certamente todas as suas ações seriam justificáveis e dignas de louvor por parte do secretário. Entretanto não foi essa a intenção.

Na opinião de Maquiavel, é no papado de Alexandre VI que as portas da Itália foram abertas para os invasores estrangeiros franceses e espanhóis. Quando Maquiavel fala em liberdade, é liberdade política para que as leis representem a vontade comum e verdadeira deste povo. “Uma cidade que se decida a alcançar a grandeza deve permanecer livre de qualquer forma de servidão política” (SKINNER. 1988, p. 84). Dessa forma podemos entender uma cidade livre como uma cidade independente para decidir os meios e os fins que determinarão seu futuro. Entretanto Maquiavel compatibiliza a idéia de que essa vontade geral pode ser intermediada por um príncipe que consiga governar buscando a harmonia do bem comum. “Em uma república, tanto o povo quanto o grupo governante estarão dedicados ao bem comum” (SCHNEEWIND. 2001, p. 66). E podemos entender o bem comum como a própria liberdade. É sabido, segundo o próprio Maquiavel, que os franceses só invadiram a Itália por um chamado dos venezianos: “O rei Luis foi chamado à Itália pela ambição dos venezianos, que queriam ganhar metade do Estado da Lombardia com a sua vinda” (MAQUIAVEL. 2001, p. 13). Porém nessa invasão tanto a Igreja como os venezianos

deram-se conta do perigo que foi a entrada do monarca francês nas suas terras. A Igreja reincidiu no erro ao aceitar a ajuda de Luis XII no apoio à conquista e a anexação de Imola e Forli pelo seu condottiere César Bórgia: “Para conquistar as boas graças de Alexandre VI, emprestou seu apoio a César Bórgia, que se apoderou de Imola e Forli” (ESCOREL. 1979, p. 29). Mas só irá perceber o erro mais tarde, pois esse benefício aumentou seu poder diante dos demais Estados italianos a ponto de não se preocupar com o futuro:

Mal chegado a Milão, porém o rei (Luis XII), fez o contrário, ajudando o papa Alexandre VII a ocupar a Romanha. Não se deu conta se que de que, com essa decisão, enfraquecia a si próprio, eliminando os amigos e aqueles que se haviam lançado aos seus braços, e fortalecia a Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que tanta autoridade lhe dá, um tão grande poder temporal (MAQUIAVEL. 2001, p. 14).

A entrada de um estrangeiro mais poderoso como o caso de Luis XII na Itália resultou, num primeiro momento, em benefícios para a Igreja e o papa, pois além de conseguir enfraquecer os Estados rivais, ainda garantiu espaço no cenário político italiano para a inserção de César Bórgia, seu filho. No entanto para o contexto italiano essa atitude significou o começo de um período de muita instabilidade política, sendo que a partir de então a Itália foi palco de disputas entre franceses e espanhóis. Maquiavel expõe seu pensamento da seguinte forma: “Alexandre VI tinha grandes dificuldades presentes e futuras para fazer a grandeza de seu filho duque. Em primeiro lugar, ele não via meios para torná-lo senhor de Estado algum que não fosse da Igreja” (MAQUIAVEL. 2001, p. 29). Sendo assim, a alternativa seria estabelecer uma nova configuração que acomodasse os interesses. “Era-lhe necessário, portanto, perturbar

aquela ordem e desorganizar aqueles Estados, para poder assenhorear-se com segurança de parte deles” (MAQUIAVEL. 2001. p. 29).

As rivalidades internas e as alianças com os estrangeiros foram as razões apontadas por Maquiavel como sendo os erros crassos da política eclesiástica para o atraso da Itália, a qual Maquiavel tanto se esforçou para defender e libertar dos invasores estrangeiros, “é à Igreja que a Itália deve isto” (MAQUIAVEL. 1982, p. 62). Na tentativa de aumentar seu poder, por meio dos franceses, a Igreja definitivamente se seculariza e coloca em perigo todos os demais Estados. A noção de nação idealizada por Maquiavel, na prática, era de difícil realização, mas segundo a exposição final do seu opúsculo, **O Príncipe**, não há melhor momento para o aparecimento de uma força que visasse a glória pessoal e que por sua vez proporcionasse “benefícios para todos os homens do país” (MAQUIAVEL. 2001, p. 123). Esta ocasião, este melhor momento na prática não é nem um pouco bom, uma vez que a península estava reduzida a miúdos, estava “mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína” (MAQUIAVEL. 2001, p. 123). Ao utilizar como recurso político a estratégia de apelar para forças estrangeiras para sustentar sua posição na Itália e apresentar um comportamento dissoluto da proposta da cúria, a Igreja de Roma comprometia todo o conjunto de valores que até então a religião era historicamente responsável por instigar na sociedade. Para a leitura do florentino a Igreja Romana torna impraticável qualquer tentativa concreta de espelhamento com fundamento na república romana.

Maquiavel insinua a reforma do corpo clerical italiano como forma de purificar a instituição que tem tamanha importância para o Estado como elemento regulador dos costumes.

Os erros estratégicos que Maquiavel destaca no **O Príncipe**, de uma forma sutil, mas que diz claramente nos **Discursos**, são os erros de uma instituição que fugiu completamente de suas origens: “Se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabeleceu, os Estados que a professavam teriam sido bem mais felizes. Contudo a religião decaiu muito” (MAQUIAVEL. 1982, p. 62). Uma Igreja que alienou seus primeiros propósitos de forma a comprometer toda uma época. É nesse pontificado que a Igreja definitivamente se seculariza e entra num período de decadência institucional, que só irá mostrar suas consequências mais sérias para essa mesma na Reforma protestante organizada por Lutero na Alemanha anos mais tarde.

As considerações que podemos abstrair são as de que Maquiavel não conciliou seus pensamentos com o cristianismo<sup>59</sup> e muito menos com a Igreja Romana. Tanto as normas éticas quanto o comportamento político da Igreja foram alvos naturais dos moldes de suas idéias. As críticas e censuras em relação à Igreja, afirmadas pelo secretário e pensador, sejam elas produzidas de maneira velada ou não, sempre estiveram voltadas para a defesa de um Estado italiano. Foi esse o sentido da obra **O Príncipe** dedicado a Lourenço de Médici. Um Estado que pudesse gozar de liberdade e soberania diante dos demais Estados. Foi esse o sentido de tanto elogio aos romanos republicanos e suas instituições que preservaram a liberdade acima de tudo. Maquiavel sabia que a Itália tinha condições de atingir este patamar, essa potencialidade poderia

---

<sup>59</sup> Como justificção de uma ideologia promotora da Igreja como instituição.

ser transformada em força concreta se não fossem as ambições de homens como os papas, que, com suas preocupações particulares, adiaram o ideal de Maquiavel. Afastados o ressentimento, a licença, a corrupção, todas as ambições, veria renascida a idade de ouro em que todos podem sem temor exprimir e sustentar uma opinião. Veria enfim o mundo triunfante, o príncipe cercado de respeito e glória, os povos felizes envolvendo-o com o seu amor” (MAQUIAVEL, 1982, p. 55).

## CONCLUSÃO

Partindo dos pressupostos políticos da sua época e de alguns exemplos históricos Nicolau Maquiavel desenvolveu algo novo que o inseriu suas obras como leitura obrigatória para todos aqueles que desejam compreender a política, o poder, o Estado e o homem. Interpretar Maquiavel sob o viés das suas críticas à Igreja de Roma representou investigar as diversas formas de se separar valores temporais de valores espirituais. Política que pretende ser eficaz para a garantia de paz e de liberdade para o Estado se faz avaliando a necessidade e as circunstâncias do momento, não com princípios transcendentais que alienam a função do Estado e reduzem o poder do príncipe. Maquiavel mostrou que a religião só representa um empecilho quando é exaltada sobremaneira diante dos verdadeiros propulsores da política.

Este estudo apresentou também mais uma forma de entender o conceito que Maquiavel faz dos homens e a facilidade que o poder tem para corrompê-los. Maquiavel só depositou fé no homem depois que reconstruiu sua estrutura aceitando seus erros. Não chegou a suspeitar da sua perfectibilidade pois seu pessimismo tinha bases profundas na história e na experiência.

Paralelamente às idéias que tentaram ser fundamentadas e apresentadas originalmente nesta dissertação, esta pesquisa gerou a crença na hipótese de que o imaginário que o maquiavelismo, enquanto prática política que visa sempre alcançar um objetivo sem preocupação com os meios, são resultados da visão sobre a secularização da política operada por Nicolau. A assimilação da ruptura efetuada foi encarada à luz de alinhamentos básicos de uma herança cristã. Temos que ter em mente que Maquiavel não causou nenhuma mudança na política teórica nem prática do

seu tempo imediato. Posteriormente, seu pensamento foi útil para reforçar uma ou outra idéia de algum filósofo político ou mesmo para evidenciar uma suspeita moral infundada.

Retirar, ou enfraquecer o ditame de um desígnio moral valorativo sobre o homem abriu uma lacuna que Maquiavel preencheu com a capacidade individual de seguir a necessidade. O príncipe não precisa nem deve seguir caminhos que o distanciem da manutenção do poder. Contudo, é a *virtù* que determinará os novos caminhos que conduzam de forma adequada os resultados eficientes e que clarificarão as necessidades. Para o povo, a representação de uma imagem ideal. Para guiar o Estado, a imagem real.

Partir da idéia de que a política da Igreja de Roma atentou diretamente contra o bem estar da Itália é afirmar que seus representantes alienaram seus desígnios e comprometeram os costumes mais caros para o corpo social. Também significa dizer que sua política mais desintegrou do que almejou uma sintonia entre os Estados dentro da península.

A lógica da ação e, por sua vez, a da política maquiaveliana naturalmente dissolveu a gama de valores estranhos ao universo da política. Essa dissolução está intimamente atrelada às exigências da ação. A importância da virtuosidade individual diferenciada do homem político faz-se necessária. Isto salienta o valor instrumental da religião. Assim foi bem observado por Maquiavel. A religião romana representou a ascensão máxima da participação instrumental na política. A racionalidade de Maquiavel apresenta razões plausíveis para o príncipe não desprezar essa prática cultivada junto ao povo. É bom para todos, melhor para o governante. A religião

defendida pela Igreja no século XVI distorce a concepção original estabelecida por seu fundador. A releitura valoriza elementos prejudiciais para a vida social.

Tentamos apresentar uma idéia de que a religião para Maquiavel tem uma função instrumental para a política. O poder da religião tem uma finalidade clara, a saber, a disciplina moral. Sua importância é vital para o funcionamento das engrenagens da vida política. Entretanto Maquiavel não faz uma supervalorização a ponto de fazer deste elemento componente a peça principal da estrutura do poder político. Sua funcionalidade tanto de ordem pedagógica quanto de legitimação do poder soberano não a capacita a vincular-se de maneira maior que a política. As idéias políticas até o momento de Maquiavel faziam questão de, sob uma forma mais ou menos justificada, defender essa concepção.

Se o papel do intelectual é encontrar defeitos naquilo sobre o que se debruça, Maquiavel desempenhou com sucesso esse papel enquanto foi secretário da república de Florença. Quando extrapola os limites da sua profissão com as impertinentes questões sobre as motivações das ações dos homens, da causa da ruína e da expansão dos Estados, é a angústia de entender sobre as leis gerais daquilo que foi seu maior interesse.

Sua contribuição para o mundo do pensamento político se dá muito neste sentido, já que Maquiavel pensou uma Itália unida e forte; acima de tudo independente e falando uma mesma língua com uma igual sintonia de objetivos, e, evidente, livre das invasões dos bárbaros. Sua motivação para a política foi talvez acreditar que seria possível isso, não importando que fosse por meio de uma república ou um principado.

## Bibliografia

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra e Escritos Políticos**. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. Tradução de Nelson Canabarro. 2. ed. São Paulo: Musa Editora, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## Outros Autores

AMES, Jose Luis. **Maquiavel a Lógica da Ação Política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

ANDRESON, Benedict. **Nação e Consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

AQUINO, Tomás. **Do Governo dos Príncipes ao rei de Cipro**. RJ: ABC, 1937.

AQUINO, Tomás. **Sto Tomás de Aquino – Vida e Obra**. SP: Nova Cultural, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. Brasília: Editora da UNB, 1991.

DE SOUZA, José Pedro. **São Tomás de Aquino**. In: Cadernos da UNB n. 04 Teoria Política. 1989.

ARNS, Paulo Evaristo, **O Que é Igreja**. São Paulo: Círculo do Livro. Primeiros Passos, 1981.

- ARON, Raimond. **Maquiavel e Marx**. In: O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARINCOU, Edmund. **Maquiavel por ele mesmo**. Brasília: Editora da UNB, 1991. Trad. Alberto dos Santos.
- BIGNOTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **O Filósofo e a Política**, Antologia. Rio de Janeiro. Contraponto. 2003.
- BOBBIO, Norberto. **As Teorias das Formas de Governo**. Brasília: Editora da UNB, 1994.
- BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade**. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 11ª Edição.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. varrialle et al. 5. ed. Brasília: Editora da UNB, 2000.
- BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.
- CORTINA, Arnaldo. **O Príncipe de Maquiavel e seus leitores**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CAILLÉ, Allain; LAZZARI Michel (org). **História Argumentada da Filosofia Moral e Política**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2001.
- DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no Inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DEUTSCH, Karl. **Política y Gobierno**. México D. F: Fondo de Cultura Económica. 1993.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: Editora da UNB. 1979.

GILSON, Étienne. **A filosofia na idade média**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: Porto Alegre: L&PM Editores. 1980.

GUNNEL, John. **Teoria Política**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

HALE, J. R. **Maquiavel e a Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**. Tradução de Jonatas Batista Neto. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995

KANTOROWICZ, Ernest. **Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEGALE, Januário. **O Príncipe de Maquiavel. Roteiro de Leitura**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Notas sobre Maquiavel. IN: **Sinais**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MORUS, Tomás. **A Utopia**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

NEDEL, José. **Maquiavel: concepção antropológica e ética**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.

PÁDUA, Marsílio. **O Defensor da Paz**. Petrópolis: Vozes. 1997.

RENAUT, Alain. **A Era do Indivíduo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1989.

RIDOLFI, Roberto. **Bibliografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003.

RODRIGO, Lída Maria. **Maquiavel, Educação e Cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ROMMEN, Heinrich A. **O Estado no Pensamento Católico**. São Paulo: Paulinas, 1967.

ROSENFELD, Denis. **Filosofia Política e Natureza Humana**. Uma introdução à filosofia Política. L&PM, 1990. Porto Alegre.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SABINE, George. **Historia de la Teoria Política**. México: FCE, 2000.

SCHNEEWIND, J.B. **A Invenção da Autonomia**. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 2001.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SKINNER, Quentin. **Os Fundamentos do Estado Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph. **Historia de la Filosofia**. México: FCE. 1996.

STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Glencoe, IL: Free Press, 1984.

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática. 4ª edição. 1993.